

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

VALTAIR GUEDES

**RECIPROCIDADES E BILATERALIDADES EM TERRITÓRIO DE
FRONTEIRA: UM OLHAR ATRAVÉS DA ESCOLA**

**CÁCERES – MT
2019**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

VALTAIR GUEDES

**RECIPROCIDADES E BILATERALIDADES EM TERRITÓRIO DE
FRONTEIRA: UM OLHAR ATRAVÉS DA ESCOLA**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Oliveira Soares

Linha de pesquisa: Dinâmica espacial

**CÁCERES – MT
2019**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

G924r GUEDES, Valtair .
Reciprocidades e Bilateralidades em Território de Fronteira:
um Olhar Através da Escola / Valtair Guedes – Cáceres, 2019.
166 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências
Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato
Grosso, 2019.

Orientador: José Carlos de Oliveira Soares

1. Porto Esperidião-MT. 2. Produção Socioespacial. 3.
Fronteira. 4. Cidade. 5. Relações Recíprocas e Bilaterais. I. Valtair
Guedes. II. Reciprocidades e Bilateralidades em Território de
Fronteira: um Olhar Através da Escola: .

CDU 913(817.2)

VALTAIR GUEDES

RECIPROCIDADES E BILATERALIDADES EM TERRITÓRIO DE FRONTEIRA:
UM OLHAR ATRAVÉS DA ESCOLA.

Essa Dissertação foi julgada e aprovada como partes dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Cáceres, 28 de Fevereiro de 2019.

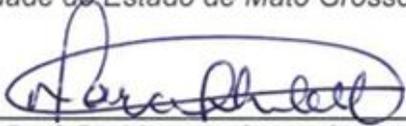
Banca examinadora



Prof. Dr. José Carlos de Oliveira Soares
Orientador
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)



Prof. Dr. Evaldo Ferreira
Avaliador Interno
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)



Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti
Avaliador Externo
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Cáceres
Mato Grosso, Brasil
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a DEUS, pela vida, saúde e condição intelectual para realizar esta pesquisa.

À Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), em especial ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO), pela oportunidade singular em realizar este trabalho. Aos professores e à equipe do Programa, bem como àqueles que ministraram as aulas que cursei.

No Programa de Pós-graduação, meu agradecimento especial é ao meu orientador, Dr. José Carlos de Oliveira Soares, que muito contribuiu para minha formação acadêmica, desde os tempos da graduação: sem ele, esta pesquisa seria inviável. Sobretudo, agradeço a amizade e a paciência. Nesta oportunidade, agradeço também aos amigos pós-graduandos de minha turma.

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), pela oportunidade de cursar esta pós-graduação, pela concessão da Licença para Qualificação Profissional, pois, sem ela, seria impossível.

Aos meus pais, Laércio Guedes e Iraci de Lima Guedes, pela boa formação e amor, sempre priorizando a mim e à educação acadêmica: tenho por eles uma enorme admiração e respeito.

Ao meu filho, Haroldo Brito Guedes, de um ano de idade, e a minha querida esposa, Fernanda Costa de Brito Guedes, pelo companheirismo e fraternidade.

Agradeço ainda a toda minha família, aos pais de minha esposa, a minha irmã, cunhada, cunhados, tios e aos meus avós.

Às instituições públicas e privadas em que realizei a pesquisa: as Escola Municipal São Judas Tadeu, Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza e, em especial, a Escola Estadual 13 de Maio, na qual trabalho. Tenho também um agradecimento especial aos estudantes pesquisados e à equipe gestora dessas escolas.

Agradeço ainda a todos aqueles que têm contribuído direta ou indiretamente com esta pesquisa, seja por meio de entrevistas, conversas ou qualquer outro subsídio para sua realização.

Esses são os meus mais sinceros agradecimentos.

SOBRE O AUTOR

Valtair Guedes nasceu em Pitangueiras, no interior do estado de São Paulo, e se mudou para Porto Esperidião, em Mato Grosso, ainda na infância. cursou toda a Educação Básica em escola pública. Possui graduação em Geografia (2009) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus de Cáceres, Pós-graduação (*lato sensu*) em Educação Ambiental pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2014). Atualmente está concluindo esta pesquisa a nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Unemat.

Atua na rede pública do Ensino Básico do Estado de Mato Grosso desde 2011, tendo ingressado na carreira por meio de concurso público. A lotação inicial do concurso se deu na Escola Estadual Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, na cidade de Denise, onde permaneceu até o ano de 2015. Atualmente, é professor na Escola Estadual Treze de Maio em Porto Esperidião. Tem trabalhado principalmente com estudantes do Ensino Médio ao longo da carreira docente. Ademais, desempenhou ainda a função de coordenador pedagógico na Escola Estadual Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques entre os anos de 2014 e 2015. Para mais informações, pode ser acessado seu curriculum lattes por meio do link: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4367865E8>>.

LISTA DE SIGLAS

ALMT	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
CEFF	Comitê Estadual para o Desenvolvimento e Integração das Políticas Públicas na Faixa de Fronteira
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CINDACTA IV	Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMAER	Comando da Aeronáutica
COOTRADE	Cooperativa Mista de Trabalho Multidisciplinar LTDA
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DTCEA-EP	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Porto Esperidião
FAMATO	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
FIEMT	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso
FJP	Fundação João Pinheiro
FSE	Formação Socioespacial
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEFRON	Grupo Especial de Segurança na Fronteira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDEA-MT	Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MT	Mato Grosso
MD	Ministério da Defesa

MRE	Ministério das Relações Exteriores
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PEF	Plano Estratégico de Fronteiras
PLS	Projeto de Lei do Senado
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAR	Radar de Abertura Sintética
SECID-MT	Secretaria de Estado das Cidades de Mato Grosso
SEDEC-MT	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso
SEDUC-MT	Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Estado de Mato Grosso
SEJUDH-MT	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso
SEPLAN-MT	Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso
SES-MT	Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso
SESP-MT	Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso
SINFRA-MT	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
TCU	Tribunal de Contas da União
ULE	Unidade Local de Execução
USEE	Unidades Socioeconômico-Ecológicas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Comparativo dos Indicadores socioeconômicos de Porto Esperidião, Mato Grosso e Brasil	76
Quadro 2 –	Equipamentos urbanos utilizados pelas populações rurais	96
Quadro 3 –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – cidades do estado de Mato Grosso estabelecidas nos limites da fronteira	107
Quadro 4 –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – pequenas cidades fronteiriças	108
Quadro 5 –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – cidades fronteiriças de porte médio	108
Quadro 6 –	Fatores que levaram os sujeitos a residirem na zona de fronteira	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação do recorte espacial da pesquisa – Município de Porto Esperidião-MT	18
Figura 2 – Conceitos de zona de fronteira e faixa de fronteira	43
Figura 3 – Histórico do arcabouço normativo específico para a Faixa de Fronteira	57
Figura 4 – Síntese dos estudos que apontam peculiaridades da Faixa de Fronteira	59
Figura 5 – Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira	64
Figura 6 – Posto telegráfico em Porto Esperidião	65
Figura 7 – Mapa político-administrativo do município de Porto Esperidião-MT	69
Figura 8 – Rodovias MT-265 (foto A) e MT-388 (foto B)	71
Figura 9 – Rodovia BR-174 – Imagem obtida em frente ao Gefron	71
Figura 10 – Unidades Socioeconômico-Ecológicas – Região de Planejamento VII	73
Figura 11 – Gráfico do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes – Município de Porto Esperidião-MT – ano de referência: 2015	86
Figura 12 – Indústria instalada na sede do município – cerâmica (fábrica de tijolos)	88
Figura 13 – Indústria instalada na sede do município – indústria de processamento de madeira de teca	88
Figura 14 – Gráfico do Produto Interno Bruto (PIB) – Setor da Indústria – município de Porto Esperidião-MT	89
Figura 15 – Gráfico do Produto Interno Bruto (PIB) – Setor de Serviços – município de Porto Esperidião-MT	90
Figura 16 – Gráfico do Produto Interno Bruto (PIB) – Setor Agropecuário – município de Porto Esperidião-MT	92
Figura 17 – Gráfico demonstrativo do rebanho bovino – município de Porto Esperidião-MT	93
Figura 18 – Apreensões de drogas no município de Porto Esperidião – zona rural	99
Figura 19 – Propriedade com pastagens e criação de gado bovino nas proximidades do Destacamento de Fortuna	100

Figura 20 – Propriedade com pastagens e criação de gado bovino nas proximidades das Conchas	100
Figura 21 – A pecuária bovina e parte de seus arranjos – foto (A): propriedade rural com gado bovino; foto (B): Barreira Sanitária do Indea-MT	102
Figura 22 – Parte das estruturas essenciais para a sustentação da pecuária bovina – foto (A): estrada MT-265; foto (B): caminhões transportando gado bovino	102
Figura 23 – Unidade Local de Execução (ULE) de Porto Esperidião – Indea-MT.....	104
Figura 24 – Marco de Divisa – Linha de fronteira entre Bolívia e Brasil	111
Figura 25 – Estrada vicinal próxima ao Destacamento de Fortuna, atravessando a fronteira entre Brasil e Bolívia	111
Figura 26 – Posto Militar do Exército em Santa Rita (desativado)	113
Figura 27 – Equipamentos públicos de segurança na fronteira – Porto Esperidião-MT	114
Figura 28 – Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Porto Esperidião (Dtcea-EP) - Instalado na sede do município	116
Figura 29 – Equipamentos públicos de segurança na fronteira de Porto Esperidião – Gefron e PEF	117
Figura 30 – Espacialização dos sujeitos na fronteira – Porto Esperidião-MT	122
Figura 31 – Comunidade de Vila Picada	124
Figura 32 – Comunidade de Vila Santa Rita	124
Figura 33 – Espaços de zona de interação transfronteiriças – imagem (A) comunidade do São Fabiano – imagem (B) assentamento Recanto Alegre	125
Figura 34 – Gráfico referente ao tempo de residência das famílias na zona de interação transfronteiriças	126
Figura 35 – Contraste sociocultural na zona de fronteira – casas na comunidade do São Fabiano	130
Figura 36 – Contraste sociocultural na zona de fronteira — construção com traços arquitetônicos sulista	131

Figura 37 – Diversidades e concepções ideológicas na zona de fronteira	132
Figura 38 – Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza – comunidade de Vila Picada	133
Figura 39 – Escola Municipal São Judas Tadeu – comunidade do Postinho	133
Figura 40 – Escola Estadual 13 de Maio (sede do município)	134
Figura 41 – Avenida Januário Santana do Carmo	137
Figura 42 – Avenida 13 de Maio	138
Figura 43 – Festival de Pesca e Praia – 2018	139
Figura 44 – Encontro da Mulher Rural – 2017	139
Figura 45 – Festa 13 de Maio – 2018	140
Figura 46 – Localização da Antena de Internet na zona de fronteira	143
Figura 47 – Antena de Internet na zona de fronteira	144
Figura 48 – Vista parcial dos arranjos socioespacial da zona de fronteira	145
Figura 49 – Ônibus provenientes da zona de fronteira	150
Figura 50 – VI Encontro da mulher rural – representantes das comunidades rurais	151
Figura 51 – VI Encontro da mulher rural – Barraca dos povos fronteiriços – comunidade Vila Nova Barbecho	152
Figura 52 – VI Encontro da mulher rural – Barraca dos povos fronteiriços – comunidade São Fabiano	152
Figura 53 – VI Encontro da mulher rural – Barraca dos povos fronteiriços – comunidade Acorizal	153

RESUMO

As discussões acerca das cidades, especialmente sobre os médios e grandes aglomerados urbanos, há muito têm ocupado o debate acadêmico. Entretanto, a abordagem das pequenas cidades, mais especificamente as fronteiriças, pouco tem entrado no rol dessas discussões, e a disponibilidade de bibliografias sobre esse assunto é uma prova evidente a esse respeito. Desse modo, nosso estudo tem se concentrado em uma pequena cidade fronteiriça no estado de Mato Grosso: Porto Esperidião, um município limdeiro estabelecido na fronteira com a Bolívia, localizado na região de planejamento VII – Sudoeste – Cáceres, segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado (MATO GROSSO, 2017b). O objetivo fundamental desta pesquisa é a análise da dinâmica socioespacial desse município partindo de uma realidade fronteiriça, tendo como elementos de investigação atributos socioeconômicos, políticos e culturais decorrentes de relações recíprocas e bilaterais. Desse modo, buscou-se compreender e descrever os impactos divergentes e convergentes decorrentes das relações bilaterais no processo de formação e arranjo socioespacial de Porto Esperidião, especificamente a área urbana, partindo ainda de relações recíprocas entre os sujeitos da zona urbana e os da zona de interação transfronteiriça. Ademais, pretendeu-se formular uma mediação pedagógica com os estudantes do 3º ano do Ensino Médio da cidade e da fronteira a partir de elementos jurídicos-constitucionais, políticos, econômicos e culturais de fronteiras, tratando de questões pertinentes aos elementos negativos e positivos existentes nos espaços fronteiriços. Quanto ao método de investigação e às ferramentas metodológicas, estes constituíram-se da seguinte maneira: o primeiro passo esteve centrado na produção teórico-conceitual das categorias geográficas (Espaço Geográfico e Formação Socioespacial, Território, Fronteira e Cidade) e na descrição dos ordenamentos jurídicos que regulamentam a Faixa de Fronteira e dos programas e projetos desenvolvidos nesses espaços. No segundo passo a análise se concentrou na empiria (visitas a campo), na análise de documentos (impressos e digitais) e entrevistas junto aos responsáveis das empresas privadas e instituições públicas, tais como: Pelotão Especial de Fronteira (PEF), Grupo Especial de Fronteira (Gefron), Instituto de Defesa Agropecuária (Indea-MT), Destacamento da Aeronáutica (Dtcea-EP), Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Obras, Assessoria de Imprensa, Assessoria Jurídica e Assistência Social do município. O terceiro passo centrou-se na busca de elementos socioeconômicos e culturais por meio da mediação pedagógica (conversas, entrevistas e instruções aos estudantes) e aplicação de questionário semiestruturado. Ainda concernente à metodologia, houve levantamento de dados secundários junto ao IBGE, Assembleia Legislativa (ALMT), Secretaria de Planejamento do Estado e de documentos jurídicos de ordenamento político do município, que foram fundamentais para subsidiar a pesquisa. Os principais resultados obtidos e esperados por meio desta pesquisa foram: a compreensão e a interpretação da dinâmica socioespacial do recorte selecionado e a valorização humano-cultural dos sujeitos fronteiriços; no campo pedagógico, vislumbraram-se possibilidades para uma relação recíproca mais acentuada entre estudantes e professores da cidade e da zona fronteiriça, visando a uma maior relação e conhecimento desses espaços, ao adensamento ao conhecimento científico, servindo de base a outros estudos, além de subsídios para o planejamento territorial e para as políticas públicas.

Palavras-chave: Porto Esperidião-MT. Produção Socioespacial. Fronteira. Cidade. Relações Recíprocas e Bilaterais.

ABSTRACT

Discussions about cities, especially on medium and large urban settlements, have long occupied the academic debate. However, the approach of small cities, more specifically the border cities, has hardly been part of these discussions, and the availability of bibliographies on this subject is clear evidence in this regard. Thus, our study has focused on a small border town in the state of Mato Grosso: Porto Esperidião, a border town established on the border with Bolivia, located in the planning region VII - Southwest - Cáceres, according to data from the Planning Department of State (MATO GROSSO, 2017b). The main objective of this research is the analysis of the socio-spatial dynamics of this municipality starting from a frontier reality, having socio-economic, political and cultural attributes resulting from reciprocal and bilateral relations. In this way, we sought to understand and describe the divergent and convergent impacts arising from bilateral relations in the process of formation and socio-spatial arrangement of Porto Esperidião, specifically the urban area, also starting from reciprocal relations between the subjects of the urban zone and those of the zone of cross-border interaction. In addition, it was intended to formulate a pedagogical mediation with the students of the 3rd year of secondary education of the city and the border from juridical-constitutional, political, economic and cultural elements of borders, dealing with issues pertinent to the negative and positive elements existing in the border areas. The first step was focused on the theoretical-conceptual production of the geographic categories (Geographical Space and Socio-spatial Formation, Territory, Frontier and City) and the description of the legal systems that regulate the Border Band and the programs and projects developed in these spaces. In the second step, the analysis focused on empiria (field visits), the analysis of documents (printed and digital) and interviews with the heads of private companies and public institutions, such as: Special Frontier Squad (PEF), Special Fronteira (Gefron), Institute of Agricultural and Livestock Defense (Indea-MT), Detachment of Aeronautics (Dtcea-EP), Municipal Secretary of Education, Secretariat of Works, Press Office, Legal Counsel and Social Assistance of the municipality. The third step focused on the search for socioeconomic and cultural elements through pedagogical mediation (conversations, interviews and instructions to students) and the application of a semi-structured questionnaire. Regarding methodology, secondary data were collected from the IBGE, the Legislative Assembly (ALMT), the Secretariat of State Planning and legal documents of the municipality's political order, which were fundamental to subsidize the research. The main results obtained and expected through this research were: the understanding and interpretation of the socio-spatial dynamics of the selected clipping and the human-cultural valorization of the frontier subjects; in the pedagogical field, possibilities for a more intense reciprocal relation between students and teachers of the city and of the border zone were envisaged, aiming at a greater relation and knowledge of these spaces, to the densification to the scientific knowledge, serving as base to other studies, besides subsidies for territorial planning and for public policies.

Keywords: Porto Esperidião-MT. Socio-spatial Production. Border. City. Reciprocal and Bilateral Relations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ESPAÇO, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: MATO GROSSO EM CONTEXTO	25
2.1	O espaço e suas objetivações: pressupostos teóricos-metodológicos	25
2.1.1	A Formação Socioespacial como leitura e método de interpretação	34
2.2	Território e fronteira: intersectando conceitos	37
2.3	A fronteira brasileira no espaço/tempo	43
2.3.1	A fronteira mato-grossense: entre a geopolítica luso-espanhola e a configuração atual	48
2.4	Questões institucionais e fronteiriças: legislações, programas e projetos especiais	54
3	PORTO ESPERIDIÃO – CIDADE DE FRONTERIA: GÊNESE, ATRIBUTOS E BASES ECONÔMICAS	65
3.1	Porto Esperidião: da gênese à geografia atual	65
3.2	Cidade: uma noção conceitual	77
3.2.1	Cidades de fronteira: espaços de divergências e convergências	81
3.3	As bases econômicas e os equipamentos urbanos	85
3.4	Os atributos econômicos e os impactos na formação socioespacial	97
4	A CIDADE E A FRONTEIRA: SINGULARIDADES E RELAÇÕES	110
4.1	A cidade de fronteira: singularidades e as tramas no espaço	110
4.2	A fronteira e os seus sujeitos – atributos socioeconômicos e culturais	120
4.2.1	Trabalho, relações socioeconômicas e realidades socioculturais	127
4.3	A cidade a fronteira e seus significados: os olhares dos educandos	132
4.3.1	Olhares para a cidade	134
4.3.2	Olhares para a fronteira	140
4.3.3	Relações recíprocas e bilaterais: a cidade no contexto	146
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
	ANEXOS	166

ANEXO A – Questionário semiestruturado aplicado aos estudantes pesquisados	166
---	------------

1. INTRODUÇÃO

É notório que a questão das fronteiras é um tema de grande interesse em função de sua complexidade, posto que envolve populações fronteiriças e Estados-nação. O Brasil, por exemplo, faz fronteira com dez dos doze países da América do Sul, além de possuir a maior faixa fronteiriça nesse continente, perfazendo uma extensão na ordem de 16.885.700 metros (16.885,7 km), segundo dados das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites (BRASIL, 2017).

Pode-se afirmar que esse espaço é singular e possui suas peculiaridades, manifestando consideráveis relações socioeconômicas, culturais, políticas e populacionais, além de interações, conflitos e cooperação entre as cidades fronteiriças. Para o Estado-nação, o limite da fronteira está claro, definido e absolutamente indiscutível; entretanto, para os fronteiriços, esse conceito possui um caráter inverso, pois são eles os responsáveis pelas mobilidades, ações e transformações da paisagem na fronteira. Nesse sentido, a territorialidade desse espaço são os sujeitos fronteiriços.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa foi desenvolvida em Porto Esperidião, no estado de Mato Grosso, um município limdeiro estabelecido na fronteira com a Bolívia, localizado na região de planejamento VII – Sudoeste – Cáceres, segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado (MATO GROSSO, 2017b). De acordo com o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município contava à época com uma população de 11.031 habitantes, sendo que a estimativa para o ano de 2018 está calculada em 11.935 habitantes.

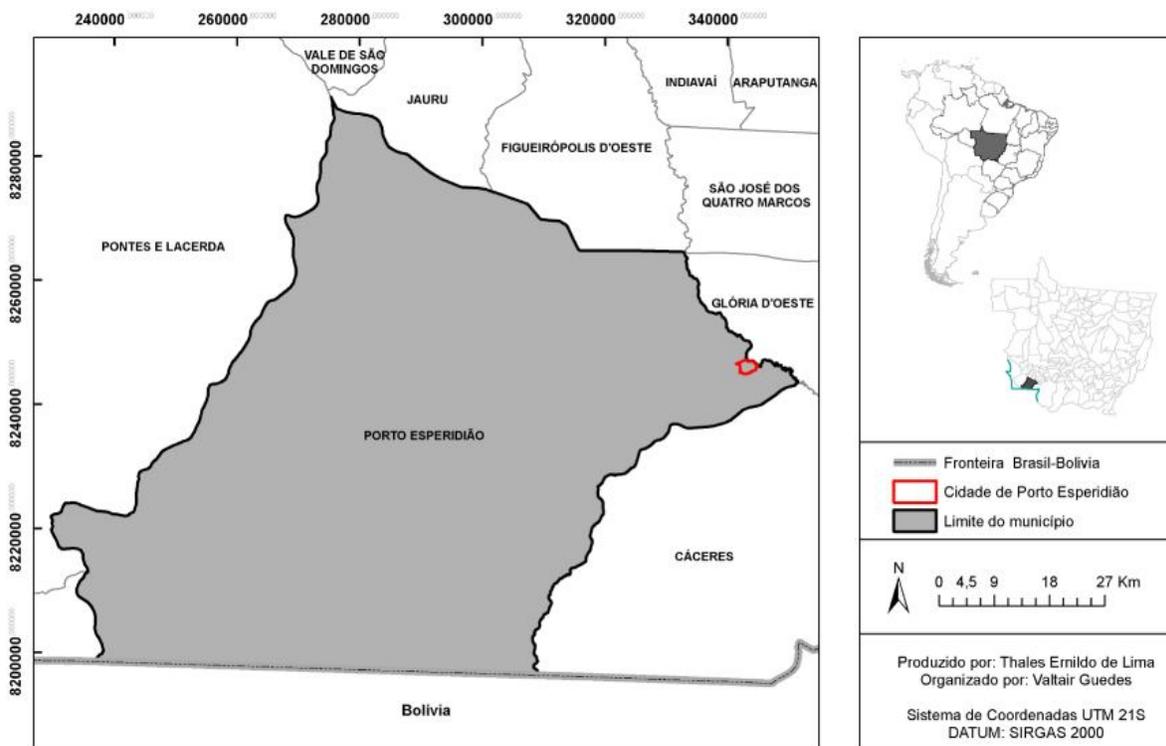
O estudo buscou analisar a dinâmica socioespacial de Porto Esperidião partindo de uma realidade fronteiriça. Nesse contexto, considerou, na dinâmica socioespacial, elementos socioeconômicos, políticos e culturais decorrentes de relações bilaterais e recíprocas.

Como relações bilaterais, classificam-se as conexões convergentes (positivas) e divergentes (negativas) entre as populações constituídas na Zona de Fronteira, instaladas em ambos os lados, ou seja, a população de Porto Esperidião e a boliviana. Quanto às relações recíprocas, estas se conceituam como as conexões partilhadas entre os sujeitos fronteiriços de Porto Esperidião estabelecidos nas proximidades do limite da fronteira com a população urbana do município de Porto Esperidião.

As escolhas quanto aos referidos termos se devem à etimologia das palavras, já que reciprocidade advém de uma conexão correspondente; por outro lado, bilateral deriva de uma conexão entre dois elementos que não necessariamente precisam ser correspondentes. De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 2008), o termo bilateral se refere a dois lados, a dois elementos, àquilo que são opostos; reciprocidade, por sua vez, implica equivalência, relações mútuas, ou seja, aquelas de troca.

Partindo dessa análise, pretendeu-se compreender os impactos das relações bilaterais no arranjo socioespacial de Porto Esperidião, bem como as relações recíprocas partilhadas entre as comunidades fronteiriças (povos tradicionais, povos indígenas, propriedades rurais e as vilas estabelecidas próximas à linha de fronteira) e a população urbana do município. Cabe ressaltar que ao centro da análise encontra-se a cidade (sede) de Porto Esperidião. Diante disso, ela se coloca como referência para a compreensão da dinâmica socioespacial no recorte desta pesquisa. A Figura 1 ilustra o recorte espacial da pesquisa em voga.

Figura 1 – Representação do recorte espacial da pesquisa – Município de Porto Esperidião-MT



Fonte: Organizado por Valtair Guedes (2017).

Cumpre-nos ressaltar que, além da abordagem acerca das relações fronteiriças (recíprocas e bilaterais), buscou-se também instruir esse debate no ambiente escolar, com o intuito de, em um futuro próximo, promover um maior aprofundamento desse tema em todas as turmas do Ensino Médio das escolas da zona urbana e das proximidades da linha de fronteira, além de tentar estabelecer maior reciprocidade entre educadores e educandos da cidade e da zona de interação transfronteiriça.

Para Corrêa (1996), as pretensões de uma pesquisa se assentam em importância quando esta atende expectativas do plano acadêmico e/ou do plano prático, o que habilita este estudo nessa definição, uma vez que ele almejou atender duas dimensões: o plano acadêmico e o prático, permitindo que, a partir de ações de valorização dos sujeitos da fronteira, possa-se reconhecer e emancipar a cidadania dos estudantes e, ao mesmo tempo, tornar-se esta uma realidade concreta na escola.

No plano acadêmico, analisou-se a dinâmica socioespacial a partir de relações bilaterais e recíprocas, identificando elementos responsáveis por esse processo e os impactos positivos e negativos decorrentes dessas relações. Tal análise permitiu a criação de um conjunto de informações sobre atributos da fronteira que influenciam no cotidiano de sua população, sejam eles aspectos socioeconômicos, políticos ou culturais. A menção sobre o valor do suporte acadêmico à transformação da realidade é avalizada em ensinamentos de Becker (2005), que, ao discorrer sobre objetivos e meios do ordenamento territorial, cita a necessidade de se estabelecer um diagnóstico geográfico do território, indicando tendências e aferindo demandas e possibilidades.

Já no plano prático, instrumentalizaram-se teórico-academicamente estratégias e se estabeleceu o debate em torno do tema no ambiente escolar, mesmo que ainda incipiente. Desse modo, no campo pedagógico, utilizou-se parte do arcabouço teórico acerca das realidades fronteiriças para compreender os resultados dos educandos investigados, instruindo-os sobre questões pertinentes a ordenamentos jurídicos, políticos, econômicos e culturais fronteiriços.

A pesquisa realizada com os estudantes fronteiriços nos permitiu extrair e entender sua visão acerca da cidade e da fronteira, identificando aspectos positivos e negativos desses espaços, extraindo concepções individuais em relação à cidade e à fronteira e constatando elementos específicos e de maiores ocorrências na cidade e na fronteira. Por

fim, foi possível identificar a satisfação quanto ao uso de equipamentos urbanos existentes na sede do município.

Para tanto, algumas questões que têm nos inquietado acerca dessa realidade foram propostas: as relações bilaterais socioeconômicas, culturais e políticas em realidade de fronteira trazem impactos para Porto Esperidião/MT? Quais são as relações estabelecidas entre a cidade e a fronteira? Quais as divergências e convergências nesse espaço? Jovens em idade escolar compreendem as realidades e os impactos dessa fronteira na dinâmica socioespacial do seu município? Como o ambiente escolar, por meio de estratégias pedagógicas, pode contribuir para o processo de valorização das identidades da fronteira e também na construção de uma mentalidade crítica para as fragilidades provenientes das relações fronteiriças?

Para alcançar os objetivos da pesquisa, trilhamos caminhos metodológicos a fim da obtenção de dados satisfatórios e convincentes. A primeira busca consistiu no levantamento bibliográfico de conceitos básicos fundamentando-se em algumas obras clássicas, bem como em artigos científicos, com o propósito de estabelecer uma reflexão conceitual sobre Espaço Geográfico e Formação Socioespacial, Território, Fronteira e Cidade.

Assim como em outras ciências, na Geografia, apropriamo-nos de categorias de análise para basear nossos estudos, e a opção por esses conceitos se deu por os considerarmos os mais adequados para alcançar os objetivos propostos.

O conceito de Espaço Geográfico é resultado da interação entre sociedade e espaço. Consequentemente, ele não se justifica por si só, mas a partir de seus arranjos e dos processos de formação socioespacial. Desse modo, sua apropriação se dá pelo entendimento de que o espaço fronteiriço não é apenas um espaço físico, delimitado por linhas e marcos, mas aquele em que as territorialidades são um traço marcante. Sendo assim, partimos de duas premissas: de um lado, o espaço subjetivo; de outro, um espaço concreto, alinhado ao conceito de território e delimitado por uma fronteira.

No que tange a território, foi-lhe atribuído um viés político. Quanto aos conceitos de cidade e fronteira, associou-se a eles tanto um sentido concreto quanto abstrato, haja vista que tanto a cidade quanto a fronteira são elementos concretos, mas ao mesmo tempo dotados de condições abstratas, tais como relações e intenções sociais.

Ainda no segundo capítulo desta Dissertação, contextualizam-se questões institucionais fronteiriças, destacando-se dispositivos jurídicos constitucionais e legais que norteiam e regulam essa faixa territorial, além de serem elencados os principais projetos e programas governamentais para a soberania, segurança e desenvolvimento sustentável dessa porção territorial (Faixa de Fronteira). Nisso consistiu a primeira etapa da pesquisa.

Na segunda parte da pesquisa, após a discussão teórica, iniciaram-se visitas a campo para o levantamento de dados primários. Inicialmente, foi realizada uma visita ao longo das proximidades fronteiriças até o limite de Porto Espiridião com o município de Vila Bela da Santíssima Trindade, por meio da rodovia MT-265. Nesse primeiro contato, estiveram inclusas as comunidades de Vila Picada e Santa Rita, o Destacamento Militar do Exército em Fortuna e a Barreira Sanitária do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea-MT) em Fortuna, percorrendo-se a linha de fronteira em busca de marcos de divisa.

Ao todo, foram realizadas cinco visitas a campo na fronteira. Além dos locais visitados já mencionados, passamos ainda pela comunidade tradicional São Fabiano, por algumas propriedades rurais no assentamento rural Recanto Alegre, no povoado do Postinho e, ainda, foram realizadas as entrevistas com alunos de escolas municipais do Postinho e de Vila Picada. Para subsidiar este trabalho, parte das informações alcançadas foram obtidas por meio de questionário semiestruturado (conforme Anexo A) aplicado aos estudantes fronteiriços.

Quanto a esse instrumento de coleta, foram aplicados 68 questionários: 34 com alunos da zona urbana e 34 da zona rural. Dentre estes, três foram com estudantes do assentamento Recanto Alegre, da Escola Municipal São Judas Tadeu, localizada no povoado do Postinho, e os demais eram matriculados na Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza e residentes das comunidades de Vila Picada, Santa Rita, São Fabiano, Portal do Encantado e das propriedades rurais que se estendem ao longo da linha de fronteira. Concernente aos educandos da cidade, estes, por sua vez, foram alunos exclusivamente da Escola Estadual 13 de Maio.

Respeitando-se princípios éticos, as identidades dos entrevistados não serão reveladas, atribuindo-lhes o anonimato majoritariamente solicitado por eles, em grande medida pedido com vistas à insegurança por parte dos moradores desse espaço. Esse caráter foi estendido às propriedades privadas em que realizamos visitas *in loco*,

omitindo-se o local exato das imagens nelas obtidas. A pesquisa empírica nos permitiu levantar um arcabouço de informações socioeconômicas e culturais desse recorte espacial.

Prosseguindo na busca por elementos socioeconômicos, políticos e culturais na sede do município, foram visitados comércios, empresas de tecnologia e internet e instituições públicas, tais como Indea-MT; Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer; Secretaria de Obras e Infraestruturas; Assessoria de Imprensa do Município; Assessoria Jurídica do Município e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Com vistas ao conhecimento de elementos exclusivamente políticos, foram visitadas instituições públicas de segurança, como: Grupo Especial de Fronteira (Gefron), polícia especializada no combate aos delitos fronteiriços; o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Porto Esperidião (Dtcea-EP), unidade subordinada ao Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta IV), que, por sua vez, é uma organização controlada pelo Comando da Aeronáutica (Comaer), órgão da Força Aérea Brasileira (FAB).

É relevante destacar que parte das informações levantadas junto ao Gefron e ao Dtcea-EP foram obtidas por meio da visita aos sítios eletrônicos desses órgãos. Nessa fase da pesquisa, procedeu-se uma análise de documentos (tanto impressos quanto digitais) e entrevistas com representantes/chefes dos dispositivos citados. Quanto ao Destacamento Militar do Exército em Fortuna, as informações levantadas foram obtidas por meio do Oficial/Tenente responsável pelo 2º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) no momento da visita.

Foram levantados também inúmeros dados secundários junto à Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (Seplan-MT), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT). A relação dos dados primários e secundários obtidos nessa segunda fase da pesquisa e a respectiva análise nos possibilitaram escrever o terceiro e o quarto capítulo desta Dissertação. Cabe ressaltar ainda que as bibliografias com informações quanto ao processo histórico desse recorte espacial e os documentos jurídicos de ordenamento político do município foram imprescindíveis para a elaboração do terceiro capítulo deste texto.

A terceira e última etapa do estudo consistiu em pesquisas com estudantes de três escolas do município de Porto Esperidião: a Escola Estadual 13 de Maio, que fica na sede

do município; a Escola Municipal São Judas Tadeu, instituída na comunidade rural do Postinho; e a Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza, estabelecida na comunidade de Vila Picada. O objetivo dessa etapa foi buscar elementos socioeconômicos e culturais quanto à zona urbana e à zona de interação transfronteiriça do recorte espacial desta pesquisa.

O mesmo se deu com os estudantes do último ano (3º ano) do Ensino Médio em cinco turmas, tendo sido investigadas duas na escola urbana e três nas escolas da zona de fronteira, totalizando 68 estudantes, 34 da cidade e 34 da fronteira.

Além da aplicação dos questionários, foram trabalhadas por meio de aula expositiva questões pertinentes ao ordenamento jurídico que regulamenta a fronteira, destacando de modo geral aquelas de maior ocorrência, positivas e negativas acerca das fronteiras, especificamente as do Brasil. Esses encontros ocorreram em três aulas de cinquenta minutos cada, em dois momentos distintos.

A escolha das referidas escolas se deu tendo em vista que a Escola Estadual 13 de maio é a única unidade de Ensino Médio na zona urbana de Porto Esperidião. Já a Escola Municipal São Judas Tadeu é a única próxima à linha de fronteira e que atende alunos de Ensino Médio do assentamento rural Recanto Alegre, estabelecido nas proximidades do limite fronteiro. Concernente à Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza, ela é a mais próxima dos limites fronteiros. A escolha por essas duas escolas na fronteira ocorreu ainda por ambas atenderem os mais variados sujeitos e diversidades humanas que compõem esse espaço, tais como os povos indígenas do Portal do Encantado, os moradores tradicionais da comunidade São Fabiano, os dos aglomerados urbanos da fronteira, assentamento rural, além de agropecuaristas das proximidades do limite fronteiro.

A seleção de sujeitos concluintes do Ensino Médio deveu-se ao fato de esses estudantes estarem concluindo a educação básica e, portanto, estarem dotados de maior emancipação intelectual. Além disso, eles apresentam maior grau de vulnerabilidade, haja vista que nem todos têm acesso ao Ensino Superior e/ou ao mercado de trabalho e acabam por serem aliciados pelo crime, sobretudo o tráfico de drogas, algo recorrente na fronteira.

Ademais, é importante destacar que, nas Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso para o Ensino Médio, prevê-se como um dos objetivos propiciar ao estudante o desenvolvimento da consciência crítica sobre a realidade que o cerca nos âmbitos

socioeconômicos, culturais e políticos, além de se proporem como estratégias para o Ensino Médio a inserção de situações concretas de vida, de experiência do estudante, da família, do bairro, da comunidade e práticas culturais, tendo como ponto de partida o local ao global (MATO GROSSO, 2010).

Entendeu-se, a partir dessa explanação, que o questionário semiestruturado aplicado aos estudantes e a mediação pedagógica (aula expositiva) nos permitiram não somente apresentar conteúdos aos alunos, mas também discutir diversos conhecimentos, como sobre as relações bilaterais e recíprocas, além de elementos socioeconômicos e culturais da zona de interação transfronteiriça.

Por fim, o trabalho de gabinete, que analisou os materiais coletados, deu subsídios para o último capítulo desta pesquisa.

2. ESPAÇO, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: MATO GROSSO EM CONTEXTO

2.1. O espaço e suas objetivações: pressupostos teórico-metodológicos

Acredita-se que a categoria espaço geográfico é fundamental e basilar para a Ciência Geográfica, pois a partir dela se desdobram outras categorias e outros conceitos da área, tais como as que serão abordadas nesta pesquisa. Isso posto, antes do aprofundamento do debate acerca do conceito de espaço, retomamos brevemente a trajetória da Geografia como ciência, para compreender de como ela se institucionalizou e definiu seu objeto de estudo.

Segundo Andrade (2008), na Pré-história, na Antiguidade e na Idade Média, os povos já cultivavam a geografia, desenhando roteiros a serem percorridos, recursos a serem explorados, analisando as relações meteorológicas, entre outras finalidades. Nesse sentido, a relação desses povos aparenta ter sido mais profunda com a Cartografia e a Astronomia. É na Grécia que alguns estudiosos vão se aventurar a conclusões e a explicações de fatos, não se limitando apenas às descrições ou se apropriando da geografia para fins cotidianos. É lá, pois, que a geografia adquire um caráter mais sistemático (científico).

De acordo com Moraes (1990), os trabalhos gregos de maior destaque são os de Tales e Anaximandro, que privilegiavam a medição do espaço e a discussão da forma da Terra. Evidenciamos também Heródoto, que se preocupava com a descrição dos lugares. Além dessas, inúmeras outras foram as contribuições para esse saber, que à época não se nomeavam como discussões, hoje tidas como geográficas. Deve-se também mencionar a relação entre o homem e o meio presente em Hipócrates, cuja principal obra é intitulada “Dos ares, dos mares e dos lugares”.

Entretanto, a sistematização desse saber só vai acontecer por volta dos séculos XVIII e XIX na Alemanha e França, com Kant, Humboldt, Ritter, Ratzel e Vidal de La Blache, que figuram entre os mais proeminentes estudiosos do período.

No entanto, é no século XX que ocorreram as maiores transformações na Ciência Geográfica: mudanças e reconstruções aconteceram no mundo todo entre a primeira metade do século XX e o início dos anos de 1950, principalmente nas áreas atingidas diretamente pela Segunda Guerra Mundial. Esse foi o século das revoluções,

transformações, invenções e descobrimentos, que alteraram tanto o pensamento da humanidade quanto, por conseguinte, o seio das ciências.

A partir desse período, a geografia caracteriza-se por uma nova roupagem: a aplicação da Teoria dos Sistemas associada à dos Modelos e à utilização da quantificação, caracterizando uma nova produção do conhecimento, denominada como a Nova Geografia (*New Geography*) ou Geografia Pragmática. Além disso, diante de um mundo moderno e em transformação, surgiu outra corrente do pensamento geográfico, a chamada Geografia Crítica. Essa vertente advém de uma postura crítico-radical frente à Geografia existente (MENDONÇA, 2001).

Na Geografia Crítica, o autor que mais se destacou nesse movimento foi Pierre George. Moreira (1994) aponta que é com George que a organização geográfica do espaço mundial perde, pela primeira vez, seus alicerces clássicos, mas o grande mérito desse estudioso foi incluir conceitos marxistas na discussão geográfica. Moraes (1990) aponta outro expoente nessa vertente: o geógrafo Yves Lacoste (discípulo de Pierre George), que tem uma visão da teoria marxista como complementariedade da pesquisa em geografia.

Para Moraes (1990), os geógrafos da corrente crítica irão além de discussões acadêmicas dos pensamentos da Geografia Tradicional: buscam suas bases em raízes sociais. Eles realizaram duras críticas ao empirismo exacerbado, ao isolamento dos geógrafos; à má formação filosófica e à despolitização ideológica do discurso geográfico, que afastava dessa disciplina as questões de cunho social. Notadamente, a Geografia Crítica se desenvolveu com base em estudos temáticos, principalmente aqueles dedicados ao conhecimento das cidades.

Resumidamente, de acordo com Corrêa (2000), podemos apresentar quatro correntes do pensamento geográfico desde sua institucionalização como ciência. São elas: Geografia Tradicional, Geografia Teorético-Quantitativo (Pragmática ou Nova Geografia), Geografia Crítica e por último e em paralelo à Crítica, surgiu a Geografia Humanista e Cultural. Cada uma delas tratou e conceituou o espaço de forma particular, com base em filiações filosóficas, teóricas e metodológicas. Contudo, por mais complexa que seja a história da geografia, há um consenso em torno do campo e do objeto de estudo dessa ciência. Seu objeto pauta-se nas relações homem-meio que acontecem no espaço geográfico: “eis o espaço geográfico, a morada do homem” (ibidem, p. 44). O espaço

geográfico, no entanto, não é um mero receptáculo, morada humana, mas um conceito complexo com categorias interdependentes.

Ainda de acordo com Corrêa (2000), a Geografia Humanista Cultural está assentada sob as bases da Filosofia do significado, em especial a Fenomenologia e o Existencialismo. Essa corrente assemelha-se à Geografia Crítica, porém, valoriza a concepção subjetiva do sujeito e está calcada nas experiências, no simbolismo e nos sentimentos, privilegiando o singular. Por ela, valorizam-se os sentimentos espaciais sobre o espaço a partir da experiência (vivida). Essa corrente do pensamento geográfico direcionou suas críticas para a Geografia de cunho lógico-positivista e seu principal expoente é Paul Claval, geógrafo francês ligado à renovação de estudos culturais.

A Geografia Global, por sua vez, tem seus conceitos incluídos no interior das geotecnologias, que propiciam uma nova visão de mundo. Isso porque, no século XXI, as tecnologias conquistaram um lugar cada vez maior na vida humana: as novas tecnologias e suas ferramentas ofereceram oportunidades inovadoras para a produção do conhecimento geográfico (COSTA; ROCHA, 2010).

Podemos perceber que um novo panorama se abriu para a geografia a partir do uso das novas tecnologias. Com o uso do computador, GPS [Sistema de Posicionamento Global], SIG [Sistema de Informação Geográfica], INTERNET, entre outros, novos termos foram cunhados a exemplo de: cibergeografia, ciber-cartografia, geotecnologia e geografia global. Estes impõem novos desafios e amplas possibilidades para o geógrafo. Desta forma, a geografia enfrenta novos desafios. Ao seu objeto de estudo se deverá agregar um novo plano, que é o virtual e sua grande variedade de relações (COSTA; ROCHA, 2010, p. 40-41).

Entretanto, é importante destacar a presença do pensamento crítico para avaliar as possibilidades e usos das novas tecnologias. Sem essa premissa, corremos o risco de as tecnologias servirem apenas aos interesses dos seletos grupos do capital, excluindo a maioria da população e deixando de promover o bem-estar social e a melhoria na qualidade de vida da sociedade.

Diante do exposto, evidencia-se que a definição do campo de estudo da Ciência Geográfica é o espaço geográfico, embora diferentes vertentes o trataram e o conceituaram de forma particular, com base em suas filiações filosóficas, teóricas e metodológicas. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o espaço é a categoria basilar da Geografia; e o lugar dessa ciência é, segundo Mendonça (2001), o das ciências humanas, haja vista que seu objetivo é o estudo recíproco entre sociedade e natureza.

Nesse contexto, discorreremos sobre algumas das acepções acerca do conceito de espaço geográfico de acordo com autores que acreditamos convergir para uma mesma linha teórica. Diante disso, nosso debate tem como base as concepções de Milton Santos, Moreira, Smith, Henry Lefebvre e Corrêa. Em relação aos geógrafos consultados, estudamos textos de Sposito, Schmid, Godoy, Saquet e Silva.

O geógrafo Milton Santos é o pioneiro e um dos maiores expoentes sobre o tema espaço geográfico. Para Sposito (2004), a obra “Espaço e método” do referido autor, tem forte influência de Karl Marx e de Henri Lefebvre, cuja base está no conceito marxista de formação socioespacial, em que o espaço é tido como um “fator social e não um reflexo social”, posto que espaço, modo de produção e formação socioeconômica são categorias interdependentes. Santos (2004, p. 153), por seu turno, traz em sua análise:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de **funções** e de **formas** que se apresentam como testemunho de uma história escrita por **processos** do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma **estrutura** representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifesta através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (grifos nossos).

Nesta perspectiva, para Santos (2004), o espaço deve ser estudado por meio de quatro categorias fundamentais: **forma**, **função**, **estrutura** e **processo**. A *forma* pode ser definida como o “aspecto visível de uma coisa”, “o arranjo ordenado de objetos”; já a *função* “sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”; a *estrutura*, por sua vez, “implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização da construção”; e a quarta e última categoria do espaço é o *processo*, que pode ser entendido como “uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SPOSITO, 2004, p. 89, grifos nossos).

Por Santos (2014), podemos compreender que a dialética espacial é definida como um campo de forças, incluindo o conflito entre o “velho” e o “novo”, as forças externas e internas (modo de produção regido por uma ordem global e modo de produção particular, ou seja, local) e entre o Estado e o mercado.

Para ele, “[...] um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação [e] o espaço impõe sua

própria realidade” (SANTOS, 2014, p. 67). O autor afirma ainda que a sociedade não opera (realiza suas ações) fora do espaço. Conseqüentemente, para a compreensão do espaço, sua relação com a sociedade é imprescindível. Entretanto, compreendemos que é a sociedade que dita as regras dos “efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura” (ibidem, p. 67).

O espaço é um fato social, pois é impossível interpretá-lo fora das relações sociais. “Muitos fenômenos, apresentados como se fossem naturais, são de fato, sociais. Segundo essa acepção, o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social” (SANTOS, 2004, p. 163).

Podemos compreender, assim, que Santos (2014, p. 12) considera o espaço como uma instância da sociedade, não apenas como receptor, mas desempenhando um papel de reciprocidade com outras instâncias (econômica, cultural-ideológica e político-institucional). “Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida”. Talvez o enunciado que acabamos de descrever responde às perguntas que o próprio autor formula: “contêm eles o espaço? O espaço os contém?” (SANTOS, 2014, p. 12).

No entanto, para Santos (1978 apud SPOSITO, 2004, p. 91), “[...] o espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social”, ou seja, natureza socializada.

Corroborando as ideias de Santos (1978; 2014), Saquet e Silva (2008) argumentam que o espaço, além de uma instância social, possuidora de uma estrutura que tende a se reproduzir, uma organização estabelecida pelo homem, é também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias. Assim, o espaço organizado é resultante da interação de diferentes variáveis.

Na concepção de Moreira (2012) acerca do conceito de espaço geográfico, entende-se que este é o “termo da unidade”, a que o dissociado se junta, pois é no espaço que acontecem as relações homem-natureza. O homem, por meio de seu trabalho, sobrepõe-se à natureza, e isso é expresso pela unidade de organização, a qual se manifesta na forma do “arranjo paisagístico”: “o espaço é um produto da História. Um ato de sujeitos. Sua matéria-prima é a relação homem-meio” (ibidem, p. 30).

O homem vive uma relação de intercâmbio com a natureza e, a partir dela, extrai suas condições de sobrevivência, transformando a natureza, e ao mesmo tempo, a si mesmo. Segundo Moreira (2012), ocorre assim um processo denominado de “hominização do homem pelo próprio homem”, um processo de história natural em que o homem é condicionado ao processo de história social, sua matriz constitutiva, que caminha para a evolução total da natureza. “Esta relação interna do homem com o restante do universo, da natureza que resulta num homem e numa natureza autotransformados se externaliza para se materializar na forma do espaço” (ibidem, p. 30).

O espaço faz-se, pois, mediação. E movimento em *continuum*, que ciclicamente se repete. Produto da externalização da internalidade metabólica e produtor da internalização da externalidade metabólica global, o espaço se entroniza no circuito relação homem-natureza, reinteriorizando-se no metabolismo intranatural para de novo externalizar-se, num ciclo de repetição que se retroalimenta continuamente (MOREIRA, 2012, p. 30).

A partir da leitura de Moreira (2012), podemos deduzir que o espaço é o campo das realizações e interações homem-meio, é um produto da história, o mediador que passa a ter um “metabolismo mais global homem-espaço-natureza”. De forma recíproca, estes elementos agem dentro de uma sociedade historicamente concretizada. Podemos entendê-lo então como um elemento em constante renovação, cuja renovação torna-se uma prática, de modo que o espaço passa a ter um papel de mediação e regulação da história. Essa é a interpretação do espaço no plano teórico.

Já no plano do método, com o auxílio de Moreira (2012) podemos interpretar o arranjo espacial como um sistema de determinações e mediação, esta entre a natureza e o homem. Metodologicamente, a categoria fundamental geográfica é o arranjo espacial: esta (re)organização, o arranjo, acontece no espaço. Desse modo, o espaço em si só não se justifica como categoria basilar de interpretação em Geografia, mas a partir de seu arranjo.

Corrobora a esse entendimento, Moreira (2012, p. 25), justifica a questão do método geográfico como sendo o arranjo espacial:

Em Humboldt e em Ritter é precisamente assim. Humboldt parte do arranjo da paisagem das plantas e Ritter, do seu recorte espacial. O arranjo espacial integrando para ambos as diferenças e identidades dos fenômenos na diversidade do mosaico constitutivo da superfície terrestre.

Servimo-nos também de Smith (1988), que estuda a conceituação básica de espaço geográfico e parte do pressuposto de que, independentemente da perspectiva crítica que se assume em relação ao tema, não há como escapar de algumas noções básicas, tais como: “[...] espaço como um campo, como um receptáculo, como simples vácuo” (SMITH, 1988, p. 109). Há certa preocupação do autor em esclarecer o espaço geográfico como sendo um espaço da atividade humana, “desde o espaço arquitetural, numa escala mais baixa, até a escala de toda a superfície da Terra” (ibidem, p. 109). Para ele, é preciso distinguir espaço geográfico dos muitos outros significados e tratamentos que existem.

Também para Smith (1988), desde a década de 1960, as discussões acerca desse tema têm se tornado cálidas. É importante salientar que, segundo o autor, qualquer relação histórica que tenha o espaço científico do espaço social, entretanto, espaço social hoje é completamente diferente do espaço científico, haja vista que espaço social é o campo de atividades e eventos sociais. Geralmente, atribui-se a Emile Durkheim a criação do termo “espaço social”, escrito por volta de 1890, sendo que o estudioso foi cuidadoso ao esclarecer que espaço social é diferente de espaço real. Segundo Smith (1988), espaço real estaria se referindo ao espaço físico.

Continuando nosso debate com base em Smith (1988), ainda não podemos nos referir a espaço social como sendo espaço geográfico, haja vista que este é manifestamente físico: é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas. Nessa seara, pode-se afirmar que a Geografia não se atentou para o dualismo e a contradição entre espaço físico e social e para a diferença interna entre espaço natural e físico em geral: somente em anos recentes passou-se a vislumbrar tal categorização.

Com base no exposto, o autor avança para a questão de espaço natural e espaço físico:

O espaço natural, no sentido de espaço absoluto herdado, não é mais sinônimo de espaço físico, haja vista que o espaço físico, por definição, pode ser social. Esta distinção surge no debate sobre o espaço geográfico, porque os geógrafos têm que lidar com o espaço físico em geral e não apenas com o espaço natural da primeira natureza. Com seus objetos de estudo localizados enquadradamente dentro do espaço social, a maioria das ciências sociais poderia abstrair do espaço físico, incorporando-o nas análises somente como um dado externo ocasional (SMITH, 1988, p. 120).

De acordo com Smith (1988), as duas correntes do pensamento que mais se destacaram nos debates conceituais acerca do espaço são as pós-positivistas: geografia

humanística, que possui maior responsabilidade em dar introdução conceitual à literatura geográfica, baseada na fenomenologia; e a geografia de cunho político-radical, inspirada na corrente marxista da dialética histórica. Para estes estudiosos, sociedade e espaço não interagem: trata-se de “[...] uma lógica histórica específica (a do acúmulo de capital) que guia a dialética histórica do espaço e da sociedade” (SMITH, 1988, p. 122).

Quanto à concepção de espaço em Henry Lefebvre, Schmid (2012) explica que o espaço é produzido, isto é, não existe em si mesmo. O autor aponta três questões cruciais que foram negligenciadas na interpretação da compreensão da produção do espaço em Lefebvre: a versão triádica da dialética, desenvolvida com base em Hegel, Marx e Nietzsche; a teoria da linguagem, baseada em Nietzsche; e a influência da fenomenologia francesa em seus pensamentos (SCHMID, 2012). Segundo ele, elas poderiam contribuir significativamente para uma melhor e mais completa compreensão da produção do espaço de Henry Lefebvre.

Schmid (2012) associa as três questões que, segundo ele, foram negligenciadas por Lefebvre, a uma versão triádica da dialética: **interação, conflito, aliança** e atribui aos três termos igual importância. Segundo o autor, em seus últimos trabalhos, Lefebvre define explicitamente essa dialética tridimensional, apresentando finalmente uma concepção fundamental triádica que pode ser mencionada em relação ao termo espaço-tempo: espaço-tempo-energia (SCHMID, 2012).

Schmid (2012, s.p.) nos apresenta uma síntese da concepção de espaço em Lefebvre:

O foco da teoria de Lefebvre não é o “espaço em si mesmo”, nem mesmo o ordenamento dos objetos e artefatos (materiais) “no espaço”. O espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo.

O projeto teórico de Lefebvre para a concepção do espaço traz uma importante contribuição para a renovação desse conceito sob a ótica de uma dialética materialista histórica (GODOY, 2008). Smith (1988) ressalta que Lefebvre não só é o responsável pela ideia da “produção do espaço”, mas também o teorizador inicial do termo. Outros estudiosos, como David Harvey e Castell, abordaram o tema; entretanto, é Henry Lefebvre o criador do termo “produção do espaço”, que o explicita com coerência e criatividade. De acordo com Lefebvre, “[...] o espaço como um todo tornou-se o lugar em que a reprodução

das relações de produção se localiza”. “É este espaço ‘dialecticizado’ de conflito [...] que produz a reprodução, introduzindo nele suas múltiplas contradições” (SMITH, 1988, p. 139).

Smith (1988) ainda nos aponta que a concepção acerca do espaço geográfico está hoje consideravelmente mais avançada, um resultado das tradições pós-positivistas. Por outro lado, pontuamos a visão de Corrêa (2000), para quem o espaço geográfico é multidimensional, e torná-lo inteligível é para nós, geógrafos, uma tarefa inicial.

Para tornar mais prática nossa compreensão acerca do referido conceito, podemos elencar alguns de seus elementos práticos. Corrêa (2000) os denomina de práticas espaciais: um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam o espaço geográfico no todo ou em partes nas múltiplas relações. Segundo o autor, elas são as seguintes: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

Podemos apresentar a definição de cada prática espacial com base em Corrêa (2000): seletividade espacial é a maneira como o homem age seletivamente no processo de organização do espaço. Já fragmentação-remembramento espacial é o processo de produção do espaço, que é fragmentado e controlado por diferentes agentes ou grupos. Antecipação espacial, por sua vez, significa garantir reserva de território, assegurar para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial. Marginalização espacial, por seu turno, refere-se ao valor atribuído a um dado lugar, que pode variar por razões de ordem econômica, política ou cultural, alterando sua importância e, no limite, marginalizá-lo. Finalmente, a reprodução da região produtora tem como estratégia a valorização produtiva do espaço por meio da reprodução das condições de produção: em geral, essa atividade age espacialmente localizada, efetivada pelo Estado ou pelas grandes e complexas corporações.

Tais práticas espaciais constituem-se como ingredientes da gestão do território.

Concluindo nosso debate acerca das acepções de espaço geográfico, uma questão relevante deve ser considerada: o espaço em si mesmo não se justifica como categoria basilar, mas sim, a partir de sua produção e arranjo que se justifica como categoria fundamental de interpretação em Geografia. Para Santos (1977, p. 87), “[...] as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares [...]. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional”.

Frente ao exposto, esta pesquisa considera toda a trama de relações socioeconômicas, culturais e políticas para interpretá-la à luz da teoria da Formação Socioespacial.

2.1.1. A Formação Socioespacial (FSE) como leitura e método de interpretação

Tendo em vista a discussão conceitual da categoria espaço geográfico, neste tópico buscaremos discutir o conceito teórico da Formação Socioespacial (FSE). Diante disso, buscaremos nos apropriar da FSE como categoria de análise do estudo do arranjo socioespacial da cidade de Porto Esperidião a partir das relações recíprocas e bilaterais entre a cidade e a zona de interação transfronteiriça.

A Formação Socioespacial é uma proposta teórica e metodológica desenvolvida por Milton Santos na década de 1970 no bojo da Geografia Crítica. Ela derivou da teoria da Formação Econômica e Social, um modelo teórico de Karl Marx, cuja base está fundamentada na economia política e no materialismo histórico dialético. Autores como Gregory, Lefebvre e Castells, entre outros, aproximaram-se também dos debates em torno das estruturas sociais e espaciais em suas pesquisas e produções teóricas (FERREIRA, 2011).

De acordo com Ferreira (2011), a busca por novas propostas teóricas e metodológicas dava-se pelo fato de, na segunda metade do século XX, a sociedade mundial estar mergulhada em uma profunda e complexa divisão territorial e internacional do trabalho. Esse foi o século das revoluções, que aconteceram tanto no meio político, econômico e cultural quanto científico. Haja vista essas transformações, Santos utiliza a Formação Econômica e Social como teoria e método para estudar dialeticamente a sociedade e o espaço.

É por este motivo Santos (1977, p. 93) defende que “[...] não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais”. Para ele, formações sociais, bem como as espaciais, fazem parte de um conceito único, que nomeia formação socioespacial. É importante salientar que, por formação social, entende-se o conjunto indivisível da sociedade e da natureza, de onde a sociedade extrai sua produção, ao mesmo tempo em que essa sociedade é parte da natureza (SANTOS, 1977).

Por sua vez, o espaço é um produto da sociedade e se apresenta como uma estrutura criada, resultante de transformações de determinadas condições sociais. Para Lefebvre (1976 apud FERREIRA, 2011, p. 06), “[...] o espaço foi moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico”. Coadunando com esse pensamento, Santos (1977) aponta que as transformações espaciais são determinadas pelas necessidades sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, o espaço se reproduz e evolui em função dos modos de produção e de seus momentos sucessivos. De acordo com Santos (1977, p. 92): “o espaço é a matéria trabalhada por excelência”.

Ainda de acordo com Santos (1977), a teoria da Formação Socioespacial é constituída por um tripé de categorias intrínsecas: modo de produção, formação social e espaço. Ele explica que o modo de produção é uma categoria concreta que se assenta sobre um dado território historicamente determinado. Portanto, as formas espaciais são a linguagem dos modos de produção, estes determinados geograficamente de forma seletiva, reforçando assim as especificidades dos lugares. Vale ressaltar que as formas espaciais são resultado tanto de necessidades externas quanto internas e, segundo Santos (1977, p. 88), “[...] os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”.

O modo de produção é uma estrutura expressa pela luta e por uma interação entre o novo e o velho. Santos (1977), comumente faz referência a esses termos para designar aquilo que se estabelece e se sobrepõe a um modo de produção anterior. No entanto, por mais que “o novo” se imponha, não consegue completamente se sobrepor ao modo passado, de modo que “o velho” corresponde mais ou menos a formas sociais e técnicas penetradas pelo novo modo de produção. É importante destacar ainda que o modo de produção é resultado de ações concretas, como as relações sociais, que se tornam formas materiais no espaço. Igualmente, é resultado de produtos imateriais, como as estratégias políticas e ideológicas, para se materializar no espaço. Para Santos (1977), é por esse motivo que a história espacial é seletiva.

Sendo assim, as formas geográficas particulares representam um modo de produção em dado momento. Para ele, a história dos modos de produção é a da sucessão de formas criadas. E a história da formação socioespacial está ligada à superposição de formas criadas pela sucessão dos modos de produção. Resumidamente, pode-se afirmar que

formação socioespacial é resultado de formas criadas ao longo de um dado momento na história e, portanto, estas manifestam as sucessões de modos de produção ao longo da história. Desse modo, “[...] cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação” (SANTOS, 1977, p. 89).

A Formação Socioespacial, assim, pode ser entendido como teoria e método, posto que, dialeticamente, pretende estudar a sociedade e o espaço em sua totalidade, uma vez que “o espaço reproduz a totalidade social” (SANTOS, 1977, p. 91). No entanto, para o mesmo autor, as formas particulares de cada lugar são reflexo da totalidade global, um conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade. Desse modo, o tripé apresentado por Santos (1977) é indivisível, ou seja, forma uma categoria única (FSE): de um lado, os modos de produção são elementos globais; de outro, espaço e formação social são elementos mais específicos de um dado lugar.

É por este motivo que Santos (1977) defende que os modos de produção escrevem a história no tempo. Em outras palavras, essa categoria pertence a uma escala macro, esta, por sua vez, que é de uma ordem global e em tese dita as regras dos meios de produção mundial: no atual momento histórico, o modo de produção dominante é o capitalismo. Além disso, quando Santos (1977) faz referência às formações sociais como sendo inscrições no espaço, refere-se a uma ordem particular, a relações entre as categorias espaço e formação social, que resultam na peculiaridade de cada recorte espacial ou em um dado lugar em um território (formas particulares de cada lugar). Assim, a evolução das formações sociais está condicionada pela organização do próprio espaço.

Apesar de apresentarmos os conceitos formadores do tripé (modo de produção, formação social e espaço) separados, entendemos que o processo de Formação Socioespacial só existe como categoria pelo fato de haver uma articulação concreta e abstrata entre os referidos conceitos: concreta porque, de um lado, há estruturas, formas e funções impressas no espaço; de outro, há uma abstração porque a Formação Socioespacial é carregada de intenções e ideologias (SANTOS, 1977).

Pautado na Formação Socioespacial, o município de Porto Esperidião, estabelecido em limites fronteiriços, assume formas espaciais e funções como produto da sociedade em que se reproduz por meio das relações de trabalho ao longo dos modos de produção inscritos na história do tempo. Portanto, pensando dialeticamente sobre as relações

socioeconômicas, políticas e culturais que acontecem na cidade e na fronteira, é possível interpretar a produção e o arranjo desse espaço, entendendo-o como parte de uma totalidade.

Acreditamos, pois, que essa categoria (Formação Socioespacial) nos permite a realização do estudo minudente, pela análise das relações recíprocas e bilaterais entre a cidade e a zona de interação transfronteiriça a partir de questões socioeconômicas, políticas e culturais. Podemos afirmar ainda que seria impossível discutirmos o conceito de Formação Socioespacial sem antes entendermos o de espaço geográfico, pois é a partir da teoria da FSE, como método, que buscaremos interpretar o recorte espacial (espaço geográfico) desta pesquisa.

2.2. Território e fronteira: intersectando conceitos

Quanto às acepções dos conceitos de território e fronteira, eles foram dissertados à luz das perspectivas de Haesbaert, Santos, Saquet, Raffestin, Cotrade, Dematteis, Machado, entre outros, que nos auxiliaram em sua interpretação. Sabe-se, no entanto, que conceitos são múltiplos e variados e, por esse motivo, nossa análise conceitual das categorias território e fronteira se centrou em uma perspectiva mais política, compreendida a partir das relações de poder. Nosso objetivo é, pois, entender o território como um elemento do Estado-nação, delimitado por uma fronteira internacional.

Entretanto, a noção de território transcende a ideia simplificada de uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado. Sua definição é mais complexa, envolve uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo (SAQUET; SILVA, 2008).

Cada área de conhecimento caracterizará território sob um enfoque de uma determinada perspectiva. Haesbaert (2016), por exemplo, apresenta em sua obra a amplitude teórica e conceitual que a expressão recebe. Segundo o autor, a Ciência Política o entende partindo de relações de poder. A Economia, por sua vez, percebe-o como uma das bases de produção; a Antropologia destaca sua dimensão simbólica; a Sociologia, suas relações sociais; e a Psicologia o debate a partir da identidade pessoal.

Diante dessas múltiplas perspectivas, cabe à Geografia considerar território sob o ponto de vista integrador: o geógrafo tende a debater a materialidade do conceito sob múltiplas dimensões, tanto de ordem natural, quanto política, econômica e cultural.

Historicamente, os debates em torno do conceito de território tiveram uma ascensão por volta dos anos de 1970, por abordagens que procuram explicar a dominação social, a expansão do poderio Estado-nação, a geopolítica, a reprodução do capital, as problemáticas do desenvolvimento desigual, os símbolos e os signos de vida cotidiana como elementos territorializantes. Contudo, a ideia de território já existe e é debatida desde o século XV. Nas obras de Ratzel, no século XIX, já se percebia uma abordagem, tanto que ele trouxe uma análise de território como sinônimo de ambiente e solo. É a partir dessa concepção que o termo pode ser entendido como palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo-terra e outras condições naturais, fundamentais para efetivação dos povos (SAQUET, 2007).

Para Santos (2004, p. 233):

O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história, mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama *espaço* logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território.

Nessa perspectiva, percebe-se que o território é uma estrutura mutável, cujos limites são traçados em comum acordo ou por força maior, e sua extensão varia ao longo da história, apresentando-se como fixo em dados momentos. Ele é resultado da ação e ocupação de um povo, como o trabalho, regido por um modo de produção, forçado e/ou administrado por um poder soberano, e o uso desse poder implicará relações entre classes sociais e as formas de ocupação desse território (SANTOS, 2004).

Santos (2004) acrescenta que a ação das sociedades territoriais se submete no interior de um dado território por um modo de produção dominante, por um sistema político ou pelos impactos dos modos de produção passado, que antecede o atual. Desse modo, o território se configura como um elemento de um Estado-nação, visto que “[...] um Estado-nação é essencialmente formado de três elementos: 1. o território; 2. um povo; 3. a soberania” (SANTOS, 2004, p. 232).

Sob o ponto de vista de Raffestin (1993), a noção de território está intimamente ligada à de poder, este controlado pelo Estado, empresas e demais instituições. Saquet (2007, p. 33), por seu turno, entende que “[...] o poder é inerente às relações sociais [...]. O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas [...]. Enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando o controle e dominação”. Ainda para Saquet (2007, p. 34), “as relações de poder são um componente indispensáveis na efetivação de um território”.

Sendo assim, podemos considerar que o poder é uma categoria fundamental para a compreensão do território, seja ele exercido de forma individual ou em grupo. Em uma tentativa de precisá-lo, Raffestin (1993, p. 53) apresenta uma síntese de Foucault (*op. cit.*, p. 123-127):

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são iminentes a elas; 3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; 4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

Raffestin (1993, p. 52-53) descreve que essas proposições “não o definem, mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam a natureza do poder”. Segundo o autor, “o poder é parte intrínseca de toda relação”.

Sendo co-extensivo de qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam relação, a saber a energia e a informação. Manipulação? Isso quer dizer formação, acumulação, combinação e circulação da energia e da informação implicadas pela existência de um campo relacional, qualquer que seja. A energia, com a informação, se forma, se acumula, se combina e circula (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54).

Ainda, de acordo com Raffestin (1993), o território é construído por meio do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, pelas relações entre sociedade, espaço e tempo. A territorialidade tem um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” por uma coletividade. Ela é então o “vivido”, suas ações expressas, resulta no produto territorial, por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p.158).

A partir da leitura de Haesbaert (2016), podemos apresentar quatro sínteses acerca da conceituação de território: a primeira delas se refere às relações de espaço-poder ou

jurídico-políticas: esta é a mais difundida, pela qual o território é interpretado como um espaço delimitado e controlado, com um poder concentrador, mas não exclusivo, relacionado ao poder político do Estado-nação. A segunda é o elemento cultural ou simbólico-cultural, que o entende como um produto subjetivo de um povo em relação ao espaço vivido; a terceira diz respeito à visão econômica, pouco difundida, mas que dá ênfase à dimensão espacial dessas relações, entendendo o território como fonte de recurso, imerso em uma relação de trabalho e forças produtivas. Por último, há ainda uma interpretação naturalista, a mais antiga e menos difundida, que enfoca as relações entre sociedade e natureza e a forma de atuação do homem sobre o meio.

Ainda em Haesbaert (2016), de um modo geral, podemos identificar o território como um elemento centrado em fatores como instrumento de poder político e espaço de identidade cultural. Portanto, pode-se compreendê-lo como um produto socioespacial, resultante de relações concretas e simbólicas (identidade) e articulado por interesses políticos e econômicos, promovido por um sistema dominante e concentrador.

Com base no exposto até o momento, podemos identificar o território sob duas dimensões: a material, que faz referência à sua área, sua geografia física, seus recursos naturais; e a de caráter ideológico, imaterial, com ações, disputas, dominações, posicionamentos políticos, entre outros caracteres que implicam a impressão do poder.

No que se refere ao planejamento territorial, Dematteis (2008 apud ABRÃO, 2010) defende que o território precisa ser planejado, rege a necessidade de projetos de desenvolvimento que visam resolver ou amenizar problemáticas, potencializando características que há em cada território, estas compreendidas por meio de estudos.

Saquet (2007), por seu turno, analisa o conceito sob um viés mais humanizado, descentralizador, sem dominação e controle dos homens. Para ele:

O desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia (SAQUET, 2007, p. 177).

Ainda segundo Saquet (2007), a abordagem territorial é uma forma de compreensão de processos como dominação, desumanização, mundialização do capital, lugar de convivência e liberdade, pois o conhecimento acerca dessa temática nos permite a superação de aspectos dicotômicos, como natureza/sociedade e ideia/matéria, fornecendo-

nos também subsídios para propor um desenvolvimento sustentável, a valorização de relações sociais entre os sujeitos e destes com seus e outros lugares. Dessa forma, é necessária a organização humana, propondo-se uma nova forma ético-política para amenizar a dominação econômica, cultural e política que não corresponde às aspirações, anseios e às necessidades da maioria.

A par do conceito de território, discutimos a conceituação de fronteira. Nosso objetivo é alcançar uma síntese acerca dessas duas categorias. Para tanto, parte-se do pressuposto de que tais conceitos são complementares e que território é sinônimo de espaço-poder e um elemento fundamental para constituição do Estado-nação. Cootrade (2016, p. 18) auxilia na compreensão do exercício de um Estado-nação ao afirmar que este é:

O dono do exercício da soberania, ou seja, a propriedade de ser uma ordem suprema, que não deva validação a nenhuma outra, em seu território. Portanto, a delimitação clara do território, a aceitação disto no conjunto das nações, é uma das preocupações primeiras do Estado-nação, para ter a sua legitimidade internacional.

Diante dessa análise, como pode ser definido um limite e a fronteira de um território do Estado-nação? Segundo Souza-Higa (2008, p. 17), com base em Martin (1992, p. 47), a fronteira pode ser considerada “[...] uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada, onde os habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio”, diferente de limite, este “[...] reconhecido como linha e [que] não pode, portanto, ser habitada”, ao contrário da fronteira. De acordo com a autora, o termo tem origem latina e designa o fim daquilo que mantém coeso uma unidade político-territorial.

De acordo com Machado (1998 apud SOUZA; OLIVEIRA, 2014, p. 72), fronteira e limite são forças opostas:

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira.

Raffestin (1993), em sua análise, retrata que, em todas as relações e fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: “toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota”

(RAFFESTIN, 1993, p. 164-165). Para o estudioso, o limite é um sistema utilizado coletivamente para marcar um dado território e está estritamente relacionado ao trabalho (modos de produção) e ao poder. “O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder”.

A questão das fronteiras e limites internacionais, por sua vez, demandou tempo para se estabelecer ao longo do processo histórico como ordenamento político, uma vez que:

As fronteiras e os limites internacionais são áreas nas quais o Estado tem investido muito para impor suas definições de limite, embora as regiões de fronteira demonstrem ser áreas complexas para que o Estado alcance uma síntese de cultura nacional, precisamente porque o panorama cultural das regiões fronteiriças transcende a linha de fronteira (WILSON apud SANCHÉZ, 2002 p. 20-21).

Raffestin (1993) argumenta que o limite e a fronteira participam de um projeto sociopolítico ou socioeconômico: ambos decorrem do espaço e do tempo. A linha fronteiriça, por exemplo, apresenta variados significados de acordo com o modo com que foi investida: ela permite o exercício das “funções legal, de controle e fiscal”. A **função legal** é a delimitação de uma área no interior, regida por instituições jurídicas e normas, que mantêm as atividades de uma sociedade política. Já a **função de controle** tem por objetivo a inspeção da circulação de homens, bens e informações; e a **função fiscal**, por muito tempo, instituiu-se como ferramenta para políticas econômicas no que tange ao protecionismo, mas, com as políticas liberais, diminuiu sua importância, passando a ter um caráter mais ideológico de fronteira e militar.

Cootrade (2016), sobre o tema, elucida que no limite de um Estado-nação há uma linha divisória (linha limítrofe), denominada de limite internacional; paralela a esse limite, constitui-se uma faixa. No caso do Brasil, a faixa de fronteira se estende em um raio de 150 km. A faixa de fronteira tem como eixo de referência a linha limítrofe entre os Estado-nação e fomenta outro conceito, o de zona de fronteira.

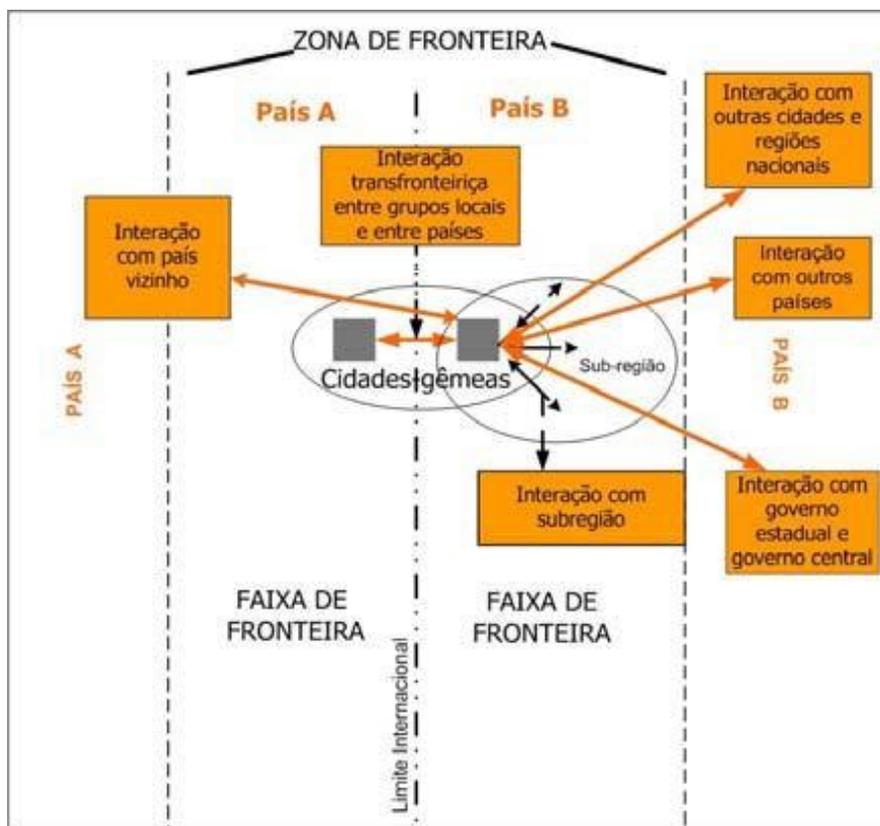
Machado (2005 apud COOTRADE, 2016, p. 21), explica a diferença entre os termos:

Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão de jure, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas.

Diante disso, concluímos que é na zona de fronteira das unidades administrativas (municípios) que ocorrem as relações fronteiriças entre as nações-limítrofe. Nesse sentido,

pode-se afirmar que tais relações são mais acentuadas e, portanto, ocorrem com maior fluxo de interação em áreas conurbadas. Este, contudo, não é o caso do Estado de Mato Grosso, que não possui nenhuma cidade conurbada (cidades-gêmeas) na área de fronteira. Entretanto, pesquisas nos apontam que a maioria das cidades mato-grossenses lindeiras possuem significativas relações bilaterais. Com o objetivo de ilustrar as diferenças entre faixa de fronteira e zona de fronteira, a Figura 2 auxilia o entendimento do tema.

Figura 2 – Conceitos de zona de fronteira e faixa de fronteira



Fonte: Brasil (2005).

2.3. A fronteira brasileira no espaço/tempo

No presente tópico, buscamos realizar um levantamento a respeito da evolução das fronteiras terrestres do Brasil¹. Segundo Borba (2013), a constituição das fronteiras e as faixas de fronteira no Brasil passaram por algumas fases: a primeira delas foi o expansionismo, caracterizado por disputas luso-espanholas consolidadas pelo princípio *uti*

¹ Nesse sentido, não trataremos as transformações ocorridas em fronteiras marítimas, aéreas e espaciais.

possidetis; a segunda seria a definição de limites por meio de tratados e acordos; e a última é a defesa, um elemento importante para a garantia da soberania nacional, além de ser objeto de permanente preocupação do Estado em garantir a posse das terras por ele ocupadas.

No que tange à atual configuração territorial brasileira, ela se diferencia daquela proposta há quinhentos anos pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Isso porque houve diversos tratados ao longo de meio século, que definiram as atuais fronteiras do Brasil e mostram que elas não são um dado fixo, mas mutável e, mesmo consolidada, como está hoje, pode sofrer mutações, conforme podemos constatar em Santos (2004, p. 233): “[...] [o] território não tem forçosamente a mesma extensão através da história, mas em um dado momento ele representa um dado fixo”.

De acordo com Moraes (2005), o Brasil é um país com dimensões continentais, e sua história remonta a um expansionismo lusitano, que se deu em um contínuo processo de expansão territorial. “O país tem assim, por antecedente, o signo da conquista territorial — o imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado pode ser considerado um dos fios condutores da formação brasileira” (ibidem, p. 94-95). Moraes (2005) utiliza o princípio de *uti possidetis*, pelo qual os colonizadores puderam garantir a posse das terras conquistadas e, assim, a expansão do território brasileiro. Entendemos, inclusive, que o Brasil foi o país sul-americano que mais logrou êxito com tal recurso.

“É sobejamente conhecido o contexto em que se deu o descobrimento do Brasil e o início do domínio português nas novas terras de além-mar” (COSTA, 1998, p. 27). Todavia, recuperamos parte da história da formação, expansão territorial e dos diversos tratados de limites internacionais que configuraram a fronteiras do Brasil.

Segundo Goes Filho (2013), três nomes de descobridores e navegadores devem ser lembrados: Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio e Pedro Álvares Cabral. A Colombo se vincula o Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha em 1494 e que separava as terras recém-descobertas no “mar oceano”, nomenclatura dada à época ao Oceano Atlântico. No entanto, o nome do novo continente é uma homenagem ao florentino Américo Vespúcio, pelo mérito de este ter propagado a ideia de que as terras descobertas faziam parte de um “Mundus Novus”.

Quanto a Pedro Álvares Cabral, deve-se a ele o título de descobridor do Brasil. Porém, quando chegou à Terra de Santa Cruz (Brasil), as fronteiras desse território já estavam estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, uma vez que previa uma linha de 370 léguas a oeste da ilha Santo Antão, do arquipélago de Cabo Verde. É importante destacar, nesse contexto, que o rei de Portugal, Dom João III, tentou respeitar as fronteiras estabelecidas, por meio das capitanias hereditárias (GOES FILHO, 2013).

De acordo com Costa (1998), nas terras recém-descobertas, iniciou-se um caso específico de colonização, baseado quase que exclusivamente na exploração de metais preciosos. Desse modo, os colonizadores não montaram um típico empreendimento mercantil-colonial de início, o que perdurou até meados do século XVI. No entanto, pressionados pelas constantes ameaças de seus vizinhos ibéricos na costa oeste do continente, os portugueses resolveram assentar bases mais sólidas para a ocupação do território, criando assim uma verdadeira estratégia geopolítica para o domínio do território descoberto.

O território do Brasil não se limitou ao Tratado de Tordesilhas: grupos sertanistas foram devassando o interior do continente, desrespeitando o acordo entre as nações, mesmo porque era impossível, em meio ao continente, saber com exatidão os limites fronteiriços entre as terras luso-espanholas. No final do século XVI, ações como a busca por drogas do sertão, pedras preciosas, catequização dos índios e predominantemente a caça aos nativos fez os colonizadores excederem tais limites (COSTA, 1998).

Dessas incursões, resultou a expansão do território brasileiro para muito além de suas fronteiras. Em 13 de janeiro de 1750, Portugal e Espanha assinam então um novo tratado de limite, o Tratado de Madri. Pela primeira vez se desenhava quase que exclusivamente a forma territorial atual do Brasil no mapa. Para Costa (1998), o Tratado de Tordesilhas e o de Madri talvez sejam os mais importantes desse momento histórico.

Goes Filho (2013, p. 15-16) explica os princípios para a definição de fronteiras do Tratado de Madri:

Concebido principalmente pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, na época Secretário do rei D. João V, estruturou-se em torno de dois princípios: o das "fronteiras naturais", como são os cursos dos rios e as cumeadas das montanhas, e o do "uti possidetis", que determina que cada parte conserve o que ocupa no terreno.

Já no período do Brasil Colônia, os principais tratados de limites foram o Tratado de Utrecht – assinado em 1713 com a França, foi o primeiro documento que tratou da questão dos limites fronteiriços do Brasil Colônia; o Tratado de Madri – assinado em 1750; o Tratado do Pardo (El Pardo) – assinado em 1761 e que declarou inválidos os autos estabelecidos no Tratado de Madri; e o último do período colonial: o Tratado de Santo Idelfonso, que, em linhas gerais, seguiu os limites estabelecidos no Tratado de Madri, mas com perdas para Portugal no extremo sul da colônia.

Com o acordo firmado entre os países ibéricos (Portugal e Espanha) a partir do Tratado de Santo Idelfonso, ficou acordado que as colônias de Sacramento e Sete Povos das Missões passariam à dominação dos espanhóis, e Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul estariam sob domínio dos lusitanos. Dessa forma, o século XVIII ficou marcado pelo esforço português em ampliar e consolidar o expansionismo, bem como garantir a ocupação do sul da Colônia (BORBA, 2013).

Para pôr fim às disputas luso-espanholas, em 1801 houve a assinatura de um acordo de paz (Tratado de Badajoz) entre as nações Ibéricas; entretanto, as terras ocupadas, tanto do lado de Portugal quanto da Espanha, não sucumbiriam à devolução de territórios. Dessa maneira, inicia-se o século XIX, e parte dos países sul-americanos obtêm a independência. Nesse cenário, os limites territoriais não estão perfeitamente claros ou são respeitados, de modo que, com o fim das colônias, as disputas territoriais passaram a ser travadas agora entre os países recém-independentes (GOES FILHO, 2013).

Após a Independência do Brasil, ao longo dos períodos monárquico e republicano, as disputas territoriais com os vizinhos ocorreram mais na esfera de negociações diplomáticas: os conflitos no sul, as operações no território rio-grandense, a intervenção uruguaia e a Guerra da Tríplice Aliança caracterizaram mais uma divergência política insuperável pela via diplomática que uma política visando à expansão fronteira (BORBA, 2013).

Ainda no século XIX, a Argentina pôs em dúvida a fronteira bilateral na identificação dos dois pequenos rios que ligavam o Uruguai ao Iguaçu, problema resolvido favoravelmente ao Brasil em 1895. A situação bilateral com o Uruguai foi outro caso de demanda territorial nesse mesmo século: na Província Cisplatina, atual República do Uruguai, as tropas portuguesas resistiram até o final de 1823, quando então se retiraram. A guerra uruguaia pela independência foi contra os brasileiros que não tinham nenhum

interesse em perder essa vasta extensão territorial. Em 1828, o Tratado de Montevideu, promovido pelo Reino Unido, pôs fim ao conflito e deu origem ao Uruguai como Estado independente (GOES FILHO, 2013).

Outro caso bélico notório foi a Guerra do Paraguai, quando o terceiro ditador paraguaio, Francisco Solano Lopez, por sua ambição e junto ao seu exército, planejou expandir seus territórios e obter uma saída para o Oceano Atlântico através dos rios da bacia do Prata. O país se tornou uma ameaça para a soberania da Argentina, Brasil e Uruguai e de forma destemida anexava territórios da Tríplice Aliança. A partir de maio de 1865, a Tríplice Aliança se uniu com o objetivo de deter o Paraguai e, finalmente, conquistaram a vitória em 1870, pondo fim ao conflito. Como consequência do embate, o Paraguai, por meio do Tratado de Paz (1872), aceitou o limite do rio Apa, que parecia ser o correto ao Brasil (GOES FILHO, 2013).

Na região Norte do Brasil, foram necessárias quase três décadas para concluir os limites fronteiriços, baseados nos princípios de direito internacional e *uti possidetis* (segundo o qual, os que de fato ocupavam um território possuíam o direito sobre ele). Para isso, as negociações, os acordos firmados e assinados com o Peru, em 1851, com a Venezuela, em 1859, e com a Bolívia, em 1867, foram imprescindíveis. Eles se concretizaram graças a um nome que merece destaque no cenário geopolítico fronteiriço do Brasil: Duarte da Ponte Ribeiro, conhecido até por “fronteiro-mor do Império”, um diplomata brasileiro de grande destaque e participação nas negociações das fronteiras do Brasil (GOES FILHO, 2013).

Já no período da República, outro nome se destacou na organização territorial brasileira: o chanceler Barão do Rio Branco. Ele, à frente do Itamaraty e por meio de negociações, conseguiu consolidar e até ampliar as fronteiras do Brasil. Impasses até então indissolúveis, como o caso do Acre, foram resolvidos por meio de uma geopolítica bilateral, sem a necessidade de conflitos. Com essas ações, apenas no início do período republicano foi que o território brasileiro adquiriu quase que completamente os contornos e as configurações territoriais presentes hoje nos mapas (GOES FILHO, 2013).

Frente ao exposto, percebe-se que, ao longo do processo histórico brasileiro, as disputas territoriais e os limites fronteiriços foram marcantes no cenário geopolítico. Antes mesmo da chegada dos portugueses, a Terra de Santa Cruz, já estava estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. No período colonial, o Tratado de Madri foi um grande marco na

conquista dos portugueses, além dos Tratados de El Pardo, Santo Idelfonso e Badajoz, firmados também nesse período. Haja vista a Diplomacia Imperial, inúmeros outros acordos foram firmados, estabelecendo desse modo a atual configuração territorial do Brasil (GOES FILHO, 2013).

Já no século XX, segundo Borba (2013), a partir de 1928, por iniciativa do Chanceler Octávio Mangabeira, os trabalhos de demarcação tornaram-se sistemáticos, além de se configurarem como uma importante ferramenta na delimitação do território nacional. Com esse intuito, foram criadas três comissões demarcadoras de limites: a Comissão do Norte, a Comissão do Oeste e a Comissão do Sul. No ano de 1934, por um decreto, ficou estabelecido que as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites teriam organização militar: seus chefes e subchefes seriam oficiais das Forças Armadas com notório saber técnico-geográfico; e o serviço de demarcação seriam executados preferencialmente em tempos de paz. No ano de 1939, as comissões foram reduzidas a duas e, em 1973, seus nomes foram alterados para Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL), a do Norte; e Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL), a do Sul, permanecendo até hoje com a referida nomenclatura.

Impasses nos limites fronteiriços que até hoje atormentam países de diversos continentes, em meados do século XX, já não se registram no Brasil, cuja demarcação de limites com os países limítrofes ficou praticamente concluída graças à geopolítica contemporânea brasileira e aos esforços dos órgãos responsáveis pelo trabalho de demarcação dos limites fronteiriços (BORBA, 2013).

Segundo Goes Filho (2013), o princípio *uti possidetis*, tal como é entendido pela nossa diplomacia, foi sem dúvida uma vantagem para o Brasil, nação mais ativa no processo de ocupação do continente explorado. Esse princípio constituiu-se como ferramenta valiosa para atingir a ideologia pretendida e justificar a dinâmica expansionista de conquistas fronteiriças. “Na verdade, o princípio adapta-se como uma luva aos interesses da nação mais expansionista; é a resposta diplomática dinâmica a uma política territorial também dinâmica” (ibidem, p. 31-32).

2.3.1. A fronteira mato-grossense: entre a geopolítica luso-espanhola e a configuração atual

Mato Grosso situava-se na região central do continente sul-americano, era habitado por uma diversidade de sociedades indígenas, e a mineração foi a principal atividade econômica da recém-fundada capitania, que se localizava em área de fronteira com os domínios hispânicos: as províncias de Moxos e Chiquitos. Apesar de possuir uma vasta extensão territorial, totalizando 48 mil léguas, a capitania era constituída somente por dois distritos: Cuiabá e Mato Grosso. O de Mato Grosso mantinha maior aproximação e conexões com a capitania do Grão-Pará, enquanto Cuiabá estreitava laços com Rio de Janeiro e São Paulo, vínculos que consolidaram políticas, práticas e grupos às vezes distintos entre si. Tanto Vila Bela da Santíssima Trindade (distrito de Mato Grosso) quanto Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (distrito de Cuiabá) tornaram-se polos de poder nessa época (JESUS, 2011).

De acordo com Oliveira (2014), a fronteira mato-grossense teve sua ocupação primeiramente pelo lado da coroa espanhola, que fundou as Missões Jesuíticas de Chiquitanos, subsidiadas pelo Estado Espanhol. Na América espanhola, as missões se tornaram ferramentas fundamentais para manter uma fronteira “viva”, formando uma barreira contra a ocupação e a instalação dos colonizadores portugueses. Entretanto, em 1680, bandeirantes paulistas começaram a ocupar o referido território e expulsar as missões e, a partir de 1718, com a descoberta do ouro, acelerou-se o povoamento de colonos portugueses na região.

Também segundo Oliveira (2014), Portugal expandiu seus domínios e, em 9 de maio de 1748, criou a capitania de Mato Grosso, desmembrada do território da capitania de São Paulo. No entanto, desde 1726, havia vários povoados se consolidando na porção oeste de Mato Grosso, a exemplo de Nossa Senhora do Pilar, Santana e São Francisco Xavier.

Quanto à ocupação das fronteiras mato-grossenses, elas foram ocupadas de um lado por castelhanos e de outro por lusitanos. No século XVII, por exemplo, os espanhóis criaram as Missões Jesuíticas devido à preocupação com o avanço dos colonos portugueses rumo ao oeste do continente, estabelecendo assentamentos religiosos chiquitanos para garantir a posse das terras. Esses colonos catequizavam os nativos, que a partir de então tinham a função de se tornarem os “guardiões da fronteira”.

Já os lusitanos, no início do século XVIII, fundaram fortes e vilas movidos pela ambição econômica em busca do ouro, a exemplo de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em 1727, e Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752. Dessa forma, assentaram-

se aos poucos e silenciosamente em terras da coroa espanhola, obrigando assim o alargamento das fronteiras (SIQUEIRA, 2002).

A história da fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá remonta de 1718 e se relaciona à marcha de bandeirantes de São Paulo, a exemplo de Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil, que encontraram jazidas de minérios às margens dos rios Cuiabá e Coxipó. Quanto à Vila Bela da Santíssima Trindade, em 19 de março de 1752, o Capitão General Antônio Rolim de Moura Tavares, então fidalgo português e primo do Rei, fundou a referida vila às margens do rio Guaporé, que se tornou a sede da capitania mato-grossense.

Para Meireles (1989), Vila Bela da Santíssima Trindade, a capital da capitania de Mato Grosso, foi concebida e traçada na Europa em meados do século XVIII, debruçada às margens do rio Guaporé, simbolizando a posse lusitana. É importante destacar que foi por determinação da Coroa Portuguesa que se estabeleceu Vila Bela da Santíssima Trindade como a sede da recém-fundada capitania mato-grossense. Tal decisão se deu por motivos políticos e econômicos de fronteira, posto que assim haveria maior garantia da posse das terras da capitania e as fronteiras estariam protegidas (SIQUEIRA, 2002).

Entretanto, segundo Jesus (2011), Vila Bela da Santíssima Trindade, por volta de 1820, começa a perder importância no cenário político com a descentralização do poder, motivada pelo declínio áureo. A partir desse período, começa a dividir com a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá a administração provincial até no início do século XIX, quando Cuiabá atrai para si a sede da capitania. Somente em 28 de agosto de 1835, definitivamente, a atual capital mato-grossense torna-se a sede da província de Mato Grosso. Em 28 de fevereiro de 1821 a capitania passa a receber o título de província, instituindo-se como Província de Mato Grosso e não mais sendo Capitania de Mato Grosso.

Para Siqueira (2002), o período compreendido entre 1772 a 1789 foi de extrema relevância para a capitania, pois houve uma expansão nos territórios de Mato Grosso: as fronteiras ocidentais foram estendidas desde os vales do rio Guaporé até às margens do rio Paraguai. E, para assegurar a posse das terras conquistadas e evitar a invasão dos castelhanos, os fortes e vilas de Casalvasco, Corixa Grande e Salinas foram fundamentais. Em 1775, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres determina a construção do Forte de Coimbra à margem direita do rio Paraguai e, em 1776, houve a fundação do Forte Príncipe da Beira, instalado à margem direita do rio Guaporé, atual estado de Rondônia.

No ano de 1778, por meio da política expansionista, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres também fundou o povoado de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, atual cidade de Corumbá. Nesse mesmo ano foi fundada a Vila Maria do Paraguai, atual cidade de Cáceres; no ano de 1781, fundou-se o povoado de São Pedro Del Rey, atual cidade de Poconé. Tudo demonstra que as fundações de tais vilas, povoados e edificações militares (fortes erguidos nos limites das fronteiras com os domínios hispânicos) ocorreram para assegurar os territórios e evitar a invasão dos espanhóis, garantindo assim a vigilância das fronteiras (SIQUEIRA, 2002).

É importante destacarmos que o poder político no Brasil Colonial, desde seu início, foi bipolar, estabelecendo-se de um lado por um polo central de poder (Governo Geral, representante do Estado Português) e, de outro, com a presença econômica e política dos senhores de terras. A força política local, institucionalizada, mantinha certo poder e autonomia política e econômica, entretanto, grande parte das decisões e assuntos de extremas importância, tais como: tributos, comércios e forças militares, eram geridos pelo Governo Geral (COSTA, 1998).

Conforme Oliveira (2014), a descoberta do ouro propiciou também avanços rumo ao sertão, garantindo a ocupação e a expansão do território, bem como mantendo a fronteira “viva”. Nesse contexto, outra proposta significativa ajuda a delinear um elemento importante sobre o território mato-grossense como fronteira: para Oliveira (2014), os colonos viam o espaço descoberto e suas riquezas como algo promissor para atingir seus objetivos, melhorando as condições de vida pela exploração desse novo território, pois, por mais que fosse necessário enfrentar perigos e colocar a própria vida em risco, tal esforço seria recompensado.

Oliveira (2014) explica que a coroa portuguesa soube aproveitar o imaginário popular para estimular o avanço e a fixação de colonos, o que atendia seus objetivos políticos e expansionistas, que visavam à obtenção de lucros através das novas descobertas de veios auríferos. Nesse cenário, portugueses e espanhóis aceleravam a ocupação da América Colonial, incentivando os avanços e garantindo a posse das terras, o que de certa forma gerava conflitos que se tornavam inevitáveis nessa disputa.

Todavia, com a assinatura do Tratado de Badajoz, em 06 de junho de 1801, pôs-se fim aos conflitos luso-espanhóis e, após meio século de conflitos com os espanhóis, a capitania de Mato Grosso aparentemente consolida sua estabilidade territorial. Todavia, é

importante destacar que no período imperial as relações do Império (Brasil) com a Bolívia estiveram prejudicadas, pelo fato de Mato Grosso ter incorporado ao seu território a Província de Chiquitos. Em 1860, iniciaram-se as negociações para a resolução dessa problemática, o que ocorreu somente no dia 23 de novembro de 1867, com a assinatura do Tratado de La Paz de Ayacucho, em La Paz, baseado no princípio de *uti possidetis* (GOES FILHO, 2013).

Segundo Goes Filho (2013, p. 44-45), em conformidade com o referido princípio, a fronteira foi definida do seguinte modo:

O artigo pormenorizava a seguir a linha divisória, que pode ser dividida em três trechos distintos. Ao Norte, região inabitada, só conhecida por alguns intrépidos exploradores, era constituída por uma única linha geodésica, ligando a foz do Beni (no rio Madeira) às nascentes do Javari. Ao Sul os limites corriam por uma série de linhas quebradas que procuravam, ligando as lagoas de uma área pantanosa, resguardar para o Brasil os estabelecimentos brasileiros e o rio Paraguai; e reservar para a Bolívia os estabelecimentos bolivianos (como San Matias, para dar um exemplo de um local onde a linha praticamente contorna o povoado). No trecho intermediário, o tratado de 1867 confirmava o tradicional limite do rio Guaporé, estabelecido pelo Tratado de Madri. À exceção desse segmento de fronteira, o único, aliás, das fronteiras amazônicas, sobre o qual nenhuma dúvida houve no século XIX, os dois outros foram muito criticados na Bolívia e em outros países de fala espanhola.

Sobre a faixa de fronteira e os municípios da linha fronteira, o então Presidente da República João Batista Figueiredo sancionou a Lei nº. 6.634, em 02 de maio de 1979, que passou a regulamentar a definição, a delimitação e o uso da área (COOTRADE, 2016, p. 25).

Quanto à linha de fronteira mato-grossense, ela possui uma extensão na ordem de 892,2 km; paralelos a essa linha limítrofe, estão assentados quatro municípios. São eles, no sentido de norte a sul: Comodoro (100,8 km), Vila Bela da Santíssima Trindade (431,70 km), Porto Esperidião (72,6 km) e Cáceres (287,1 km), sendo que nenhum deles são conurbados.

O município de Pontes e Lacerda está incluso na lista de Unidades Administrativas localizadas na linha de fronteira, apesar de não estar assentado no limite internacional. O fato se justifica uma vez que Pontes e Lacerda possui significativas relações bilaterais com a Bolívia, além de estar muito próximo do limite fronteira (seu limite está a aproximadamente 10 km da linha de divisa Brasil-Bolívia).

Em âmbito geral, dos 141 municípios mato-grossenses, 28 deles estão relacionados à faixa de fronteira (COOTRADE, 2016). Quanto a ambos os lados, tanto brasileiro como

boliviano, seis municípios estabelecem significativo relacionamento socioeconômico, além de vínculos práticos de intercâmbio de pessoas e mercadorias. Do lado brasileiro: Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião e Cáceres; no território boliviano, destacam-se San Matias e San Ignacio de Velasco. Cáceres e Porto Esperidião possuem maiores vínculos com San Matias, enquanto Vila Bela e Pontes e Lacerda com San Ignacio. Quanto ao município de Comodoro, que faz fronteira através do Departamento Boliviano de Santa Cruz e do município de San Ignacio, apesar de sua localização, apresenta poucas relações fronteiriças com o país vizinho, tendo em vista suas limitações e “separação física” entre sua área urbana e a inexistência de povoados do lado boliviano (COOTRADE, 2016).

Cootrade (2016) acrescenta que o povoamento formado com o surgimento de uma rede de municípios lindeiros está vinculado a um contexto nacional. No período militar, as ações de ocupação não se deram de forma pacífica, tendo esse espaço sido palco de conflitos, principalmente agrários: embates entre antigos posseiros e fazendeiros, litígios por terras entre grupos, conflitos com indígenas, entre outras disputas demandadas.

Esse panorama ainda está presente nesse espaço, todavia, não como naquele período. No atual cenário, as atividades ilícitas que mais se manifestam são o tráfico de drogas, comércio ilegal de armas, contrabando e descaminho, que geram outras formas de violências, mesmo porque movimentam vultosas quantias de dinheiro. Nos últimos anos o Estado tem investido no combate às diversas formas de violências manifestas na fronteira, principalmente o narcotráfico e o contrabando.

Nessa zona de fronteira, a principal atividade econômica formadora é a pecuária, resquício do processo de expansão e ocupação da região Oeste. A integração energética bilateral é outra atividade econômica que atravessa a fronteira: a Usina Termelétrica Governador Mário Covas de Cuiabá é abastecida com o gás boliviano que sai da estação de Chiquitos (São José de Chiquitos), percorrendo 362 km em solos boliviano e 267 km no território brasileiro. Contudo, essa atividade praticamente não exerce impacto na população fronteiriça, pois a fronteira simplesmente é o caminho desse gás, transportado por meio de dutovias. Ademais, deve-se mencionar a expansão e a modernização da agricultura nos últimos anos no lado brasileiro da fronteira, especialmente com a inserção das culturas de milho e soja (COOTRADE, 2016).

Do exposto, deduz-se que os limites dessa fronteira são locais de contrastes entre as diferenças nacionais econômicas e sociais, já que, na formação de cada lado da fronteira, houve peculiaridades, que se manifestam histórica e politicamente e que exercem um poder hegemônico no referido espaço. No que tange às relações fronteiriças, elas são primordialmente econômicas e devidas unicamente a trocas de mercadorias pelas populações dos dois países.

Concluindo este tópico, podemos parafrasear Januário (2004), que ressalta que o olhar sobre a fronteira manifesta diferentes concepções, pois o militar, o morador local, a academia, a imprensa, entre outros grupos e indivíduos que não fazem parte dessa realidade, irão produzir conceitos diferentes a respeito desse espaço, construídos a partir da visão de cada indivíduo, de acordo com interesses e valores socioculturais.

2.4. Questões institucionais e fronteiriças: legislações, programas e projetos especiais

De acordo com Rocha (2010), é indispensável para aqueles que se debruçam sobre as questões relativas à faixa de fronteira considerarem os aspectos que a norteiam e a regulam. Para isso, é de suma importância a remissão a dispositivos constitucionais e legais que a ela dizem respeito.

Consultando a Constituição Federal de 1988, nela encontraremos lavrada em seu Art. 20, § 2º, a seguinte sentença: “a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei” (BRASIL, 2017 [1988], p. 32). Cabe ainda apontarmos que na mesma Carta, em seu Art. 4º., este referente aos princípios que orientam as relações internacionais da República Federativa do Brasil, determina-se como prioridade a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade Latino-americana de nações (BRASIL, 2017 [1988]). Ademais, as regulações quanto ao uso nas faixas de fronteiras estão expressas na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 (BRASIL, 1979), e no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 (BRASIL, 1980).

Contudo, deve-se pontuar, segundo Borba (2013), que a preocupação quanto à definição e à delimitação da faixa de fronteira remontam a 1891; todavia, somente a partir de 1934 o termo faixa de fronteira passa a ser aludido na Constituição. É importante

destacar que foi a partir da Constituição de 1937 que se instituiu a faixa de fronteira na largura de 150 km paralelos à linha limítrofe, perfazendo uma extensão de aproximadamente 16.000 km, área de terra equivalente a mais de 2 milhões de km².

De modo geral, geograficamente, a faixa de fronteira apresenta a seguinte estrutura, de acordo com o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União:

A faixa de fronteira corresponde a 27% do território nacional (2.357.850 km²) e caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de até 150 km de largura ao longo dos 16.886 km de extensão da fronteira terrestre brasileira, sendo 7.363 km em linha seca e 9.523 km em rios, lagos e canais ao longo de 11 Estados da federação, que fazem divisa com 10 países da América do Sul. Nessa área, há 23.415 km de rodovias federais e nela residem mais de 10 milhões de brasileiros, em 588 municípios, sendo 122 limítrofes, com 30 cidades gêmeas. Segundo a Constituição Federal é considerada fundamental para defesa do território nacional e sua ocupação e utilização sofrem restrições legais (BRASIL, 2014, p. 2-3).

Nessa perspectiva, quanto à definição e à delimitação da faixa de fronteira, estas são expressas na Lei nº 6.634/1979, que rege que a área de fronteira é considerada indispensável à Segurança Nacional e que, portanto, todas as ações e práticas descritas em seu Art. 2º. dependem de assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional (BRASIL, 1979). São elas:

I - Alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens; II - Construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; III - Estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo. IV - Instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades: a) Pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração; b) Colonização e loteamento rurais; V - Transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel; VI - Participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural (BRASIL, 1979, p. 01).

Todavia, conforme Rocha (2010), uma leitura mais aprofundada do referido dispositivo legal permitirá outra conclusão, visto que qualquer tipo de atividade pode ser desenvolvido nessa área, mesmo que algumas, de acordo com o texto legal, dependam da autorização do Conselho de Segurança Nacional (CSN). No ponto de vista do autor, não há impedimento concreto para a execução nessa faixa, pois casos particulares devem ser submetidos à apreciação discricionária do Conselho.

Nessa seara, Rocha (2010) discorre também sobre a dificuldade de fazer com que o Conselho de Segurança Nacional se reúna para as deliberações. O problema não está tanto

em suas exigências, mas na fragilidade da Lei, que dá margem a pressões no Congresso Nacional, que desejam alterá-la adequando-a à atual realidade. Segundo Rocha (2010), em particular na Câmara do Deputados, há uma vertente debatendo modificações no texto legal que, entretanto, só podem ocorrer por meio de proposta de emenda à Constituição ou por projeto de lei.

Retomando a leitura do texto legal, no Art. 3º. da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, no que se refere à participação de estrangeiros na atuação em faixa de fronteiras, lê-se:

I - Pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital pertencer a brasileiros; II - Pelo menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores serem brasileiros; e III - Caber à administração ou gerência a maioria de brasileiros, assegurados a estes os poderes predominantes. Parágrafo único - No caso de pessoa física ou empresa individual, só a brasileiro será permitido o estabelecimento ou exploração das indústrias ou das atividades referidas neste artigo (BRASIL, 1979, p. 1-2).

Cabe ainda destacarmos, conforme exposto no Art. 2º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que o assentimento prévio será formalizado em cada caso e lavrado em autos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), devendo ainda ser publicado no Diário Oficial da União e comunicado ao órgão federal interessado. Assim também as modificações, a cassação das concessões ou as autorizações já efetuadas serão submetidas às mesmas situações (BRASIL, 1980). Diante do exposto, fica claro que a Carta Magna de 1988 determina que a ocupação e a utilização da faixa de fronteira são regulamentadas por meio da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

Para Rocha (2010), as normas constitucionais legais aplicadas à área podem afetar a política, a administração e a economia dos estados e municípios, de acordo com sua proporção territorial no entorno. Além disso, as reivindicações para manutenção desses dispositivos partem de empresários, prefeitos e a população, que alegam prejuízos com a forma atual da legislação, como o quesito mais discutido na Câmara dos Deputados: o percentual participativo de estrangeiros nessa área.

De acordo com os apontamentos do Relatório do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2014), os impactos das políticas para a fronteira exorbitam os limites da faixa e, portanto, refletem-se no interior do país, uma vez que problemas na segurança e defesa, tais como tráfico de pessoas, mercadorias, drogas e armas, além da degradação social, fundiária e ambiental na região fronteira comprometem o desenvolvimento do Estado

Nacional. A Figura 3 sintetiza as principais normas jurídicas ao longo do processo histórico que tem regulado as questões inerentes às fronteiras do Brasil:

Figura 03 – Histórico do arcabouço normativo específico para a Faixa de Fronteira



Fonte: elaborado por Brasil (2014).

Tendo em vista os decretos sancionados entre 2007 e 2011, temos o Decreto nº 6.047/2007, que instituiu que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), estabelecendo um tratamento diferenciado para a faixa de fronteira ao considerar o impacto previsível nesse espaço em decorrência de investimentos promovidos pelo Governo Federal. Em 08 de setembro de 2010, o governo brasileiro sancionou, por meio de Decreto, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), coordenada pelo Ministério da Integração Nacional e formada por representantes de 18 ministérios, além de outras entidades federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2014).

No ano de 2011, sob o Governo Dilma Rousseff, foi publicado o Decreto nº 7.496/2011, que instituía o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), coordenado pelos Ministérios da Justiça, Defesa e Fazenda para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e daqueles praticados na faixa de fronteira. Esses foram os principais documentos normativos para reger as políticas federais direcionadas à fronteira (BRASIL, 2014).

Porém,

Não consta no arcabouço normativo brasileiro uma política nacional específica para a fronteira, formal e adequadamente instituída, para orientar a atuação integrada dos diversos órgãos e instituições encarregados da execução das ações de segurança, desenvolvimento e integração da região, nas esferas federal, estadual e municipal. Buscando suprir essa lacuna, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 6.460/2013 – Câmara, originado no PLS nº 380, de 2012 – Senado Federal, que propõe a instituição da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2014, p. 05).

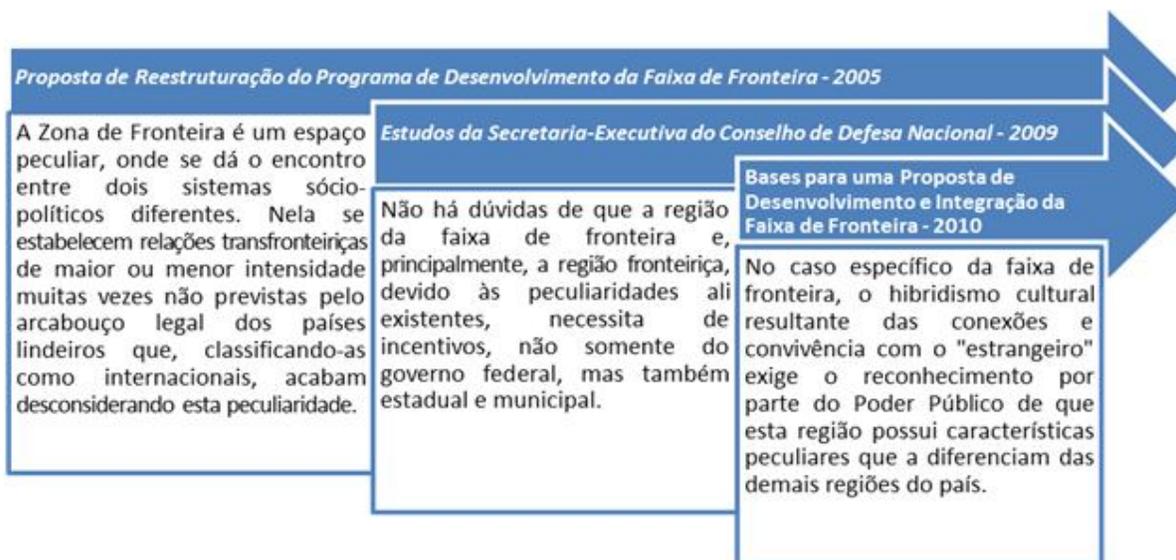
Uma consulta ao site da Câmara dos Deputados a respeito do Projeto de Lei nº 6.460/2013 (Originado no PLS nº 380/2012), por seu turno, mostrou que essa regulamentação aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). De acordo com o Art. 5º. do PSL nº 380/2012, são objetivos dessa política:

I – Promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira, por meio do estímulo ao crescimento econômico com responsabilidade ambiental e justiça social; II – Ampliar a ocupação produtiva sustentável e a vivificação da Amazônia Legal e da faixa de fronteira; III – Promover a redução das desigualdades regionais; IV – Reduzir os riscos sociais e ambientais a que estão sujeitas as populações da Amazônia Legal e da faixa de fronteira; V – Facilitar o compartilhamento de informações entre a União, os Estados e os Municípios da Amazônia Legal e da faixa de fronteira; VI – Estimular a instalação das infraestruturas de transporte, energia e saneamento para favorecer o desenvolvimento sustentável da região; VII – Auxiliar na implantação das infraestruturas de transporte e energia para a integração com os demais países da América do Sul; VIII – Consolidar as atividades de monitoramento, patrulhamento e vigilância das fronteiras terrestres brasileiras; IX – Combater organizações criminosas e atividades ilícitas transfronteiriças; X – Auxiliar a implantação de políticas públicas de educação, saúde, habitação, turismo, assistência técnica e extensão rural; XI – Ampliar a presença e a mobilidade das Forças Armadas na Amazônia Legal e na faixa de fronteira, como ferramenta de dissuasão de forças hostis (BRASIL, 2012, p. 03).

Considerando a falta de uma lei própria para nortear os entes públicos, a ação governamental para o desenvolvimento, a integração e a segurança na faixa de fronteira é, em suma, orientada pelo Decreto nº 7.496/2011 (Revogado pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016), que estabeleceu o Plano Estratégico de Fronteiras. Também o Decreto s/n, de 8 de setembro de 2010, criou a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF); e o Decreto nº 6.407/2007, por sua vez, já havia instituído a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (BRASIL, 2014).

Ao longo de quatro anos, a partir de 2005, a Comissão Especial do Conselho de Defesa Nacional, em parceria com representantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, de quatorze ministérios que atuam na faixa de fronteira, entre outros convidados, inclusive municipais, tem traçado um diagnóstico do espaço fronteiriço, gerando inúmeras propostas e apontando as principais peculiaridades da região (BRASIL, 2014). Tais ações podem ser ilustradas por meio do esquema apresentado na Figura 04.

Figura 04 – Síntese dos estudos que apontam peculiaridades da Faixa de Fronteira



Fonte: elaborado por Brasil (2014).

Hoje, um dos documentos legais mais recentes referentes às questões fronteiriças é o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, assinado pelo então Presidente da República Michel Temer. Em seu Art. 1º., instituiu-se a Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) para o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos transfronteiriços. No Art. 3º do Decreto, encontram-se os objetivos do PPIF:

- I - Integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima;
- II - Integrar e articular com países vizinhos as ações previstas no inciso I;
- III - Aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços;
- IV - Buscar a articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) (BRASIL, 2016, p. 01).

Já o Art. 4º. do referido Decreto traz medidas a serem tomadas pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras:

- I - Ações conjuntas de integração federativa da União com os Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima;
- II - Ações conjuntas dos órgãos de segurança pública, federais e estaduais, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
- III - Compartilhamento de informações e ferramentas entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, os órgãos de inteligência, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
- IV - Implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal na região de fronteira;
- V - Integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin);
- VI - ações de cooperação internacional com países vizinhos (BRASIL, 2016, p. 01).

Quanto às políticas específicas de segurança, defesa, fortalecimento e garantia da integridade das fronteiras brasileira, Vaz (2015) apresenta os dois principais órgãos responsáveis por elas: o Ministério da Defesa (MD) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Entretanto, para o autor, há uma dificuldade do MD em articular-se ao mais consolidado, MRE. Tal deficiência traz como consequência a falta de eficácia e celeridade na execução de ações práticas para o enfrentamento dos desafios existentes nas fronteiras do Brasil. Por outro lado, a sobreposição e a indefinição de funções entre os dois ministérios acabam por fomentar certa obscuridade política, além de se identificar situação semelhante entre a esfera federal e a estadual, gerando obstáculos para a geração de estratégias fronteiriças mais eficientes.

Vaz (2015) mostra também as principais ações e programas instituídos pelo Ministério da Defesa para as questões fronteiriças: o Programa Calha Norte; a Operação Ágata; o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). O Programa Calha Norte foi criado em 1985 durante o governo de José Sarney com o objetivo de promover a soberania estatal nas zonas fronteiriças. Atualmente, compõe-se de duas vertentes, uma na esfera militar e outra na civil; a primeira tem por objetivo o controle territorial, enquanto a segunda visa ao apoio às ações de desenvolvimento regional. Calha Norte abrange 194 municípios nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima (VAZ, 2015).

A Operação Ágata, sob a administração do MD, por sua vez, foi instituída em conjunto com órgãos federais e estaduais, entre eles: Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência e o Sistema de Proteção da Amazônia. Lançada em 2011, tinha o intuito de combater delitos transfronteiriços e ambientais, subsidiando planejamentos e execuções de procedimentos militares, policiais e sociais. Já o Sisfron, criado em 2013, foi o maior projeto de vigilância de fronteiras terrestre já instituído, abrangendo um total de 16.886 km, tendo sido desenvolvido pelo Exército em parceria com a Aeronáutica e a Marinha. O Sisfron foi dividido em três etapas, uma voltada para aparatos tecnológicos, como radares, softwares de leitura de dados e equipamentos de sensoriamento; a segunda contempla as ferramentas para o combate aos crimes, tais como: equipamentos, veículos, armamento e embarcações; e a terceira etapa tem por objetivo a engenharia da região, que consiste na construção para os aportes tecnológicos e alojamentos de tropas (VAZ, 2015).

Já o Censipam foi instituído em abril de 2002 para atender a região da Amazônia Legal na proteção da referida região, por meio de ações governamentais, com informações para possíveis tomadas de decisão. O Centro dispõe de diversos projetos, como o Projeto da Cartografia; o Amazônia Radar de Abertura Sintética (SAR), mais conhecido como Amazônia SAR; e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Este último tem por finalidade a vigilância do espaço aéreo brasileiro na Amazônia, de modo a coibir o desmatamento e delitos conexos, tais como garimpos ilegais e tráfico de drogas. Ele foi criado em 2002 com vistas, pois, ao desenvolvimento regional, ao controle ambiental e ao monitoramento das condições meteorológicas (VAZ, 2015).

No tocante às políticas fronteiriças no estado de Mato Grosso, o Comitê Estadual para o Desenvolvimento e Integração das Políticas Públicas na Faixa de Fronteira (CEFF), outrora vinculado à Casa Civil, está submetido ao Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional e tem por objetivo estabelecer estratégias para integrar, desenvolver e fortalecer os municípios da faixa de fronteira mato-grossense. Foi criado por meio do Decreto nº. 478, de 28 de junho de 2011, e alterada parte de suas disposições gerais pelo Decreto nº. 212, de 7 de agosto de 2015, e pelo Decreto nº 281, de 5 de outubro de 2015 (MATO GROSSO, 2015b). No que concerne às competências do Comitê, o Art.º 2º., do Decreto nº. 212, rege:

I - Definir critérios de participação em conformidade com as ações definidas nas Políticas Nacionais e Estaduais de Desenvolvimento Regional, voltadas para a Faixa de Fronteira; II - Articular as entidades governamentais, as universidades públicas e privadas e a sociedade civil organizada, comprometidas com o desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira; III - Estabelecer critérios de ações conjuntas entre o Governo do Estado e os Municípios abrangidos pela Faixa de Fronteira, respeitando as especificidades de cada município e a atuação dos órgãos governamentais; IV - Articular as ações relativas à integração internacional nos níveis de Governos Federal, Estadual e Municipal; V - Propor políticas, planos e projetos estratégicos voltados para o desenvolvimento regional sustentável da Faixa de Fronteira; VI - Identificar, viabilizar e divulgar as fontes de financiamento para o desenvolvimento dos municípios que constituem a Faixa de Fronteira; VII - Promover atividades de relacionamento com o Ministério de Relações Exteriores, Itamaraty, Embaixadas, Corpo Consulares e Comissões de Relações Exteriores e Segurança Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (MATO GROSSO, 2015a, p. 02).

Cabe ressaltar ainda que, além do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional e do Gabinete de Governo e Casa Civil, compõem o Comitê representantes das seguintes Secretarias Estaduais: Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Secretaria de Estado de

Segurança Pública (Sesp), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), Secretaria de Estado de Saúde (SES), Secretaria de Estado das Cidades (Secid), Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), Secretaria de Educação, Esporte e Lazer (Seduc), além das Secretarias de Cultura e Secretaria de Assistência Social. Quanto às esferas municipais, há representantes dos Consórcios Intermunicipais Complexos Nascentes do Pantanal, Vale do Guaporé, do Alto do Rio Paraguai e do Vale do Rio Cuiabá.

Participam ainda do Comitê representantes de instituições estaduais nas esferas civis: Federação da Agricultura e Pecuária (Famato), Federação das Indústrias (Fiemt), Federação do Comércio e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Poderão ainda participar das reuniões do Comitê, na condição de convidados com direito a voz, representantes de instituições públicas municipais, estaduais, federais, universidades, sociedade civil, além de países vizinhos (MATO GROSSO, 2015b).

No que tange à segurança pública das fronteiras, até o ano de 2008, o Governo Federal não dispunha de programas específicos de policiamento nas fronteiras do Brasil. O marco inicial foi o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e o lançamento do Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (Fefron), criado em 2009 pelo Ministério da Justiça. O principal objetivo do Projeto é o combate a delitos fronteiriços, tendo subsidiado capacitação aos policiais das fronteiras, além de haver fomentado uma ação conjunta entre as polícias civis, militares e peritos (VAZ, 2015).

Antes, porém, no dia 13 de março de 2002, por meio do Decreto nº 3.994, o então Governador do Estado Dante de Oliveira criou o Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron), subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. De acordo com o Art. 2º. do referido Decreto, o Grupo foi instituído como uma força integrada de repressão, composto em sua fase inicial por setenta policiais militares, cinquenta policiais civis e vinte bombeiros militares (MATO GROSSO, 2002).

Conforme o Art. 4º do dispositivo legal, a sede do Grupo ficou instituída no município de Porto Esperidião, às margens da BR-174, tendo ainda outras três Bases Fixas Operacionais nas localidades denominadas de Avião Caído (Lagoa Verde), Vila Cardoso e Matão (MATO GROSSO, 2002). Na atualidade, o Gefron, em âmbito estadual, é a instituição de maior incumbência no combate aos delitos fronteiriços no estado de Mato Grosso. Seu trabalho tem por base a integração com outras instituições, tais como Polícia

Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar, com o apoio a órgãos federais responsáveis pela segurança fronteiriça.

No que tange à divisão das fronteiras do Brasil, segundo a nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira, existe uma macrodivisão em três grandes arcos, estes subdivididos em dezessete sub-regiões. O Arco Norte compreende a faixa de fronteira dos estados do Amapá, Amazonas, Acre, Pará e Roraima; já o Arco Central, a faixa dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia; e o Arco Sul compreende a fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BRASIL, 2005). A Figura 5, na sequência do texto, ilustra a área de abrangência territorial de cada um dos referidos Arcos, além de destacar as dezessete sub-regiões que compõem a macrodivisão.

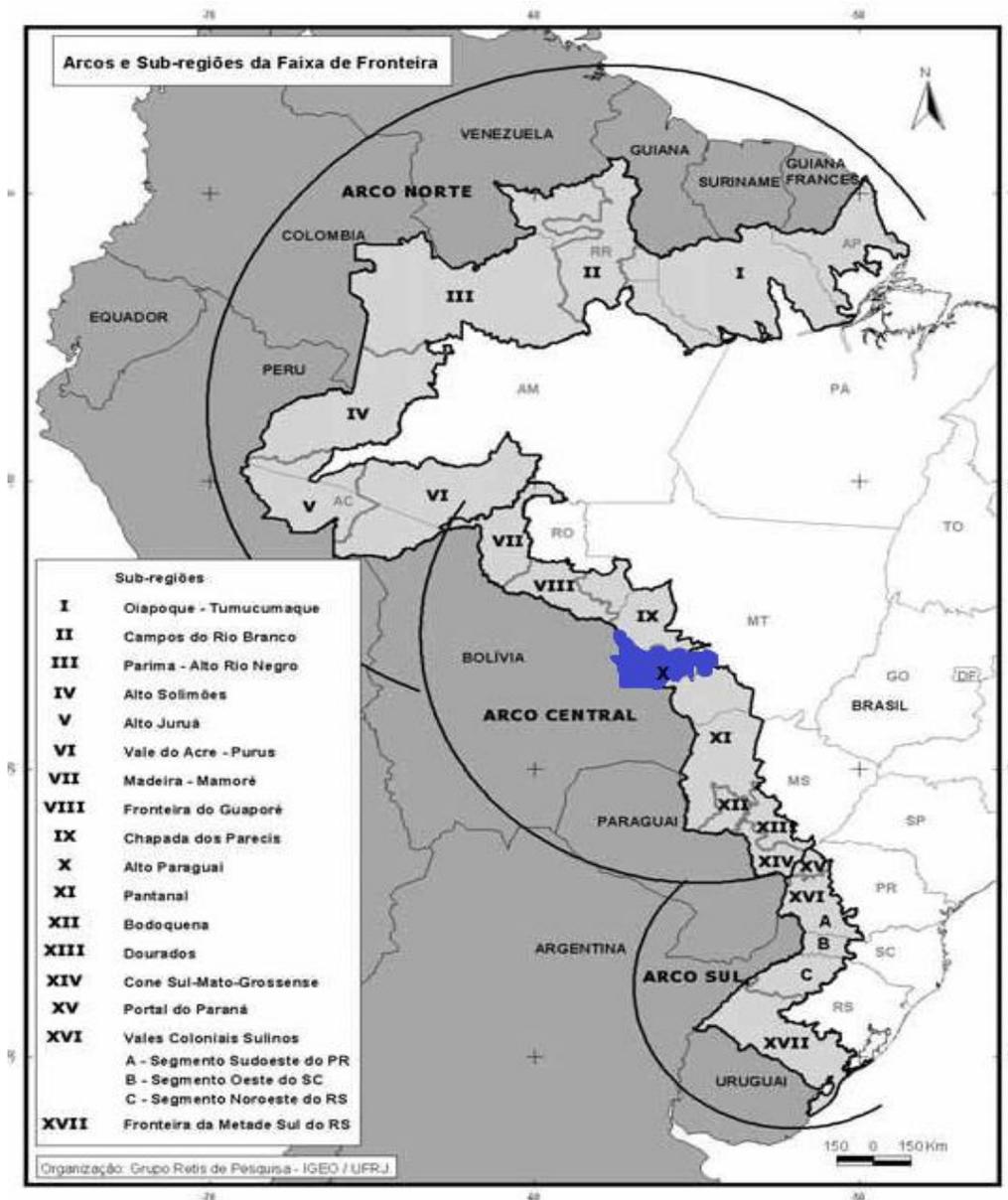
A ilustração também destaca a sub-região Alto Paraguai, universo desta pesquisa. Nela, lê-se que o município de Porto Esperidião encontra-se inserido na macrodivisão territorial denominada Arco Central e na sub-região da Faixa de Fronteira X (Alto Paraguai), que comporta ainda os municípios de Araputanga, Barra do Bugres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade (BRASIL, 2005).

É importante destacar que para a divisão da faixa de fronteira em sub-regiões, o Ministério da Integração Nacional considerou dois vetores para fundamentar a proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). O primeiro deles refere-se ao Vetor Desenvolvimento Regional, que reúne fatores constituintes de processos de desenvolvimento econômico (densidades econômicas, densidade técnico-tecnológica, social e institucional), além de dois índices de avaliação do grau de instabilidade local: o Índice de Estabilidade Municipal e o Índice de Desequilíbrio Interno Local, ambos medidos por município. Ademais, a análise das especializações produtivas (base produtiva local) foi elemento essencial para a definição das sub-regiões (BRASIL, 2005).

O segundo Vetor diz respeito à identidade cultural, tendo como base elementos quantitativos (migração, etnia e práticas religiosas) e qualitativos (espaços de referência identitária, referenciais históricos de identidade, identidade étnico-cultural). Desse modo, os municípios da faixa de fronteira foram classificados segundo as sub-regiões propostas e

reunidos em condições mais ou menos singulares, o que foi possibilitado pelo uso desses vetores (BRASIL, 2005).

Figura 5 – Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira²



Fonte: Brasil (2005). Adaptada por Valtair Guedes (2018).

² A porção territorial destacada em azul refere-se à sub-região X (Alto Paraguai), que assinala o recorte espacial desta pesquisa, o município de Porto Esperidião.

3. PORTO ESPERIDIÃO – CIDADE DE FRONTEIRA: GÊNESE, ATRIBUTOS E BASES ECONÔMICAS

3.1. Porto Esperidião: da gênese à geografia atual

De acordo com Ferreira (2004), as origens históricas de Porto Esperidião estão ligadas à Vila Bela da Santíssima Trindade. O primeiro povoado estável, denominado Porto Salitre, teve início às margens do rio Jauru, com a instalação de um posto telegráfico, em 1906, pela Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, liderada por Marechal Rondon (Cândido Mariano da Silva Rondon). É importante destacar que o prédio construído à época para o funcionamento do posto resiste até os dias de hoje e está localizado à rua Joaquim de Freitas, nas proximidades do rio Jauru. Nele, atualmente funciona a Secretaria de Cultura do município.

A Figura 6 nos remete à arquitetura desse período e à história de Porto Esperidião.

Figura 6 – Posto telegráfico em Porto Esperidião



Fonte: Valtair Guedes (2018).

A denominação Porto Salitre faz referência a uma área de salina existente à época. Essas reservas já eram conhecidas desde as primeiras incursões na região, ainda no século XVIII. Talvez por isso, antes mesmo da instalação do posto telegráfico, em 25 de agosto de 1898, o engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques deu início, em São Luís de Cáceres, aos estudos de navegabilidade do rio Jauru (FERREIRA, 2004).

Os principais nomes para a fundação e a formação de Porto Esperidião foram Marechal Rondon e Esperidião Marques. Marechal Rondon nasceu em Mimoso, próximo à Cuiabá, em 05 de maio de 1865. Para Bento (2008), Rondon, sem dúvida, foi o maior personagem na Marcha para o Oeste e para o Norte, resultado de uma preocupação que vinha desde o Império para que os vazios demográficos fossem ocupados e explorados. O principal marco desse personagem foi ter chefiado a implantação no Brasil de 8.000 km de linhas telegráficas. Ainda segundo Bento (2008), como geógrafo, Rondon realizou o levantamento da carta de Mato Grosso na escala de 1/500.000 e, nas Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas, fazia levantamentos topográficos e geográficos com vistas a correções nas cartas locais..

Já Esperidião Marques, segundo Ferreira (2004), teve seus trabalhos interrompidos devido à morte prematura, em decorrência de malária, em 18 de abril de 1906. Entretanto, realizou a demarcação de grande parte das regiões do Guaporé, além de ter sido um destacado político, tendo participado, inclusive, da redação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Esperidião Marques nasceu na cidade de Poconé, em Mato Grosso, em 1859. Foram inúmeras suas contribuições para a expansão e a ocupação na região do Guaporé, como os estudos de navegabilidade dos rios Jauru e Guaporé e o projeto para a construção de algumas rodovias em Mato Grosso, como por exemplo de Cuiabá a Vila Bela da Santíssima Trindade.

Quanto à localidade em discussão, Ferreira (2004) esclarece que somente em 1920 o povoado de Porto Salitre passou a ser denominado oficialmente de Porto Esperidião. O novo nome foi uma homenagem de Marechal Rondon ao engenheiro Esperidião Marques. Quanto ao posto telegráfico de Porto Esperidião, ele foi desativado em meados de 1950. Em 1983, por meio da Portaria nº 65, de 15 de novembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado em 09 de janeiro de 1984, o prédio foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

As vias de acesso da recém-fundada Porto Esperidião davam-se por meio da atual BR-174 (construída em 1970), ou por meio do rio Jauru. No entanto, a atual ponte de concreto sobre o rio Jauru só foi concluída e aberta ao tráfego em 1982, dando continuidade à ponte de madeira construída em 1956 (FERREIRA, 2004).

Cabe ressaltar que o período de maior crescimento de Porto Esperidião coincide com os incentivos concedido pelo Governo Federal, as décadas de 1970 e 1980, quando vastas parcelas de terras foram apropriadas por pecuaristas do Sudeste e do Sul. Isso porque, com a construção das estradas, muitos imigrantes chegaram. De início, por colonização espontânea, em seguida, por colonização dirigida, por assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em decorrência disso, a década de 1980 se caracterizou pelo aumento do desmatamento e a de 1990, pela expansão da pecuária, fato que se revela até os dias atuais (BRASIL, 2005).

Quanto à emancipação de Porto Esperidião, ela se deu por meio da Lei nº. 5.012, de 13 de maio de 1986, tendo sido desmembrado do município de Cáceres. O município criado foi constituído por um só distrito e teve demarcados os seguintes limites geográficos (MATO GROSSO, 1986, p. 13):

Inicia no morro da Boa Vista, na linha divisória com a República da Bolívia; deste ponto, seguindo o espigão divisor de água das bacias hidrográficas do Prata e Amazonas, passando pela serra de Santa Bárbara, até atingir a rodovia MT-174; seguindo por esta rodovia no sentido Pontes e Lacerda - Porto Esperidião, até a Pensão do Pedro Neca atualmente Posto de Gasolina Caçula, no Km 136 (Cáceres - Posto de Gasolina Caçula); deste ponto em linha reta até a cabeceira do córrego Vantuil; daí por uma linha reta, até a cabeceira do córrego Buriti; daí por uma linha reta em direção à confluência do córrego Santíssimo e rio Jaurú, até onde esta reta cruza o córrego Santíssimo; córrego Santíssimo abaixo, até a sua foz no rio Jaurú; rio Jaurú abaixo, até a foz do braço de ligação da Baía Grande; deste ponto, seguindo em rumo Sudoeste, pelo espigão divisor de água das cabeceiras dos afluentes formadores do rio Aguapeí, córrego Aguapeízinho, córrego Toca Vaca e córrego Corgão, até este espigão atingir a cabeceira do córrego Grande; deste ponto por uma linha reta, até a mais próxima cabeceira do córrego Acorizal ou Morro Branco; por este córrego abaixo, até alcançar a divisa internacional Brasil - Bolívia; seguindo por esta divisa Oeste, até o morro de Boa Vista, ponto de partida.

Atualmente, a organização político-administrativa do município está estruturada em torno da sede-administrativa (a cidade), além dos Distritos de Vila Cardoso, Pedro Neca e Bocaiuva.

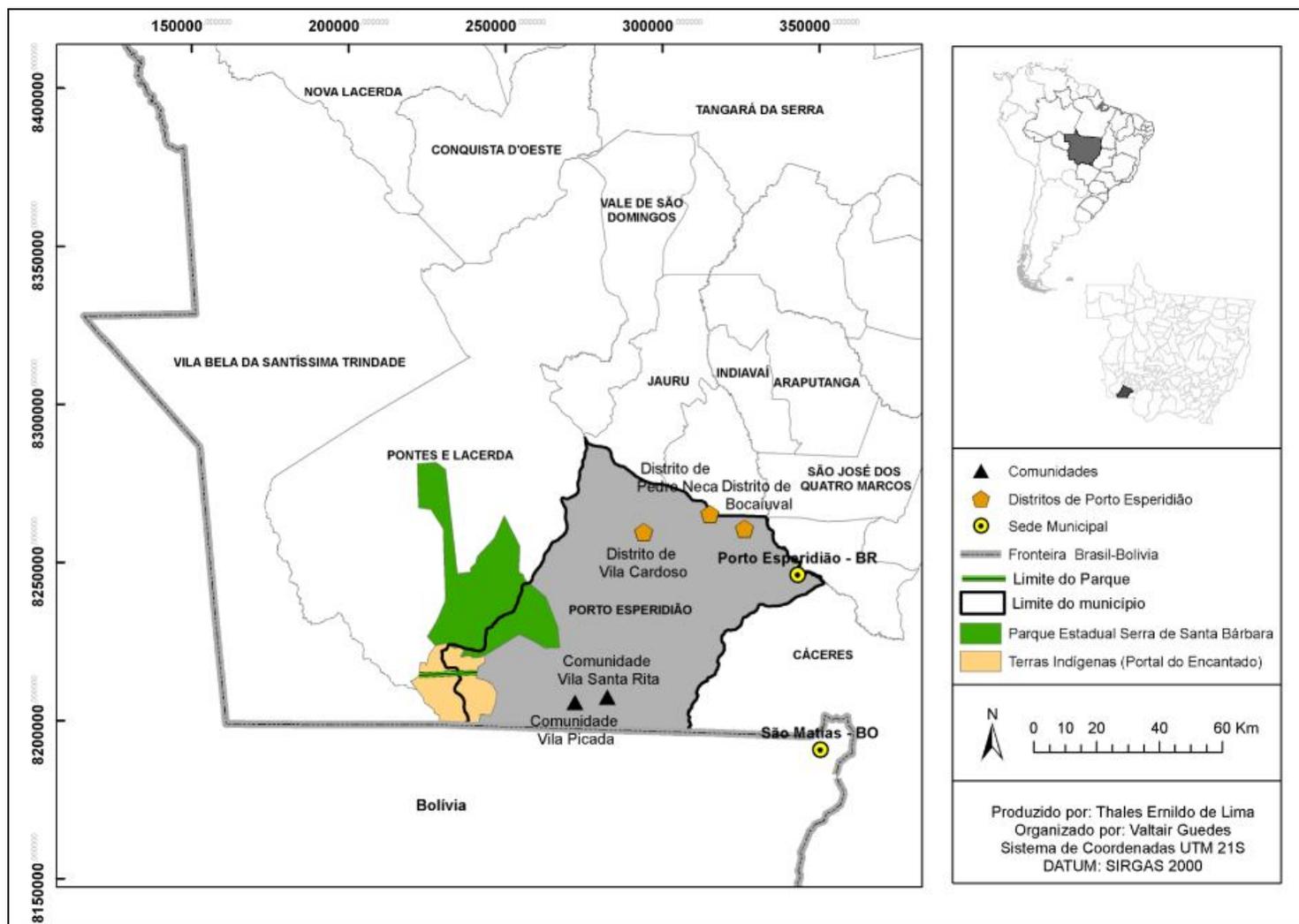
Há também as comunidades de Vila Picada e Vila Santa Rita, ambas com algumas estruturas e equipamentos urbanos definidos, ainda que incipientes. Elas contam com pequenos comércios, escolas, estabelecimentos de saúde, rede de água, iluminação

pública e cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Além disso, tramita na Câmara Municipal um projeto de lei para tornar Vila Picada mais um distrito no município. A Figura 7, apresentada ao final desta explanação, visualiza a organização político-administrativa do município em estudo.

Os Distritos de Porto Esperidião foram criados por meio dos seguintes dispositivos: o Distrito de Vila Cardoso pela Lei Complementar nº. 001; o Distrito de Pedro Neca, por meio da Lei Complementar nº. 002; e o de Bocaiuva, com a Lei Complementar nº. 003, todas elas assinadas em 28 de junho de 2000 (PORTO ESPERIDIÃO, 2000a; 2000b; 2000c).

Além da criação desses distritos, conforme estabelecido nos Art. 4º. das referidas Leis Complementares, orientou-se a formação de um Conselho Distrital, compostos por representantes da população dos distritos. Ademais, segundo consta no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na Assembleia Legislativa do Estado tramita um processo de emancipação do Distrito de Vila Cardoso, que, se aprovado, dará origem ao município de Cardoso D'Oeste (IHGMT, 2015).

Figura 7 – Mapa político-administrativo do município de Porto Esperidião-MT



Fonte: Organizado por Valtair Guedes (2018).

Com relação à população do município, no censo demográfico do ano de 2010 (IBGE), Porto Esperidião contava com uma população de 11.031 habitantes, sendo que, desse total, 4.203 viviam na cidade e 6.828 na zona rural, perfazendo uma densidade demográfica de 1,90 hab./km². A estimativa populacional para 2018, segundo o mesmo órgão, estava calculada em 11.935 habitantes. Quanto à sede do município, ela se localiza a aproximadamente 358 km da capital, Cuiabá, com uma altitude média de 160 m (MATO GROSSO, 2011).

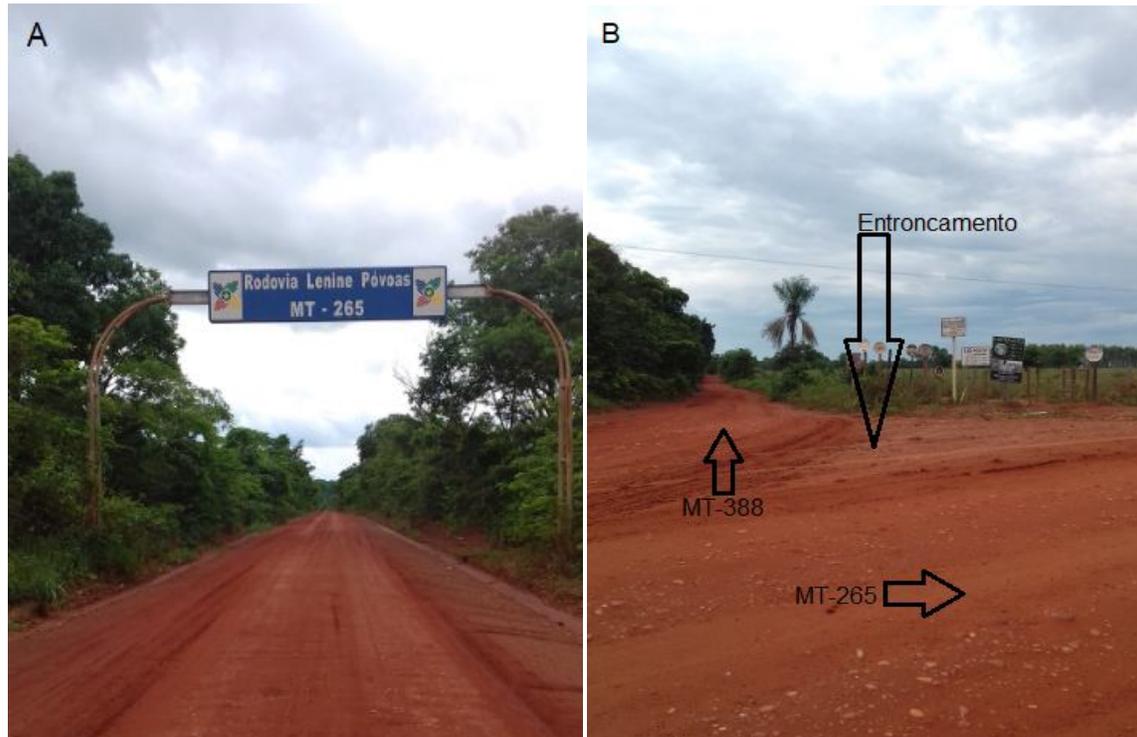
Porto Esperidião está localizado na Região de Planejamento VII – Sudoeste – Cáceres; ainda de acordo com IBGE (2010), o município tem uma área territorial de 5.809,776 km², estabelecendo limites com os municípios de Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres, Glória D'Oeste, Jauru, Vale do São Domingos, Figueirópolis D'Oeste e, ainda, na porção sul de seu território, com a Bolívia.

No que tange à transitabilidade de Porto Esperidião, as três principais estradas que cortam o município são: a MT-388³, a MT-265⁴ e a mais importante via de acesso à cidade, a BR-174, a única pavimentada. Ela passa pela área urbana, a sede do município, atravessando-a no extremo Norte, no sentido Leste-Oeste, dando acesso à Cuiabá. As imagens das Figuras 8 e 9 retratam essas três importantes vias rodoviárias do município de Porto Esperidião.

³ A MT-388 permite o acesso à cidade boliviana de San Matías. É uma importante rodovia pelo fato de passar pelos municípios de Porto Esperidião, Cáceres e dar acesso a San Matías. Para a população de Porto Esperidião, é de grande relevância pelo motivo de ser a mais importante via de acesso a San Matías, cidade fronteiriça do lado boliviano de maior importância econômica.

⁴ A MT-265 atravessa todo o município de Porto Esperidião no sentido Nordeste-Sudoeste, ligando a BR-174 à fronteira com a Bolívia e dando acesso ao Destacamento Militar de Fortuna e ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade. É a mais importante rodovia em termos econômicos, haja vista que permite escoar a maior parte da produção agropecuária de Porto Esperidião, além de garantir o acesso a várias comunidades tradicionais nos limites fronteiriços, tanto do lado brasileiro quanto boliviano. A estrada é popularmente conhecida como “Estrada Casalvasco”.

Figura 8 – Rodovias MT-265 (foto A) e MT-388 (foto B)



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 9 – Rodovia BR-174 – Imagem obtida em frente ao Gefron



Fonte: Valtair Guedes (2018).

A geografia física do município é heterogênea, com uma geomorfologia variada, além de apresentar diversificadas unidades climáticas. Entretanto, na macroclassificação, o município pertence ao tipo de clima Tropical Continental Alternadamente Úmido e Seco. No que concerne às unidades de relevo que recobrem esse recorte, são elas: o Baixo Planalto Jauru-Rio Branco⁵, a Depressão do Alto Araguaia⁶, o Alto Divisor Guaporé-Jauru⁷ e a Serra de Santa Bárbara⁸.

Não é nosso propósito particularizar as características de cada elemento da geografia física do município. Por isso, optamos por apresentar as Unidades Socioeconômico-Ecológicas (USEE) como uma síntese dos elementos naturais e antrópicos. Diante disso, buscamos representar, por meio da Figura 10, a Região de Planejamento VII, destacando ainda o município de Porto Esperidião (MATO GROSSO, 2011).

Cumpre-nos esclarecer que a referida ilustração é resultado de um trabalho desenvolvido pela Secretaria de Planejamento do Estado, que organizou um compêndio dos elementos naturais e antrópicos dos diversos ambientes que integram as Regiões de Planejamento. Ao regionalizar o Estado de acordo com esse critério, o órgão buscou caracterizar as potencialidades de uso e as fragilidades, de maneira a possibilitar uma visão integrada de cada Região de Planejamento, subsidiando desse modo políticas públicas na perspectiva de um Desenvolvimento Sustentável.

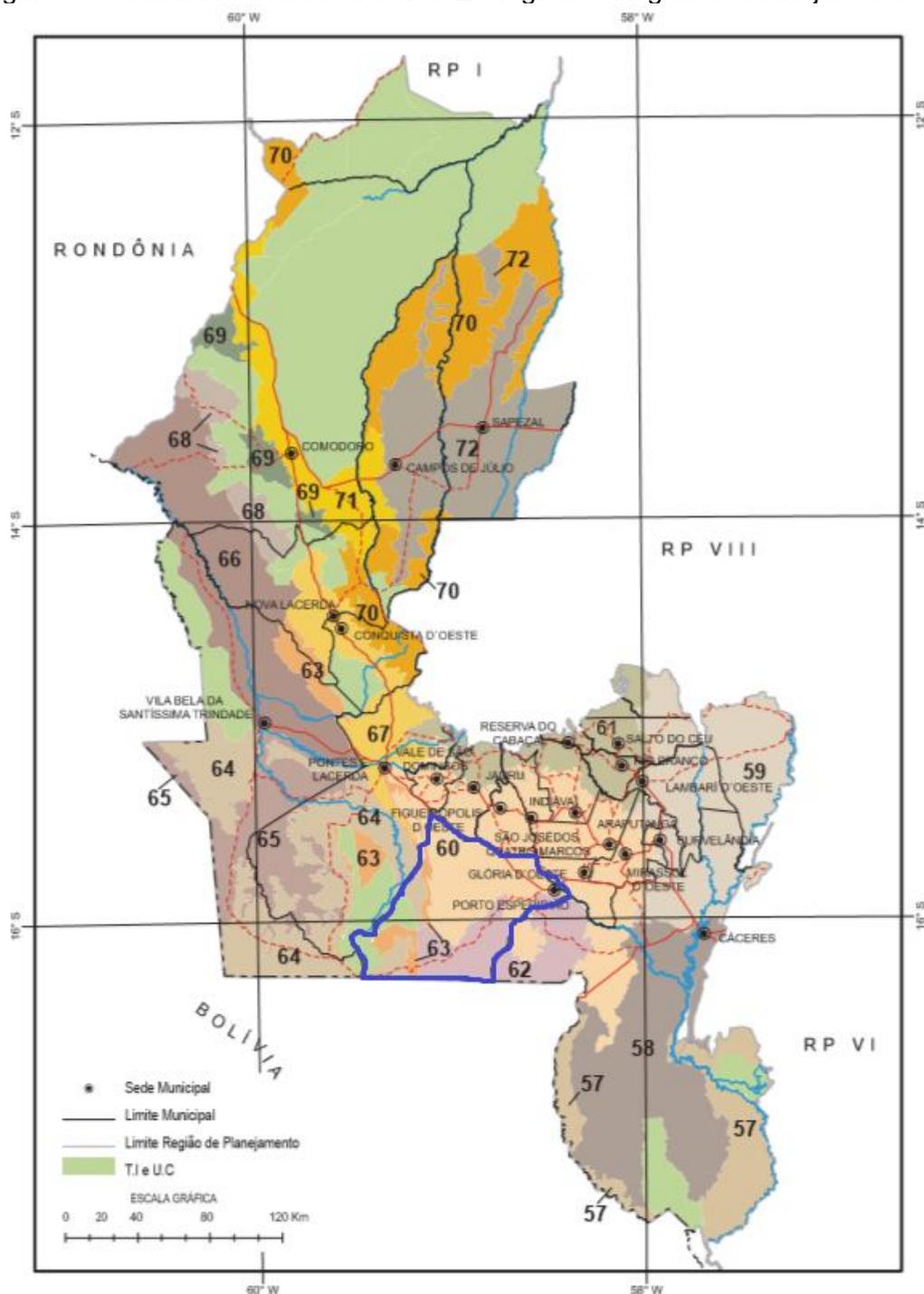
⁵ Na unidade de relevo Baixo Planalto Jauru-Rio Branco, o tipo climático é o Mesotérmico Úmido dos Baixos Planaltos e Depressões, com altitude que varia entre 200 e 300 m, apresentando os seguintes atributos climáticos: temperatura média de 24 (°C); pluviosidade (mm) entre 1400-1600; em média 6 meses secos (SEPLAN-MT/CNEC, 2000 apud MATO GROSSO, 2011).

⁶ Na unidade de relevo Depressão do Alto Araguaia, o tipo climático é o Mesotérmico Subúmido das Depressões e Pantanaís, com altitude que varia entre 100-200 m, apresentando os seguintes atributos climáticos: temperatura média de 25 (°C); pluviosidade (mm) entre 1300-1400; em média 8 meses secos (SEPLAN-MT/CNEC, 2000 apud MATO GROSSO, 2011).

⁷ Na unidade de relevo Alto Divisor Guaporé-Jauru, o tipo climático é o Mesotérmico Quente e Úmido da Fachada Meridional dos Planaltos, com altitude que varia entre 300 e 400 m, apresentando os seguintes atributos climáticos: temperatura média de 24 (°C); pluviosidade (mm) entre 1600-2400; em média 5 meses secos (SEPLAN-MT/CNEC, 2000 apud MATO GROSSO, 2011).

⁸ Na unidade de relevo Serra de Santa Bárbara, o tipo climático é o Úmido de Altitude Maciços Isolados, com altitude que varia entre 300 e 900 m, apresentando os seguintes atributos climáticos: temperatura média entre 21/24 (°C); pluviosidade (mm) entre 1600-1900; em média 4 meses secos (SEPLAN-MT/CNEC, 2000 apud MATO GROSSO, 2011).

Figura 10 – Unidades Socioeconômico-Ecológicas – Região de Planejamento VII⁹



Fonte: Mato Grosso (2011). Adaptado por Valtair Guedes (2018).

⁹ Os contornos em azul destacam novamente a área em estudo, bem como a porção destacada em verde neles contidos, identificada na legenda como T.I. e U.C., referindo-se, respectivamente, a Terras Indígenas e a Unidades de Conservação.

Conforme se observa, estão inseridas no município de Porto Esperidião as Unidades Socioeconômico-Ecológicas¹⁰: USEE 60, USEE 62, USEE 63 e, ainda, na porção Sudoeste do município, as Terras Indígenas/Unidades de Conservação (MATO GROSSO, 2011).

A USEE 60 – Planalto de Jauru é a unidade mais abrangente e recobre o município de Porto Esperidião, inclusive sua sede; esta, por sua vez, é uma unidade com alta taxa de antropização, um espaço de colonização antiga, com elevada rede de pequenos produtores rurais. No entanto, no entorno das concentrações de pequenos e médios produtores, há certa presença de grandes fazendas, que têm por atividade principal a pecuária. Ilustra essa afirmação a produção de bovinos, que ocupa posição de destaque no cenário estadual. A USEE 60 tem como característica baixos indicadores sociais, Ambiente de Floresta Estacional e Savana Arborizada muito alterado, alto potencial mineral para rocha ornamental e calcário e médio para ouro e cobre. As fragilidades naturais no Planalto de Jauru referem-se à sua predisposição a erosão concentrada, verificando-se processos emergentes ocasionados por obras viárias (MATO GROSSO, 2011).

A USEE 62 – Pantanal do Paraguai Noroeste, por sua vez, é uma unidade similar ao Planalto de Jauru, com alta taxa de antropização, forte predomínio da pecuária em médios e grandes estabelecimentos. É um espaço eminentemente rural, com uma deficiente infraestrutura e baixos indicadores sociais, bem como Ambiente de Floresta Estacional e formações de Savanas muito alterado (MATO GROSSO, 2011).

A USEE 63 – Serras do Guaporé, por seu lado, tem predominância de savanas associadas a formações florestais de escarpas, contando com diversidades de ambientes em bom estado de conservação. Em função de se tratar de uma área serrana, destacam-se escarpas, corredeiras, cachoeiras e quedas d'água. No que concerne aos recursos naturais, esse espaço possui um alto potencial para o ouro; entretanto, apresenta ocorrência de áreas muito degradadas pela exploração do minério, com erosão de encostas e desfiguração da paisagem. Ao contrário das duas unidades anteriores, esta é um espaço com baixa taxa de antropização, em que predomina a agropecuária em grandes e médios

¹⁰ As Unidades Socioeconômico-Ecológicas do estado de Mato Grosso (USEE) consistem em um produto de diagnóstico do zoneamento, síntese da análise dos elementos naturais e antrópicos dos diversos ambientes que integram o Estado. São consideradas variáveis delimitadoras, que permitem delimitar os espaços naturais e antrópicos e favorecem a caracterização das potencialidades de uso e suas fragilidades (estas, variáveis qualificadoras). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as estruturas das USEE foram estabelecidas por meio da seleção de variáveis delimitadoras e qualificadoras (MATO GROSSO, 2011).

estabelecimentos, com presença de pequenos produtores. É uma unidade ruralizada, com infraestrutura deficiente e baixos indicadores sociais (MATO GROSSO, 2011).

Ainda na porção sudoeste do município, no limite entre Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, encontram-se as Terras Indígenas/Unidades de Conservação (T.I e U.C), conforme representado no mapa político-administrativo do município de Porto Esperidião e no mapa das USEE – Região de Planejamento VII (Figuras 7 e 10, respectivamente). Nelas, estão inseridos o Parque Estadual Serra de Santa Bárbara e as Terras Indígenas Portal do Encantado. Estas foram declaradas como de posse permanente do grupo indígena Chiquitano (BRASIL, 2010b). O Portal do Encantado possui uma superfície de aproximadamente 43.057 ha e é situado na faixa de fronteira, nos municípios de Porto Esperidião, Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade (BRASIL, 2010b).

Informações levantadas junto ao portal eletrônico Terras Indígenas indicam que o Portal do Encantado abrange o equivalente a 3,86% das terras do município de Porto Esperidião, abrigando uma população de 1.046 habitantes (IBGE, 2010). A Fundação Nacional do Índio (Funai), entretanto, em 2002, mostrara que essa população era de apenas 209 habitantes (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018). Inserem nas terras do Portal do Encantado as comunidades Acorizal, Central, Fazendinha e Vila Nova Barbecho, todas pertencentes aos povos chiquitanos, sob jurisdição legal da Amazônia Legal.

Assim, apesar de as Terras Indígenas Portal do Encantado terem sido identificadas desde 2002, por meio da Portaria nº. 1.187 de 11 de novembro de 2002, só foram declaradas de posse permanente dos grupos indígenas em 2010, por meio da Portaria nº. 2.219, de 30 de dezembro de 2010, e da Portaria nº. 155, de 18 de novembro de 2011 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018).

Já o Parque Estadual Serra de Santa Bárbara foi criado por meio do Decreto nº 1.797, de 04 de novembro de 1997, e posteriormente homologado pela Lei nº 7.165, de 23 de agosto de 1999 (MATO GROSSO, 1999). Em seu Art. 1º., este dispositivo legal instituiu o Parque Estadual Serra de Santa Bárbara, abrangendo terras dos municípios de Pontes e Lacerda e Porto Esperidião, com uma área aproximada de 120.092 ha. Segundo seu Art. 2º., o objetivo da criação do Parque foi a proteção e a preservação de amostra representativa dos ecossistemas existentes e de seus recursos naturais, além de proporcionar oportunidades controladas para uso, pelo público, para educação e pesquisa

científica. Concernente à demarcação das Terras Indígenas Portal do Encantado, é importante destacar que parte dela se sobrepõe à Unidade de Conservação Parque Estadual Serra de Santa Bárbara, conforme pode ser verificado no mapa político-administrativo do município (Figura 7).

De acordo com referências do Ministério da Integração Nacional, a sub-região fronteira em que Porto Esperidião está inserida possui relevante diversidade sociocultural. Principalmente nas proximidades da linha fronteira, há uma rica diversidade étnica e cultural, com uma mescla significativa de indígenas e povos que se destacam nesse espaço, como os chiquitanos. Quanto aos imigrantes, o município é formado principalmente por povos da região Sudeste e, em menor proporção, das regiões Sul e Nordeste (BRASIL, 2005).

No que concerne às condições socioeconômicas de Porto Esperidião, o Quadro 1 nos traz uma visão geral das condições de vida da população do município, comparando aos indicadores do estado de Mato Grosso e Brasil. Vê-se que, dentre os indicadores visualizados na ilustração, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é o mais amplo e completo, pois reúne três importantes dimensões que, de forma holística, abrangente e de fácil compreensão são capazes de mensurar o desenvolvimento humano de um dado recorte espacial. As que compõem o IDHM são: longevidade, educação e renda.

Quadro 1 – Comparativo dos Indicadores socioeconômicos de Porto Esperidião, Mato Grosso e Brasil

Índices	Indicadores	Indicadores	Indicadores
	Porto Esperidião	Mato Grosso	Brasil
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 2010	0,652	0,725	0,727
Taxa de Mortalidade Infantil – óbitos por mil nascidos vivos – 2014	38,89	17,7	14,4
PIB per capita – 2015	R\$ 15.259,27	R\$ 32.894,96	R\$ 28.876,00

Fonte: IBGE (2010; 2014; 2015). Organizado por Valtair Guedes (2018).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro segue as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global. Todavia, ainda que ambos os indicadores mensurem os mesmos fenômenos, aqueles considerados pelo IDHM são

mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros, e seus números variam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A faixa de desenvolvimento humano municipal segue, pois, o seguinte padrão: entre 0 e 0,499, o IDHM é muito baixo; entre 0,500 e 0,599, o IDHM é baixo; entre 0,600 e 0,699, o IDHM é médio; entre 0,700 e 0,799, o IDHM é alto; entre 0,800 e 1, o IDHM é muito alto.

Com base nos dados apresentados pelo IBGE, seguindo o relatório de Brasil (2013), o IDHM de Porto Esperidião se apresenta em faixa mediana, entretanto, abaixo do resultado estadual e nacional. Os demais indicadores em análise também se apresentam abaixo dos dados encontrados para o Estado e o País. De modo geral os índices destacados no Quadro 1 retrata um considerável contraste nas condições socioeconômicas de Porto Esperidião, comparando-se ao Mato Grosso e Brasil. Apesar do município apresentar condições gerais de vida média, conforme o IDHM, no entanto, os indicadores socioeconômicos desse recorte estão muito abaixo dos resultados estadual e nacional, principalmente o PIB per capita (basicamente a metade dos valores do Estado e do País) e a taxa de mortalidade infantil, que é o dobro do Estado e do País.

3.2. Cidade: uma noção conceitual

Para tratar o conceito de cidade, foram selecionadas bibliografias compreendidas como convergentes à linha teórica e metodológica desta pesquisa. Contudo, não pretendemos travar uma gama extensa de debate a esse respeito, posto que nosso estudo se concentra nas relações entre cidade e fronteira, de modo que a compreensão conceitual de cidade se faz de grande relevância.

Segundo Endlich (2006), foram as condições políticas e sociais emergidas há mais de 5.500 anos que permitiram a divisão socioespacial do trabalho, dando margem, assim, ao contraste entre o rural e o urbano. Isso porque a capacidade de produzir o excedente referente aos produtos básicos para subsistência, por parte de alguns homens, fez com outros estivessem livres de tais atividades. Sendo assim, a história da divisão do trabalho está ligada à natureza e ao espaço onde eram exercidos os diferentes papéis, conduzindo assim a um contínuo desenvolvimento das formas de produção da existência humana.

Na atual conjuntura, o espaço rural acaba sendo confundido com o urbano, pois as manifestações urbanas nele se apresentam de diferentes formas, tais como: instalações de

indústrias e a inserção de aparatos modernos de alta tecnologia. Por esse motivo, na atualidade, a noção de espaço urbano transcende à do espaço da cidade.

Segundo Carlos (2007, p. 20), a compreensão da cidade na perspectiva da Ciência Geográfica é proposta sob uma dimensão espacial: “a cidade analisada enquanto realidade material — a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma”. A autora expõe que, na produção geográfica, não há um único modo de se pensar a cidade, possibilitando-se vertentes variadas para a produção do conhecimento. Corroborando as afirmações de Carlos (2007), Santos (2012) argumenta que a urbanização não é apenas um fenômeno social, econômico e político, mas também um fenômeno espacial.

Já com base em Sposito (2006), podemos considerar a distinção entre cidade e campo a partir de três atributos: concentração demográfica, diferenciação social e unidade espacial, concluindo que a concentração demográfica não é o único fator condicionante para diferenciar a cidade do campo. Insere-se nesse cenário o estabelecimento da divisão social do trabalho e das relações de poder que, como condição e consequência, constituiu a diferenciação desses espaços, cidade e campo, entre si. Há que se considerar ainda a unidade espacial, uma superposição de formas, as morfologias espaciais que diferenciam o espaço urbano do rural.

Sposito (2006) acrescenta que, ao longo do século XX, predominou uma tendência de extensão territorial muito mais intensa que em séculos anteriores, alterando assim as morfologias urbanas e dificultando a distinção entre cidade e campo no plano das formas. Porém, o contínuo cidade/campo não elimina qualquer desses conceitos isolados, representando a constituição de áreas de transição e contato entre tais espaços que se caracterizam pelo compartilhamento.

Voltando à concepção de Carlos (2007), podemos entender a cidade como uma construção humana ao longo de um processo histórico no decorrer de gerações.

A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (CARLOS, 2007, p. 11).

Já Corrêa (1989) compreende a cidade como espaço urbano, podendo ser analisada como um conjunto de pontos, linhas e áreas. Nesse viés, pode-se pensá-la como lugar de vivência no espaço-tempo, enquanto espaço urbano é entendido como lugar de análise. Portanto, em nossa compreensão, os processos são entendidos como a urbanização, enquanto a cidade é a forma concreta de tais processos.

Ainda de acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si, a organização espacial da cidade. Sendo assim, é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a cidade é um espaço produzido por diferentes agentes e regulado por interesses diversos, produzindo então paisagens distintas que formam áreas ou simplesmente fragmentos no espaço urbano (CORRÊA, 1989).

Diante de tal fato, uma pergunta nos inquieta: quem são os agentes sociais que produzem e reproduzem a cidade? Segundo Corrêa (1989), trata-se de: proprietários dos meios de produção, sobretudo grandes industriais; proprietários fundiários; promotores imobiliários; Estado e grupos sociais excluídos, pois cada qual exerce uma função distinta, com estratégias e ações concretas na (re)produção do espaço urbano, estando envolvidos e presentes no processo de produção da cidade em determinadas áreas, seja um bairro residencial, um complexo industrial, entre outros.

A cidade é, pois, o lugar privilegiado de ocorrência de inúmeros processos sociais (CORRÊA, 1989), que criam funções e formas espaciais que constituem a própria organização espacial urbana.

Corroborando Corrêa (1989), Carlos (2007) argumenta que pensar na produção do espaço urbano é relacioná-lo a formas, funções e estruturas, que se estabelecem continuamente como referencial da vida; entretanto, a relação entre sociedade e espaço não está vinculada somente à produção de bens materiais necessários à subsistência humana, mas permeia também relações sociais, estas que atribuem singularidade às parcelas do espaço e se articulam em sua totalidade. Em outras palavras, são as práticas socioespaciais que dão forma e conteúdo.

Neste plano, a sociedade urbana se generaliza, isto significa que a tendência que desponta no horizonte é a generalização do processo de urbanização na medida em que a sociedade inteira tende ao urbano. Essa extensão do urbano produz novas formas, funções e estruturas sem que as antigas tenham, necessariamente, desaparecido, apontando uma contradição importante entre as persistências – o que resiste e se reafirma continuamente enquanto referencial da vida – e o que

aparece como “novo”, caminho inexorável do processo de modernização. Mas há também a degradação de formas e relações sociais na cidade. Portanto, essa contradição revela um movimento triádico: preservação/degradação/transformação, capaz de caracterizar o processo de reprodução da cidade hoje (CARLOS, 2007, p. 21).

Para Lima e Costa (2010), o processo de urbanização no mundo atual manifesta o processo de concentração e centralização da produção decorrente da forma pela qual ocorre a reprodução ampliada do capital, gerando aglomerações de produção por meio de trabalhadores e consumidores. Sendo assim, o espaço urbano torna-se uma condição necessária para a produção capitalista, mais especificamente por sua infraestrutura, em que se cria uma rede de circulação fundamental para o processo produtivo.

Nessa perspectiva, Carlos (2007) aponta para a análise da cidade no mundo moderno orientado e articulado sob três planos indissociáveis: o econômico, o político e o social, que têm como pano de fundo o processo de mundialização como constituição da sociedade urbana. Nesse plano, a tríplice relação pode ser definida como:

O **econômico** (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o **político** (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o **social** (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana) (CARLOS, 2007, p. 21, grifo do autor).

Portanto, pensar o âmbito urbano a partir da referida análise significa considerar a expansão do modo de produção capitalista praticamente presente em todos os lugares do mundo, que redefiniu a cidade, adquiriu formas, funções e estruturas diferenciadas e fomentou novas centralidades, fazendo emergir grandes centros urbanos, mas também a segregação e a fragmentação desse espaço. Suscintamente, pode-se caracterizar o espaço urbano como uma paisagem desigual, que congrega diferentes classes sociais emanadas pelo modo de produção capitalista, uma vez que resultam de relações sociais que produzem diferentes paisagens. Desse modo, o espaço urbano mostra-se como uma complexificação social, manifestada por meio de relações de trabalho estabelecidas entre agentes sociais: é um espaço de lutas e movimentos sociais, de tensões e conflitos.

Diante dessa complexidade, cada cidade adquire funções diferentes e dinâmicas próprias, com uma identidade particular para atender a demanda do modo de produção capitalista, produzindo diferentes formas e arranjos socioespaciais. Ela produzirá o que é inerentemente seu, segundo a lógica capitalista. Entretanto, pequenas cidades, no

processo de globalização, acabam sendo alijadas da fatia do capital e nas redes de fixos e fluxos, servindo aquilo que é propriamente seu, seja mão de obra barata, principalmente as menos qualificadas, matéria prima ou qualquer outro produto que o mercado tenha necessidade de adquirir (CHAVEIRO et. al., 2010).

Nessa seara, convém destacar a relação entre município e cidade. De acordo com Pina, Lima e Silva (2008), a cidade possui funções específicas, que fazem dela um espaço de influências, destacando-se principalmente nos aspectos econômicos e políticos dentro do município. Este, por sua vez, é a menor unidade territorial no Brasil, com administração política própria, formado pelo distrito-sede, que concentra a administração política do município, correspondendo à zona urbana municipal, e pelo espaço territorial no entorno da cidade e dentro do limite municipal, a zona rural, que pode se dividir em distritos, estes que, com maior concentração populacional, são chamados comumente de vila.

3.2.1. Cidades de fronteira: espaços de divergências e convergências

De acordo com Santos (2012), é impossível pensar em economia desvinculada de urbanização. Uma vez que “[...] a circulação dos produtos, das mercadorias, dos homens e das ideias ganhou uma tal expressão, dentro do processo global de produção, que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão da economia” (SANTOS, 2012, p. 113). Ademais, para ele, o espaço de produção é cada vez mais o das cidades, onde há maior concentração humana no mundo atual, de modo que elas se tornaram o meio de trabalho e existência para a maior parte da população.

Quanto ao universo da pesquisa, apesar de o município de Porto Esperidião estar inserido em uma lógica divergente da concepção miltoniana, pelo fato de ser um território mais rural do que urbano (SOARES, 2014), no que se refere ao processo global de produção de mercadorias ou serviços, esse espaço tem a função de servir o que é pela lógica capitalista (principalmente mão de obra barata e matéria-prima), no caso de Porto Esperidião, de um lado o capital legal (a bovinocultura de corte), de outro, o capital ilegal (com destaque para o narcotráfico).

Nesse recorte espacial, compreendido pelo estudo de cidade de fronteira, veem-se peculiaridades por estar situado em uma área de choque, de relações bilaterais, estas ocasionadas pelas interações das cidades fronteiriças, pelas mobilidades entre as

populações, pelos nexos de conflitos e/ou cooperação. Assim sendo, população, língua, território, Estado e Nação tornam-se articulações que denotam momentos históricos relativamente estáveis, mas não perenes.

Nesta pesquisa, a apropriação dos termos divergente e convergente é uma alusão às tramas bilaterais desse espaço de interação transfronteiriço: as relações positivas são classificadas como convergentes, enquanto as relações negativas, divergentes. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que os espaços fronteiriços convergem (relações bilaterais de cooperação, integração cultural e identidade, língua, entre outros) e, por outro, divergem (conflitos bilaterais, entre os povos, de terra, de trabalho, o choque de cultura e as atividades ilícitas, tais como: tráfico de drogas, armas, contrabando e descaminho).

Nesse sentido, se há relações convergentes positivas, também existem as divergentes, negativas, que acarretam prejuízos principalmente às populações fronteiriças. Dessume-se, pois, que esses espaços convergem e divergem em aspectos econômicos, políticos e culturais, sobretudo em decorrência de diferenças econômicas.

Em outras palavras, “[...] os limites fronteiriços são o local de contraste entre as diferenças nacionais econômicas, onde emergem as diferentes regras tributárias, as proibições, os protecionismos, os incentivos, a flutuação cambial” (COOTRADE, 2016, p. 43). Haja vista que as relações fronteiriças são majoritariamente econômicas, com o advento do processo de globalização, ampliaram-se também as redes ilegais, em decorrência da precarização do trabalho, do desemprego, da economia desregulamentada, do Estado mínimo, da especulação financeira, do endividamento e do contraste entre as diferenças financeiras nacionais. Nesse sentido, as fronteiras se tornaram corredores de fluxos de mercadorias, pessoas, capitais e informações, sejam por meios legais ou ilegais (CAMPOS, 2014).

Destas, o tráfico de drogas é a mais lucrativa, tendo em vista o aumento no consumo de substâncias psicoativas, a sedução econômica (principalmente para os mais pobres, que se constitui como válvula de escape diante da precarização do trabalho e do desemprego), o proibicionismo e o avanço da tecnologia bancária, que possibilitaram o fortalecimento da economia das drogas. Além disso, na América Latina, os aspectos físicos possibilitaram a expansão da produção e o avanço no mercado das drogas ilegais. Diante da crescente globalização, podemos inclusive afirmar que a interação entre as redes ilegais, sistema bancário e financeiro tornou-se inevitável, mesmo porque as barreiras fronteiriças

constituíram-se como mecanismos insustentáveis na contenção dos avanços da ilegalidade. Os recursos financeiros advindos dos circuitos ilegais logo entram em trânsito nos sistemas econômico-financeiros, dissimulando as origens ilícitas de ativos financeiros e bens patrimoniais (CAMPOS, 2014).

Assim, o narcotráfico é sem dúvida uma das atividades mais influentes no processo de formação socioespacial da cidade de fronteira. Para Campos (2014), é uma atividade que interessa à Geografia pelo fato de engendrar temas fundamentais para a compreensão de arranjos espaciais, pois materializam processos sociais contemporâneos. Nessa seara, as cidades fronteiriças constituem-se como pontos estratégicos na ampliação e proliferação das redes ilegais tendo em vista os pontos assinalados

Para o Ministério da Integração Nacional, especificamente a subdivisão fronteiriça, o Arco Central, o principal entrave ao desenvolvimento das interações fronteiriças é o tráfico de maconha e cocaína procedente, respectivamente, do Paraguai e da Bolívia. Os negócios emparelhados às atividades ilícitas estimulam da pior maneira possível a economia urbana das regiões de fronteiras, uma vez que acabam por atrair indivíduos de todas as regiões do país sem comprometimento nenhum com o lugar (BRASIL, 2005).

Ainda segundo Campos (2014), a Bolívia, nosso vizinho, desponta entre os maiores produtores de folhas de coca no mundo. Albuquerque (2014), por sua vez, discorre que uma série de reportagens denominada Fronteiras e exibida entre os dias 30 de maio e 06 de junho de 2011 pelo Jornal Nacional (TV Globo) apresentou a região de Cáceres, em Mato Grosso, como uma das principais portas de entrada da cocaína produzida na Bolívia e consumida em São Paulo, Rio de Janeiro e em outras capitais. Em decorrência dessa atividade nesse espaço, inúmeras outras formas de violência se manifestam, colocando-o em situação de vulnerabilidade.

Essa condição não é necessária para o entendimento desse contexto apenas pelo fato da transnacionalidade de interações, mas também pelo papel peculiar que o território e as fronteiras assumem nesse processo. Diante disso, podemos concluir, no caso da fronteira mato-grossense, que um dos maiores obstáculos para seu desenvolvimento está relacionado ao tráfico de drogas (principalmente a cocaína e seus derivados) e suas múltiplas formas de violências.

Todavia, ao longo dos mais de 16.000 km de fronteiras terrestres do Brasil, o retrato é extremamente diverso em seu trajeto. Dessa forma, torna-se um risco homogeneizar esse

espaço a um recorte de práticas de violências, tráficos e contrabandos, posto que existem sinais (verdes, amarelos e vermelhos) no fluxo de mercadorias e de pessoas (legais ou ilegais) nos limites internacionais. De modo geral, em especial a imprensa brasileira, acaba por generalizar esse espaço e reduzi-lo a um território de ameaça à soberania nacional. É preciso analisar, entretanto, os limites e observar com cautela cada recorte desse espaço e as múltiplas zonas de contato com os países vizinhos, considerando ainda as perspectivas dos moradores que vivem nos limites das fronteiras (ALBUQUERQUE, 2014).

Tendo em vista, pois, que cada cidade às margens do limite fronteiriço apresenta uma peculiaridade e, ao mesmo tempo, atende à demanda do capital de acordo com sua posição geográfica e integra um sistema de fluxos, cabe apontar que essas relações não são exclusivamente econômicas. A culturalidade, a identidade e as relações sociais são características singulares nas cidades fronteiriças, especialmente a identidade dos povos fronteiriços, componente importante na constituição das fronteiras, pois para os fronteiriços esse é um espaço híbrido, um território intrínseco, articulado a distintos interesses e necessidades da sociedade (CAMPOS, 2015).

Consequentemente, as fronteiras só possuem tal significado devido à existência dos fronteiriços. É por meio desses povos que se estabelecem as relações, o intercâmbio, o comércio e a aculturação: isso é a territorialidade. Se de um lado a fronteira possui um conteúdo simbólico, pautado na ideia de alteridade, identidade das comunidades com suas características singulares, de outro, seu entendimento está pautado no alcance dos macro interesses, articulados em rede global pela ação do capital. (CAMPOS, 2015).

É importante destacar que nem todos os municípios lindeiros possuem relações bilaterais, já que a separação física entre a área urbana, por exemplo, pode dificultar o intercâmbio binacional, como no caso da cidade de Comodoro, em Mato Grosso, cuja demarcação de terras indígenas, bem como as áreas protegidas do Parque Noel Kempff impossibilitaram as relações bilaterais da população dessa cidade com o país vizinho (COOTRADE, 2016).

Por sua vez, Porto Esperidião tem um relevante vínculo bilateral com a Bolívia, fator condicionado pela rede de interação entre os dois países, o que possibilita a mobilidade entre ambas as nações. No entanto, é importante destacar que as relações econômicas já estiveram mais acentuadas, principalmente no final do século XX e no início da primeira década do século XXI, prejudicadas por questões de ordem cambial; pelo declínio no

comércio da cidade de San Matías, conforme aponta Albuquerque (2014); pela melhoria nas condições sociais da população brasileira; pelo aumento na oferta de equipamentos urbanos na zona urbana de Porto Esperidião; pela ampliação na fiscalização e pelo combate nos delitos transfronteiriços.

Atualmente o intercâmbio é mais acentuado entre as populações que vivem nas proximidades dos limites fronteiriços. As comunidades, principalmente dos povos tradicionais e indígenas que vivem em ambos os lados da fronteira, possuem consideráveis relações culturais. Vê-se assim uma lógica controversa, negativa, pautada no alcance dos macro interesses, divergente daqueles da maior parte da população local, esta que está estruturada em um plano convergente, de cooperação, alteridade, identidade das comunidades fronteiriças e com suas singularidades.

Diante disso, podemos afirmar que as relações culturais e de identidades estão mais concentradas nas comunidades tradicionais e indígenas das proximidades do limite fronteiriço, ao mesmo tempo em que as relações pautadas economicamente estão centralizadas nas mãos de latifundiários e da população urbana.

3.3. As bases econômicas e os equipamentos urbanos

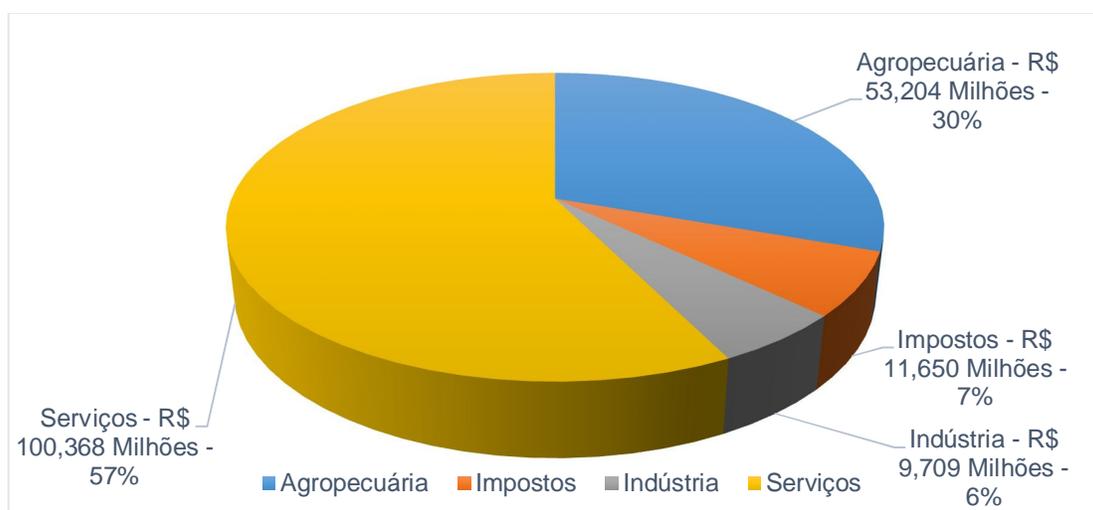
Previamente, é importante destacar que Porto Esperidião é considerado um município iminentemente rural, haja vista a concepção triádica de Sposito (2006), referente a distinção entre cidade e campo, uma vez que podemos perceber que os três atributos responsáveis por essa diferenciação se enquadram perfeitamente no caso em estudo. O primeiro deles é a concentração demográfica, que evidencia essa distinção, posto que o município tem aproximadamente 62% de sua população vivendo na zona rural, no campo e nas vilas; em contrapartida, a população urbana é de 38%.

Os outros dois atributos são a diferenciação social e a unidade espacial, muito próximos entre si, já que seus resultados se manifestam por meio da morfologia socioespacial. A diferenciação social nada mais é que o estabelecimento da divisão social do trabalho, das relações de poder e das atividades econômicas que, como condição e consequência, constituíram a diferenciação entre cidade e campo. Já a unidade espacial é a própria morfologia espacial do território. Diante disso, podemos concluir que Porto Esperidião é um município iminentemente rural, uma vez que sua população é

majoritariamente rural e sua principal atividade econômica é a pecuária bovina, conforme demonstração adiante.

Analisando o PIB do município a partir Figura 11, pode-se perceber pelos indicadores apontados que a agropecuária é uma das atividades econômicas de maior destaque no cenário econômico de Porto Esperidião. Comparando-a com a indústria, nota-se uma diferença no montante de cinco vezes maior que a do setor industrial. Diante disso, pode-se considerar que o PIB agropecuário é de uma expressividade significativa para a economia do município.

Figura 11 – Gráfico do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes – Município de Porto Esperidião-MT – ano de referência: 2015



Fonte: IBGE (2015). Organizado por Valtair Guedes (2018).

De acordo com o portal eletrônico do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), o PIB a preços correntes é resultado do valor adicionado a preços básicos, adicionando-se ainda impostos sobre produtos líquidos de subsídio, ou seja, a soma, por exemplo, de impostos federais¹¹, estaduais¹² e municipais¹³ (IMB, 2009). A carga tributária, por seu turno, representa 7% do PIB total e decorre dos impostos gerados por outros setores da economia. Sendo assim, no caso de Porto Esperidião, excluindo-se

¹¹ Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Importação (II), Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguro (IOF), Imposto referente às operações relativas a títulos ou valores mobiliários e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (IMB, 2009).

¹² Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). (IMB, 2009).

¹³ Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Transmissão-Intervivos (ITBI), Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial (IPTU) (IMB, 2009).

os impostos, o PIB adicionado bruto em 2015 foi de R\$163,281 milhões. Já o PIB a preços correntes, que é a soma de toda produção (neste caso, indústria e agropecuária), mais o setor de serviços e os impostos, contabilizou aproximadamente R\$ 174,932 milhões.

Como se pode observar na Figura 11, os setores agropecuário e de serviços correspondem a 87% do PIB, enquanto a indústria representa apenas 6%. O setor da indústria mostra-se um tanto deficiente, com poucos incentivos para sua expansão, como confirma o fato de nos últimos anos, algumas indústrias terem encerrado suas atividades em Porto Esperidião, como uma indústria de borracha, a última a operar em Mato Grosso. Ela fechou suas portas em 2016, demitindo cerca de 20 funcionários que atuavam diretamente na Usina. Segundo Gusmão (2016), um dos proprietários da Usina Soteco, Pedro Corrêa Neto, relatou que o fim do funcionamento da Usina se deu pelo motivo do “custo Mato Grosso¹⁴”.

O empresário explicou que o valor para uma indústria se instalar e produzir em Mato Grosso é inviável devido a fatores como o preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e do diesel, a distância do mercado consumidor, além do custo do frete, que é desproporcional e mais caro se comparado a outros estados. Corrêa Neto esclareceu que, enquanto em Mato Grosso o valor do transporte da carga ficava em torno de R\$ 450,00 por tonelada, no estado de São Paulo a cifra é de aproximadamente R\$ 150,00 por tonelada, o que entende como resultado da falta de política estadual para heveicultura.

Atualmente, as duas principais indústrias em funcionamento no município atendem o ramo da cerâmica (fábrica de tijolos) e do processamento de madeira de teca, ambas instaladas na sede de Porto Esperidião, conforme as Figuras 12 e 13.

Evidenciam a deficiência do setor industrial em Porto Esperidião a posição que o município ocupa no ranking do rebanho bovino no Estado, a quantidade de animais destinados ao abate e a produção leiteira.

Dados do Indea-MT mostram que o município de Porto Esperidião, em 2016, ocupava o 8^a lugar no ranking estadual do rebanho bovino no Estado, com um total de 585.925 cabeças (MATO GROSSO, 2017a). No que se refere ao abate do gado, entre os meses de julho e dezembro de 2017, foram abatidos 45.606 animais (bovinos), sendo uma média de 247,85 animais por dia.

¹⁴ O termo “custo Mato Grosso” faz alusão aos gastos para se manter uma empresa em funcionamento no Estado, que incluem materiais para produção, transportes, impostos, além de custos gerais para manutenção da empresa (GUSMÃO, 2016).

Figura 12 – Indústria instalada na sede do município – cerâmica (fábrica de tijolos)



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 13 – Indústria instalada na sede do município – indústria de processamento de madeira de teca

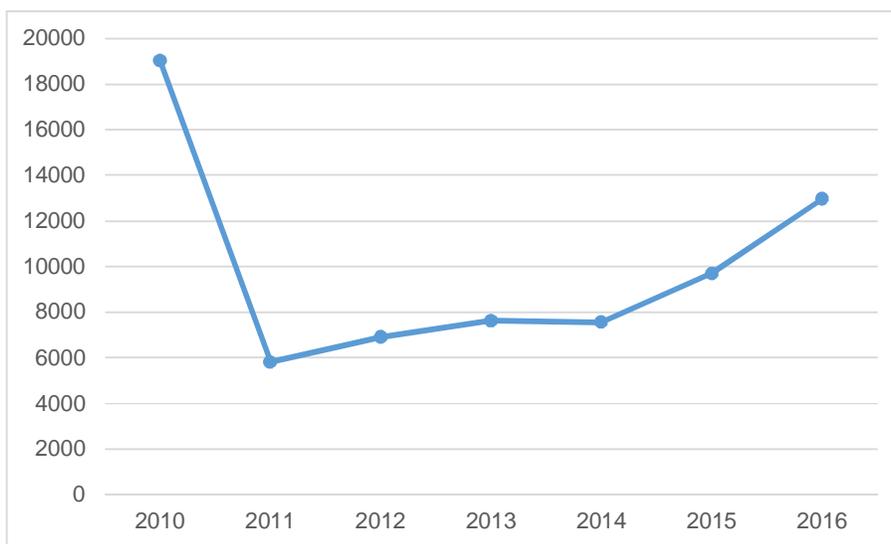


Fonte: Valtair Guedes (2018).

Mediante os dados apresentados, podemos concluir que o setor agropecuário, com destaque para pecuária, é uma atividade econômica de grande dimensão no município, enquanto a indústria mostra-se deficitária. Isso porque, pela quantidade de animais destinados ao abate diário e pelo rebanho bovino no município, justifica-se a instalação de um abatedouro ou frigorífico, mesmo porque municípios com menor rebanho, como Araputanga e Mirassol D'Oeste, que têm respectivamente 225.259 e 168.962 cabeças de gado bovino (dados do Indea-MT referente ao final do ano de 2016) possuem uma unidade frigorífica em cada município (MATO GROSSO, 2017a). Isso sem desconsiderarmos a produção leiteira do município que, segundo o IBGE, em 2016, contabilizou o equivalente a 7,741 milhões de litros de leite.

Entretanto, conforme já apontado neste trabalho, é notório o fato de que as pequenas cidades, na atual conjuntura, acabam alijadas de oportunidades do capital. Apenas o servem. E, com mínimos incentivos por parte do Poder Público, a concorrência com grandes centros urbanos e as legislações restritivas na ocupação do território na faixa de fronteira, como é o caso das cidades fronteiriças e, em nosso caso, especificamente de Porto Esperidião, acabam por entrar em declínio a economia local e as garantias sociais. Tal fato pode ser verificado por meio da Figura 14 a seguir:

Figura 14 – Gráfico do Produto Interno Bruto (PIB) – Setor da Indústria – município de Porto Esperidião-MT



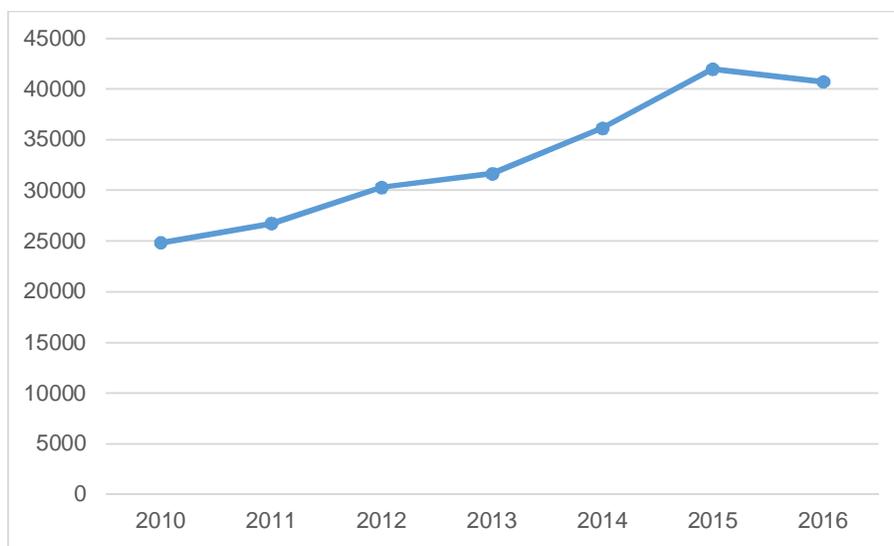
(Unidade: R\$ x1000)

Fonte: IBGE (2016). Organizado por Valtair Guedes (2018).

Apesar de um declínio próximo a 70% verificado entre 2010 e 2011 no PIB da indústria, entre os anos de 2011 e 2016, com maior variação positiva entre 2014 e 2016, houve uma significativa retomada no crescimento desse setor da economia, mesmo que limitada. Comparando-se os resultados de 2010 e 2016, o último índice do PIB ainda é menor em aproximadamente 35% em relação aos resultados de 2010. Em 2018, na sede do município, haviam apenas duas indústrias em funcionamento com estruturas mais expressivas, como já referido, e a mais recente delas é a indústria de processamento de madeira de teca, inaugurada em 2014 (Figura 13), o que pode ser um dos elementos relevantes para a melhora nesse setor da economia.

Já o setor de serviços, conforme se verifica na Figura 15, é o que mais cresceu ao longo dos anos (2010 a 2016). Com exceção de uma variação negativa entre os anos de 2015 e 2016, o crescimento desse setor foi de aproximadamente 65%. Ademais, comparando-se os gráficos dos setores da indústria (Figura 14), serviços (Figura 15) e agropecuária (Figura 16), pode-se verificar que o setor de serviços foi o que menos variou negativamente ao longo dos anos analisados.

Figura 15 – Gráfico do Produto Interno Bruto (PIB) – Setor de Serviços – município de Porto Esperidião-MT



(Unidade: R\$ x1000)

Fonte: IBGE (2016). Organizado por Valtair Guedes (2018).

A dilatação no setor de serviços pode ser explicada pelo aumento na oferta de equipamentos urbanos que a cidade tem disponibilizado nos últimos anos, como por exemplo, o número de agências bancárias – em 2010, existia apenas uma, passando para

duas em 2013: do Banco Sicredi e outra do Banco do Brasil, além de um Posto de Serviços e Correspondente Bancário do Banco Bradesco. Também se verificam o avanço tecnológico, o crescimento populacional e o aumento no número de estabelecimentos empresariais, que, de acordo com o IBGE (2015), era de 90 empresas em funcionamento em 2012, avançando para 103 em 2013, 133 em 2014 e 134 em 2015, o que se refletiu no aumento do número de pessoas ocupadas assalariadas, que em 2012 eram de 519 e passou para 688 em 2015.

No tocante às tecnologias, constatamos em pesquisa a campo que esse recurso tem se expandido significativamente no município, contribuindo para o avanço no PIB do setor de serviços. Citamos como exemplo a difusão da telefonia móvel e da TV a cabo, tanto por assinatura quanto livre. Inclusive, em conversa com um indivíduo que realiza esse tipo de serviço, fomos informados de que há uma média de 18 instalações mensais desse serviço em Porto Esperidião, tanto da TV a cabo por assinatura quanto da TV livre, sendo que a média mensal de cancelamento de TV por assinatura é de apenas três.

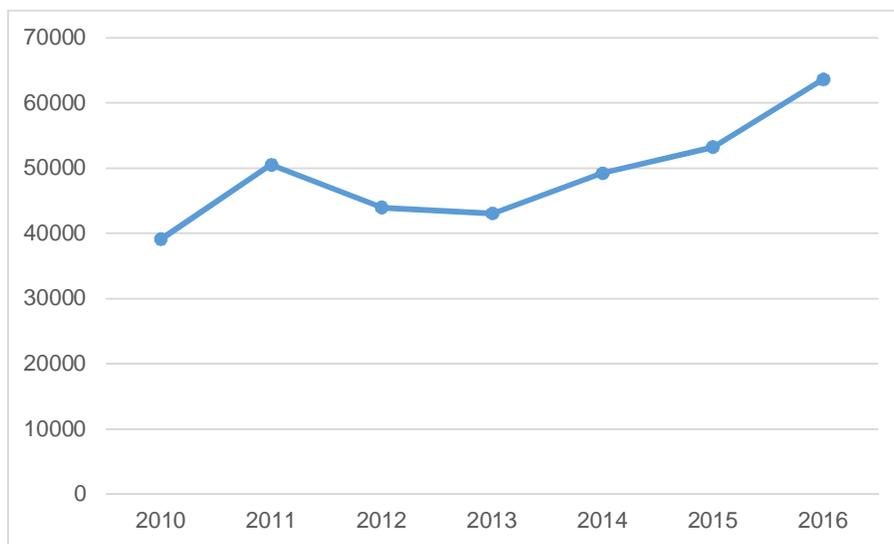
Também foi verificado que a empresa Neonet Serviços de Comunicação Multimídia – JS informática – fornece internet sem fio para 800 residências no município, enquanto em 2014 o fornecimento estava na ordem de 420 residências, maior ainda que em 2010, quando o serviço estava presente em apenas 180 domicílios. Quanto à oferta de internet no município, existem ainda outras empresas que oferecem esse tipo de serviço por meio de cabos, serviço, porém, restrito às áreas atendidas, enquanto a Neonet o oferece a todo o município, inclusive à zona rural, cujos números de adesão alcançam por volta de 55%, maiores até que na cidade: 45% do total de residências. É importante destacar que somente no ano de 2012 a empresa deu início à instalação de internet na zona rural.

O aumento do PIB do setor de serviços pode ser justificado também pelo avanço da agropecuária, haja vista que esse setor da economia impacta tanto o campo como a cidade, uma vez que equipamentos urbanos (principalmente o comércio local e os bancos) acabam se beneficiando desse crescimento. Estabelecendo uma comparação entre os dois gráficos (Setor de Serviços e Setor Agropecuário), tendo como referência o ano de 2012 e 2013, percebe-se que as condições foram similares, tendo em conta que o avanço no PIB de serviços entre esses anos foi pequeno, quase estável, assim como o PIB agropecuário.

Conforme o exposto na Figura 16, percebe-se uma variação negativa no PIB agropecuário entre os anos de 2011 a 2013. Porém, se compararmos o resultado do PIB

entre 2010 (R\$ 39,086 milhões) e 2016 (R\$ 63,640 milhões), vemos um crescimento na ordem de aproximadamente 62%, o que mostra sua expansão (IBGE, 2016).

Figura 16 – Gráfico do Produto Interno Bruto (PIB) – Setor Agropecuário – município de Porto Esperidião-MT



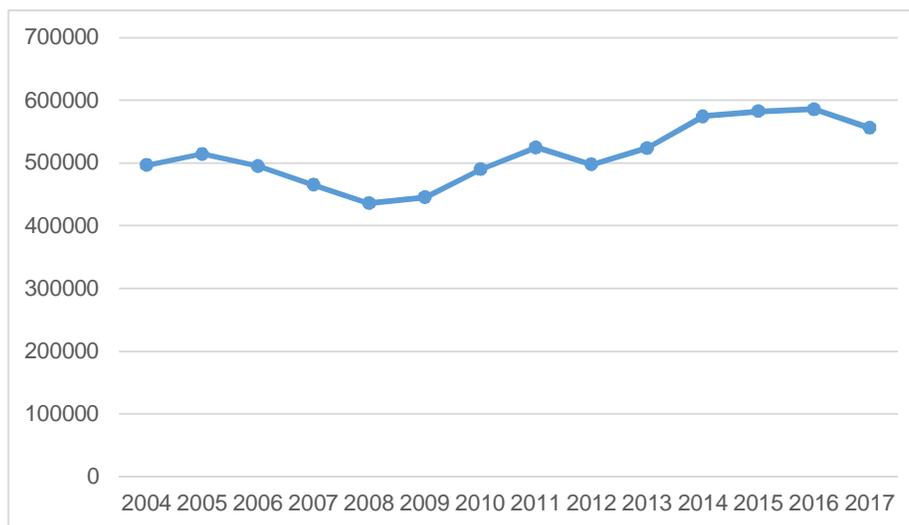
(Unidade: R\$ x1000)

Fonte: IBGE (2016). Organizado por Valtair Guedes (2018).

Depreende-se que o setor agropecuário é o mais importante alicerce da economia no município, posto que emprega a maioria da população economicamente ativa. Contudo, a agropecuária local tem suas bases apenas na pecuária bovina, sendo que Porto Esperidião ocupa posição de destaque no cenário estadual, especialmente em cria, recria e engorda (abate) e em menor proporção na leiteira. Entretanto, o Indea-MT, unidade local de Porto Esperidião, revelou que em maio de 2018 a última campanha de vacinação contra febre aftosa contabilizou um total de 557.407 cabeças de gado bovino (MATO GROSSO, 2018).

Apesar de uma flutuação no número do rebanho bovino entre os anos de 2004 e 2017 (conforme se verifica na Figura 17) – em 2004, era de 496.594 animais, em 2017, 555.932 bovinos e em 2018, 557.407 – pode-se concluir que houve um aumento superior a 60 mil cabeças de gado, o que demonstra expansão da atividade agropecuária em Porto Esperidião. Além do mais, conforme apontado, o destaque na agropecuária se dá na bovinocultura para cria, recria e engorda (abate) e em menor proporção na leiteira.

Figura 17 – Gráfico demonstrativo do rebanho Bovino – município de Porto Esperidião-MT



Fonte: IBGE (2017). Organizado por Valtair Guedes (2018).

Quanto à agricultura, as culturas de maiores destaques são: banana (195 hectares), borracha (86 hectares), laranja (70 hectares), limão (39 hectares), abacaxi (4 hectares), feijão (14 hectares), mandioca (80 hectares), melancia (154 hectares) e milho (50 hectares). Já a silvicultura corresponde a 2.009 hectares de terras plantadas, com destaque para o cultivo de *tectona grandis* (teca). Somadas as áreas destinadas à produção agrícola e à silvicultura (extrativismo vegetal), há um total de 2.701 hectares de terras a essas culturas destinadas. É importante destacarmos ainda que existe no município a associação dos criadores de abelhas, ligada à Associação Portense de Apicultores (APA). Ela possui instalações e veículo próprio, tendo produzido o equivalente a 4.200 kg de mel em 2016 (IBGE, 2016).

A produção agrícola de Porto Esperidião é restrita, com pouco excedente para comercialização e conseqüente competitividade, frente ao atual custo envolvido. Igualmente, o associativismo e o cooperativismo rural se desenvolvem morosamente, e o interesse por esse tipo de organização por parte da população rural é pouco expressivo. Isso porque, ainda que o município conte com 13 projetos de assentamentos/ocupações rurais, há apenas 652 famílias atendidas, além da comunidade tradicional São Fabiano (45 famílias) e das comunidades chiquitanas (Acorizal, Central, Fazendinha e Vila Nova Barbecho), pertencentes ao Portal do Encantado, com um total de 70 famílias.

Tais projetos são: Vila Rural Domingos José de Moraes (administrado pelo Intermat), Papiro, Sete Galhos, Morada do Sol, São Jorge, Alegrete I e II, Santa Cecília I e II, Pau a Pique, São Pedro, Aproara e Recanto Alegre. Eles, porém, estão distribuídos irregularmente no espaço territorial do município, haja vista que sua maioria se concentra nos Distritos de Vila Cardoso, Pedro Neca (Morada do Sol) e nas proximidades da rodovia BR-174 (Papiro e Sete Galhos), com exceção do Assentamento Recanto Alegre, o mais próximo da linha de fronteira.

Apesar de o município ser destaque no cenário estadual na criação do gado bovino, também essa atividade está distribuída de forma irregular, tanto quanto ao espaço territorial quanto à extensão das propriedades rurais, tendo em vista que os grandes latifúndios apresentam uma alta concentração de animais. Corroboram esse argumento dados do INDEA-MT, que revelam que as cinco propriedades com os maiores rebanhos bovinos computam um total de 50.016 animais. Concernente à distribuição desses animais no município, nota-se a concentração se dá nas proximidades do limite fronteiroço.

Acrescente-se que a morfologia socioespacial no município é também distinta e as unidades socioeconômicas apresentam características próprias na paisagem, tanto de ordem natural quanto socioeconômica. A unidade socioeconômica Pantanal do Paraguai Noroeste (USEE 62), por exemplo, que margeia a rodovia MT-265 e se estabelece ao longo do limite fronteiroço, conta com um forte predomínio da pecuária em médios e grandes estabelecimentos rurais, concentrando esse tipo de propriedade. Por outro lado, Planalto de Jauru (USEE 60), que recobre, inclusive, a sede do município, possui uma rede mais elevada de pequenos produtores rurais, mas no entorno dessas concentrações é notável a presença de grandes fazendas. Já a reduzida unidade Serras do Guaporé (USEE 63) apresenta características intermediárias, com certo predomínio de médias e grandes propriedades, todavia, com uma presença significativa de pequenas propriedades.

Tanto o Atlas Mato-grossense de Abordagem Socioeconômico-Ecológica – Região de Planejamento VII, Mato Grosso (2011), quanto o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Grande Cáceres (BRASIL, 2010a) são consonantes na definição socioeconômica do território de Porto Esperidião, informando ambos que o predomínio econômico se dá pela pecuária bovina de corte, com alta concentração fundiária nas proximidades da linha de fronteira e presença de médias e pequenas propriedades nas demais porções territoriais do município.

Segundo dados do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Grande Cáceres, outro atributo desse recorte espacial se refere à baixa oferta de infraestrutura e ao reduzido emprego de tecnologias na produção (BRASIL, 2010a). Ademais, veem-se condições gerais de vida baixa e média, denotando um indicador inferior ao resultado encontrado para o Brasil.

Apesar de ser um município mais rural que urbano, a sede de Porto Esperidião funciona como um ponto de suporte aos seus habitantes. Ela congrega equipamentos urbanos¹⁵ que, por suas funcionalidades, servem sua população, como as instituições bancárias, o Indea-MT e as lojas veterinárias, seus principais exemplos.

Quanto ao comércio da cidade, os supermercados se destacam no atendimento das necessidades básicas da população rural. Os dois empreendimentos existentes na cidade recebem uma média mensal de 12 veículos de transporte coletivo provenientes da zona rural, além de veículos próprios para esse mesmo transporte, com a finalidade exclusiva para compras domésticas, mesmo havendo na cidade vários minimercados. Nesse sentido, há diariamente ônibus e vans provenientes dos Distritos de Vila Cardoso, Bocaiuval e Pedro Neca, além dos advindos das comunidades de Vila Picada e Santa Rita com destino à sede do município.

Por meio do Quadro 2, demonstram-se os principais equipamentos urbanos disponíveis na sede do município, com ênfase aos estabelecimentos mencionados, além daqueles que interpretamos serem essenciais e relevantes para o atendimento das necessidades básicas da população rural.

O município é limitado em tais suportes, haja vista que a cidade não dispõe de nenhum hospital, nem leitos para internação ou serviços médicos especializados, ainda que no município haja oito estabelecimentos de saúde pública, inclusive uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma do Programa Saúde da Família (PSF) em sua sede. Também a agência do Banco do Brasil oferece poucos serviços. Não há, ainda, órgãos federais ou estaduais, como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Caixa Econômica Federal, Incra, Secretaria de Fazenda, Receita Federal, entre outros. Tal deficiência urbana leva frequentemente munícipes a buscarem recursos em outras cidades maiores, principalmente Cáceres e, em menor número, Mirassol D'oeste.

¹⁵ Classificamos como equipamentos urbanos as instituições financeiras, os órgãos públicos, o comércio local, os consultórios odontológicos, o laboratório de análises clínicas, bem como qualquer entidade ou estabelecimento relevante para o atendimento das necessidades da população.

Quadro 2 – Equipamentos urbanos utilizados pelas populações rurais

Descrição dos estabelecimentos	Quantidade
Agências bancárias/postos bancários (Banco do Brasil, Banco Sicredi, Banco Bradesco e Casa Lotérica)	4
Agência dos Correios	1
Cartórios de 1º e 2º Ofício	2
Consultórios odontológicos	6
Escritórios contábeis	3
Estabelecimentos de saúde (PSF e UBS)	2
Farmácias	5
Fórum (Vara Única da Comarca de Porto Esperidião)	1
INDEA-MT	1
Laboratório de análises clínicas	1
Lojas de confecções e calçados	9
Lojas de móveis e eletrodomésticos	4
Lojas de produtos veterinários e sementes	3
Oficinas mecânicas, funilarias e autoelétricas	8
Papelarias, lojas de materiais de escritórios, utilidades, informática e internet	8
Postos de combustíveis	2
Supermercados	2

Fonte: Valtair Guedes (2018).

Diante do exposto, podemos concluir que o município, em especial sua sede, tem por finalidade servir seus habitantes com a oferta de equipamentos urbanos e que está, ao mesmo tempo, inserido na lógica capitalista, atendendo aos interesses do capital, seja legal ou ilegal. A produção legal, tal como o gado bovino, principal produto desse espaço, é destinada principalmente ao mercado dos grandes centros urbanos, tanto no Brasil quanto no exterior, em especial Hong Kong, União Europeia, China, Egito, Rússia, Irã e Chile (COMPRERURAL, 2017). Já as redes ilegais, com destaque para o tráfico de cocaína e de pasta base, são beneficiadas por estarem no limiar da fronteira, o que funciona como ponto

estratégico e de apoio, além de corredor no transporte de produtos ilícitos, abastecendo dessa maneira as principais capitais brasileiras, além de atender o mercado externo (GEFRON, 2018).

3.4. Os atributos econômicos e os impactos na formação socioespacial

Apropriando-se da Teoria da Formação Socioespacial para explicar a produção e o arranjo do espaço de Porto Esperidião, consideramos as relações econômicas como o mais importante elemento do tripé modo de produção, formação social e espaço. Elas são indispensáveis na produção e no arranjo socioespacial, como a relacionada à pecuária bovina. No centro do debate neste tópico está justamente a bovinocultura, atividade econômica basilar nesse espaço, de modo que a própria morfologia espacial do território revela essa identidade.

Como já mencionado, a produção e o arranjo do espaço em análise se dão por meio do capital legal, proveniente principalmente da pecuária bovina, não se descartando, porém, a presença do capital ilegal, com destaque para o tráfico de drogas, um mercado praticamente impossível de ser contabilizado. Há informações sobre o quantitativo de apreensões dos narcóticos que atravessam as fronteiras de Mato Grosso e especificamente de Porto Esperidião, mas se sabe que essas atividades ilícitas movimentam cifras milionários, tornam-se obstáculos para o desenvolvimento local.

Segundo o Grupo Especial de Fronteira, os principais produtos ilícitos apreendidos nessa porção do espaço são: materiais têxteis, cigarros e brinquedos, mas o narcotráfico é apontado como a principal atividade ilegal na fronteira, uma vez que possuem maior valor agregado, organizações e estruturas bem sistematizadas e conseqüentemente mais impacto no território.

Mesmo que não seja nosso propósito revelar minúcias acerca do tráfico de drogas na fronteira, haja vista que essa é uma investigação incerta e insegura, essa questão é um tema que muito interessa à Geografia, pelo fato de delinear conteúdos fundamentais na compreensão da formação socioespacial dos territórios.

Nesse sentido, para comprovar sua existência e demonstrar sua dimensão, buscamos levantar dados quantitativos junto ao órgão estadual de segurança das fronteiras, o que revelou um território de contradições, divergências e de insegurança, mas que, ao mesmo

tempo, por seu alto valor e pela quantia de capital resultante, torna-o uma prática de profundos impactos socioespaciais em que se realiza.

Os dados aqui tratados dizem respeito à fronteira mato-grossense e são de responsabilidade do Gefron. Entretanto, deve-se destacar que o comércio ilícito de narcóticos é uma atividade sem limites territoriais, de maneira que uma apreensão que ocorre no município de Vila Bela da Santíssima Trindade ou em Cáceres não significa que tem como destino essas cidades, inclusive pode ser utilizado como ponto estratégico e destino Porto Esperidião.

De acordo com o Grupo Especial de Fronteira, as apreensões de drogas na fronteira estão concentradas nas cidades de Cáceres, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, uma vez que, em Comodoro, as condições físicas e as unidades de conservação, bem como a inexistência de comunidades do lado boliviano, dificultam a circulação e a relação bilateral com o país vizinho.

Em relação à dimensão desse comércio, entre os anos de 2003 e 2010, o Gefron apreendeu 1.949,478 kg de entorpecentes na fronteira mato-grossense; já entre 2011 e o primeiro semestre de 2013, foram apreendidos 535,86 kg. Porém, no ano de 2017, somente em Porto Esperidião, foram apreendidos 733,900 kg de entorpecentes. Em toda a fronteira mato-grossense, apreenderam-se 1.770 kg no ano de 2015; 3.950,477 kg em 2016 e 3.041,368 kg no ano de 2017. Em 2018, somente no primeiro semestre, foram apreendidos pelo Grupo Especial de Fronteira 3.023,593 kg de entorpecentes (GEFRON, 2018).

Diante dos dados analisados, vê-se que houve um significativo aumento nas apreensões dos ilícitos na fronteira: em quase dez anos (2003 ao primeiro semestre de 2013), o total de entorpecentes apreendidos foi de 2.485,338 kg; contudo, somente no primeiro semestre de 2018, o montante foi superior a 22% do total apreendido em dez anos (GEFRON, 2010; 2011; 2012; 2013).

A atuação do Gefron na segurança das fronteiras é resultado do trabalho de cooperação entre instituições de segurança pública, tais como Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Exército, entre outras, tanto da esfera estadual como da federal: é o que demonstra a Figura 18, que mostra o resultado da ação conjunta entre Gefron e Polícia Federal em 2016, quando houve uma das maiores apreensões de pasta base de cocaína. Na ocasião, foram mais de 600 kg de ilícitos apreendidos na zona rural de Porto Esperidião, além de armas de fogo (fuzil e espingardas) e dinheiro.

Figura 18 – Apreensão de drogas no município de Porto Esperidião – zona rural



Fonte: Assessoria de Imprensa/ Gefron (2016).

O narcotráfico é uma atividade que transcende os limites fronteiriços e as barreiras territoriais, evade divisas e impacta as formações socioespaciais nos mais distantes territórios. Trata-se de um processo que se valeu da globalização para se expandir, amparado especialmente por condições fronteiriças, como a demonstrada.

As condições ambientais, bem como as sociais, são elementos indispensáveis para a expansão das atividades ilícitas nas fronteiras. No caso de Porto Esperidião, a morfologia socioespacial possibilita a ampliação desse serviço, tendo em vista os baixos indicadores do IDHM, a reduzida densidade demográfica, o predomínio dos grandes latifúndios com pastagens próximas aos limites nacionais, além da vegetação natural densa. Assim, cria-se um ambiente favorável para o desenvolvimento das redes ilegais, em especial o tráfico de drogas.

Todavia, como já dissertado, concernente à base econômica legal, a bovinocultura forma uma paisagem até certo ponto homogênea, que se manifesta nos espaços rurais do município: são raras as propriedades rurais que destinam suas terras para outra cultura. Desse modo, a pastagem e a vegetação natural de cerrado são as principais coberturas dos solos de Porto Esperidião.

As Figuras 19 e 20 ilustram essas paisagens:

Figura 19 – Propriedade com pastagens e criação de gado bovino nas proximidades do Destacamento de Fortuna



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 20 – Propriedade com pastagens e criação de gado bovino nas proximidades das Conchas



Fonte: Valtair Guedes (2018).

As imagens foram capturadas nas proximidades da linha de fronteira, em Porto Esperidião. A figura 19 mostra um estabelecimento rural próximo ao Destacamento Militar do Exército em Fortuna; a segunda imagem (Figura 20) revela uma propriedade nas proximidades da localidade conhecida como Conchas. Ambas estão estabelecidas ao lado esquerdo da rodovia MT-265, no sentido BR-174 ao Destacamento de Fortuna, e confirmam que a principal cultura que recobre os solos é a pastagem, sendo que as principais espécies desse tipo de planta são as do gênero *Brachiaria*, com destaque para a conhecida popularmente como capim-braquiária ou braquiarão.

Realizando-se uma leitura mais estrita das imagens, é possível observar que a pecuária nesse espaço territorial é desprovida de infraestrutura, com reduzidos investimentos. O capim é um dos poucos, se não em alguns casos, o único recurso, para nutrição do gado bovino. O modelo mais abrangente de criação bovina em Porto Esperidião é o extensivo¹⁶ e, no caso dos maiores e mais rigorosos estabelecimentos agropecuários, o semiextensivo¹⁷. São raras as propriedades que adotam o modelo intensivo¹⁸.

Por sua vez, as Figuras 21 e 22 identificam os arranjos e as estruturas essenciais para a sustentação desse sistema. A figura 21 mostra estabelecimentos localizados à margem direita da rodovia MT-265, no sentido rodovia BR-174 ao Destacamento Militar de Fortuna: a foto (A), destacando a pastagem e a criação do gado bovino, é de uma propriedade próxima ao Destacamento e tem ao fundo o Parque Estadual Serra de Santa Bárbara e as Terras Indígenas Portal do Encantado. Já a foto (B) representa a Barreira Sanitária do Indea-MT em Fortuna, órgão responsável pelo controle e a defesa sanitária animal no Estado.

¹⁶ A pecuária extensiva é o modelo mais utilizado no Brasil, haja vista a vantagem da baixa necessidade de investimentos; o modelo consiste na criação a pasto, entretanto, para tal procedimento, é necessária a ocupação de grandes áreas de pastagens (PROCREARE, 2016).

¹⁷ O modelo de criação semiextensivo é um sistema que consiste também na criação do gado bovino solto no pasto, entretanto, existem maiores rigores quanto à seleção e ao aprimoramento do rebanho; é uma combinação da pecuária extensiva com a intensiva (PROCREARE, 2016).

¹⁸ Quanto ao modelo intensivo, consiste em um sistema mais exigente, com a adoção de procedimentos tecnológicos, manipulação genética, inseminação artificial, entre outras estratégias para aumentar a produtividade; constitui-se no cultivo do gado bovino criado em confinamento (PROCREARE, 2016).

Figura 21 – A pecuária bovina e parte de seus arranjos – foto (A): propriedade rural com gado bovino; foto (B): Barreira Sanitária do Indea-MT



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 22 – Parte das estruturas essenciais para a sustentação da pecuária bovina – foto (A): estrada MT-265; foto (B): caminhões transportando gado bovino



Fonte: Valtair Guedes (2018).

A Figura 22 traz como referência o meio de transporte elementar desse sistema produtivo. A foto (A) refere-se à rodovia MT-265, trecho entre Fortuna e Vila Picada. Trata-se da principal via de transporte desse tipo de produção agropecuária. Já a imagem (B) faz referência ao modelo de transporte majoritário nesse recorte espacial: a imagem é da localidade conhecida como Vila Santa Rita. Ambas as ilustrações demonstram algumas das estruturas e condições existentes para o funcionamento e o destino final da produção agropecuária.

Tendo o gado bovino como destaque, destaca-se que a raça mais frequente nas propriedades do município, não só nos grandes latifúndios, mas também e majoritariamente nas médias e pequenas propriedades, é a Nelore, conhecida popularmente como “gado branco”, cuja criação especializada é a cria, cria e engorda (Indea-MT).

O Nelore é a raça predominante em solo brasileiro, representando aproximadamente 80% do rebanho nacional e, também por ser a linhagem menos exigente no que tange às condições nutricionais, além de possuir boa adaptação ao clima do país, com grande resistência e produção de carne (informações levantadas junto ao Indea-MT e a pecuaristas), o que, como já mencionado, repete-se em Porto Esperidião, neste caso especialmente destinado ao corte.

Devido às boas condições de adaptação e mínimas exigências desse tipo de raça bovina, a pecuária emprega reduzido coeficiente de técnicas especializadas e baixa exigência de mão de obra, posto que necessita quase que exclusivamente de pasto. No entanto, o destino final dessa produção (abate), segundo o Indea-MT, órgão de defesa sanitária, estabelece um rigoroso sistema de vigilância, controle e sanidade animal sobre as propriedades, com vistas a atender o mercado consumidor, principalmente o externo¹⁹.

Ao longo de um ano, as propriedades rurais são submetidas a duas etapas de vacinação contra a febre aftosa, e aquelas em linha de fronteira, três etapas, além de vacinas contra Brucelose e, em caso de foco de raiva, a mesma se torna obrigatória.

Ainda concernente à fiscalização, ao controle e à sanidade do rebanho bovino de Porto Esperidião, há uma Unidade Local de Execução (ULE) do Indea-MT (Figura 23) localizada na sede do município, responsável pelo controle animal, como o lançamento de

¹⁹ Todos os rebanhos bovinos e bubalinos das propriedades estabelecidas no limite fronteiro são assistidos por servidores do Indea-MT, ou seja, cada animal vacinado é acompanhado pelo órgão, assim como nas propriedades localizadas em um raio de 15 km da linha limítrofe fronteira: os fiscais conferem os frascos de vacinas, verificam suas notas fiscais e fiscalizam todo o rebanho (Indea-MT).

vacinações, emissões de guias de transportes, entre outros. O Indea-MT ainda responde por duas barreiras sanitárias: a Barreira Sanitária de Las Petas, próxima à comunidade de Vila Picada e estabelecida nos limites fronteiriços, e a Barreira Sanitária de Fortuna, estabelecida próxima ao Destacamento Militar do Exército, no limite entre Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade, situada também no limite da fronteira. Há também fiscalizações móveis, com dois veículos que atuam em toda zona rural do município, que ajudam na locomoção de servidores do Indea-MT e de policiais civis e militares, que auxiliam a fiscalização agropecuária de Porto Esperidião

Isso porque os serviços de fiscalização e controle de entrada e saída de pessoas e de produtos de origem animal e vegetal são de exclusividade das barreiras sanitárias e das fiscalizações volantes. Na ULE, realizam-se o atendimento ao público, o lançamento de vacinações, a emissão de guias para trânsito animal, além de todos os serviços administrativos do órgão. No que tange aos servidores designados para as barreiras sanitárias e a fiscalização volante, estes são rotativos, advindos de diversas ULE do Estado.

Figura 23 – Unidade Local de Execução (ULE) de Porto Esperidião – Indea-MT



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Deve-se também mencionar a relevância do meio de transporte da produção agropecuária, que, assim como as propriedades rurais e o sistema de controle, fiscalização e sanidade animal, constitui-se como elemento essencial para a consolidação da estrutura produtora e se realizada pelas rodovias MT-265 e BR-174, as principais rotas de escoamento da produção. Há ainda estradas vicinais conectadas direta ou indiretamente à MT-265, haja vista que esta corta todo o município no sentido nordeste-sudoeste. Por sua posição estratégica, a MT-265 torna-se a mais importante via de escoamento da produção agropecuária de Porto Esperidião. Por outro lado, apesar da rodovia BR-174 cortar o município de Leste-Oeste, entretanto, a mesma está localizada no extremo Norte de Porto Esperidião, fator esse que limita o acesso direto ou indireto da maior parte das propriedades rurais do município.

Cabe ressaltar ainda que apesar das boas condições de trafegabilidade da rodovia MT-265, conforme se verifica nas imagens anteriores, entretanto, a mesma sofre deterioração principalmente na estação chuvosa, segundo relato dos moradores e caminhoneiros que nela trafegam. Outro fator que impossibilita a conservação da MT-265 é o trânsito intenso de “caminhões boiadeiros²¹”, que diariamente transportam animais para os abatedouros, frigoríficos e entre propriedades.

Apesar de a bovinocultura ser a atividade econômica de maior destaque para a economia do município, haja vista os indicadores sociais desse recorte, podemos concluir que ela não garante condições sociais dignas à população de Porto Esperidião. Os grandes latifúndios, ou seja, as extensas propriedades rurais pouco contribuem para o desenvolvimento local, uma vez que parte dos proprietários dos maiores estabelecimentos rurais não residem em Porto Esperidião (informações obtidas junto ao Indea-MT). Ilustrando essa afirmação, os proprietários dos cinco maiores estabelecimentos rurais do município (referência à quantidade de terras e de animais), residem em outras cidades, inclusive três deles fora do Estado.

Ainda referente aos cinco maiores estabelecimentos rurais, estes têm dimensões entre 10.000 e 15.000 hectares e rebanhos que variam entre 7.500 e 16.500 cabeças de gado bovino; todavia, empregam em média apenas 20 famílias (enquanto as propriedades rurais entre 500 e 2.000 hectares respondem pela ocupação média entre 3 e 8 famílias). Quanto ao salário desses trabalhadores, a remuneração dos peões de fazenda está em

²¹ Designação popular dada aos veículos que transportam animais vivos, especialmente o gado bovino.

torno de R\$ 1.800,00; dos capatazes, R\$ 2.500,00; já dos gerentes de fazenda, o salário varia entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00, este de acordo com o tamanho das propriedades, qualificação profissional e funções desempenhadas. Esses funcionários de fazenda, não raras vezes, são os únicos responsáveis pela renda de suas famílias.

As funções desempenhadas pelos trabalhadores dentro de uma propriedade são distintas. O gerente é aquele que desempenha todas as funções de administração: compra e venda de animais, de suplementos, sais, vacinas, entre outras. O capataz, por sua vez, tem por responsabilidade os cuidados e a gerência do rebanho no campo e exerce o comando direto sobre os peões. Estes, por seu turno, trabalham diretamente na lida com o gado e recebem a menor remuneração, pois desempenham função que não necessita de escolaridade, apenas um trabalho braçal. Na maior parte das propriedades existem apenas um gerente e um capataz, os demais são peões, o que caracteriza a estrutura das grandes propriedades rurais.

Frente ao exposto, deduz-se que, de um lado, a ação das redes ilegais e as restrições legais para a ocupação da faixa de fronteira geram insegurança e obstáculos para o desenvolvimento local; por outro lado, a pecuária bovina pouco contribui para a melhoria das condições sociais da população de Porto Esperidião, haja vista que, se tomarmos por base o IDHM como sinônimo de desenvolvimento social, o resultado encontrado para o município está abaixo da média nacional. Ademais, comparando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios mato-grossenses estabelecidos nos limites fronteiros, pode-se verificar que Porto Esperidião ocupa o penúltimo lugar nesse ranking, como se pode verificar pelo Quadro 3. Ele considera cinco municípios nos limites da fronteira²³.

Já os Quadros 4 e 5 listam os municípios ordenados de acordo com a pontuação do IDHM em ordem decrescente.

²³ O recorte de cinco municípios seguiu a metodologia adotada por Cootrade (2016), que considera Pontes e Lacerda por sua proximidade física com a Bolívia (uma distância aproximada de 10 km separa a linha de fronteira e o limite do município) e por manter significativas relações bilaterais. Por sua vez, Comodoro fora considerada nesta análise pelo motivo de estar na linha de fronteira, mesmo que suas relações bilaterais com o país vizinho sejam inexpressivas.

Quadro 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – cidades do estado de Mato Grosso estabelecidas nos limites da fronteira

Municípios	População estimada para 2017	País fronteiriço	IDHM em 2010
Cáceres	91.271	Bolívia	0,708
Pontes e Lacerda	43.832		0,703
Comodoro	19.932		0,689
Porto Esperidião	11.603		0,652
Vila Bela da Santíssima Trindade	15.534		0,645

Fonte: IBGE (2010; 2017). Organizado por Valtair Guedes (2018).

Por meio da análise do IDHM dos municípios supracitados, percebe-se uma dinâmica econômica similar: no caso de Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade, estes apresentam os piores indicadores do grupo; quanto aos demais, sua economia não está centrada na pecuária bovina, mas, como são municípios de maior porte, têm fontes de rendas mais diversificadas e um setor de serviços mais amplo, além de contarem com algumas agroindústrias, como por exemplo: laticínios, frigoríficos e secadores de grãos, entre outros empreendimentos.

Seguindo a análise, podemos utilizar como referência outros municípios estabelecidos nos limites fronteiriço, em outros estados, mas em acordo com sua população total, que deverá ser próxima ao número de habitantes de Porto Esperidião, de modo que o estudo se concentre em cidades de pequeno porte, que possuem uma dinâmica econômica peculiar. Oiapoque-AP é a única exceção, posto que registra mais de 25.000 habitantes. Entretanto, como no estado do Amapá existem apenas duas cidades nos limites fronteiriços, optamos por ela, já que Laranjal do Jari tem uma população ainda maior (aproximadamente 47.000 habitantes).

Analisando o Quadro 4, é possível identificar que o único município que apresenta um índice acima do resultado encontrado para o Brasil é Itaipulândia-PR; ademais, de todos os municípios listados apenas dois apresentam um índice de nível alto e cinco registram com resultados medianos; finalmente, três municípios documentam índices baixos. Ou seja, do total, apenas dois municípios apresentaram resultados satisfatórios; enquanto os três últimos do ranking sugerem que sua população enfrenta extremas condições sociais.

Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – pequenas cidades fronteiriças

Municípios/ UF	População estimada para 2017	País fronteiro	IDHM em 2010
Itaipulândia/ PR	10.587	Paraguai	0,738
Dionísio Cerqueira/ SC	15.450	Argentina	0,706
Herval/ RS	6.980	Uruguai	0,687
Porto Murtinho/ MS	16.879	Paraguai	0,666
Oiapoque/ AP	25.514	Guiana Francesa	0,658
Porto Esperidião/ MT	11.603	Bolívia	0,652
Costa Marques/ RO	17.400	Bolívia	0,611
Normandia/ RR	10.527	Guiana	0,594
Capixaba/ AC	11.136	Bolívia	0,575
Guajará/ AM	16.339	Peru	0,532

Fonte: IBGE (2010; 2017). Organizado por Valtair Guedes (2018).

Nota: valores de referência do IDHM: 0 – 0,499 muito baixo; 0,500 – 0,599 baixo; 0,600 – 0,699 médio; 0,700 – 0,799 alto; 0,800 – 1 muito alto. Média Nacional em 2010 (IDHM – 0,727). (BRASIL, 2013).

O Quadro 5 pode corroborar o exposto, pois, considera a divisão proposta pelo Programa de Reestruturação da Faixa de Fronteira e considera três grandes Arcos Fronteiriços. Não apresenta um município de cada estado, posto que, por algumas Unidades Federativas não possuem cidades de médio porte nos limites fronteiriços, optamos por representar duas cidades de cada Arco da Faixa de Fronteira.

Quadro 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – cidades fronteiriças de porte médio

Municípios/ UF	População estimada para 2017	País fronteiro e bifronteiro	IDHM em 2010
Foz do Iguaçu/ PR	264.044	Argentina e Paraguai	0,751
Bagé/ RS	122.209	Uruguai	0,740
Cáceres/ MT	91.271	Bolívia	0,708
Corumbá/ MS	109.899	Bolívia e Paraguai	0,700
Laranjal do Jari/ AP	47.554	Suriname e Guiana Francesa	0,665
Tabatinga/ AM	63.635	Colômbia	0,616

Fonte: IBGE (2010; 2017). Organizado por Valtair Guedes (2018).

Analisando-se comparativamente os Quadros 4 e 5, pode-se ter uma visão das diferenças entre as pequenas cidades de fronteira e as cidades medianas estabelecidas nos limites fronteiriços. As cidades de médio porte apresentam condições sociais melhores, mesmo as do Arco Norte (Laranjal do Jari e Tabatinga), em que as condições sociais são mais limitadas. Nelas, os índices ainda estão situados entre o padrão mediano. Dentre os municípios analisados no Quadro 5, nenhum deles possui condições sociais abaixo do

limiar médio. Já entre os municípios de pequeno porte, três têm índice abaixo do limiar médio.

Observa-se também que, entre as pequenas cidades (Quadro 4), apenas duas possuem IDHM acima de 0,700 pontos; dentre os municípios com cidades medianas (Quadro 05), esse resultado salta para quatro. Outra característica notável é que os municípios do Arco Sul (Foz do Iguaçu e Bagé) e do Arco Central (Cáceres e Corumbá) apresentam os melhores indicadores; já os municípios do Arco Norte apontam condições sociais inferiores.

Partindo dessas análises, apesar de Porto Esperidião apresentar um resultado abaixo da média nacional e ter o segundo pior índice dos municípios mato-grossenses estabelecidos nos limites da fronteira, por seus valores de referência do IDHM e pelo demonstrado no Quadro 4, podemos concluir que as condições sociais desse recorte espacial ainda são intermediárias, resultantes do modelo de produção econômica e de sua organização, que atuam no processo de formação socioespacial do território.

O modelo de ocupação desse espaço é um elemento fundamental na determinação das condições sociais de seus habitantes, pautando nossa afirmação em Corrêa (2000), que utiliza a teoria da definição das práticas espaciais. Sob essa perspectiva, Porto Esperidião mostra-se como um espaço territorial com características predominantes de grandes latifúndios, com extensas áreas de pastagens e baixo emprego de mão de obra, que pouco contribuírem para a economia local, haja vista que uma parcela significativa dos proprietários dos médios e grandes estabelecimentos rurais não residem no município, investindo assim a maior parte do lucro dessa produção em outras localidades.

Diante dessa realidade, é possível afirmar que, se de um lado, a fronteira é vista como um fator limitador para melhores condições sociais, por outro, a pecuária acentua essa condição. E, como uma pequena cidade de um município fronteiriço, as condições se tornam ainda mais limitadoras para o desenvolvimento socioespacial. Talvez por esse panorama, seja considerado pelas populações menos assistidas arriscarem suas vidas nos meios ilícitos que a fronteira oferece.

4. A CIDADE E A FRONTEIRA: SINGULARIDADES E RELAÇÕES

4.1. A cidade de fronteira: singularidades e as tramas no espaço

O objetivo deste capítulo se concentrou na apresentação das estruturas, das ferramentas, dos arranjos singulares e das relações existentes em Porto Esperidião, com vistas a evidenciar as especificidades desse recorte, que conta ainda com equipamentos públicos de segurança, limite fronteiriço, comunidades transfronteiriças e arranjos socioespaciais em si, particularizando-se.

Previamente, é importante rememorar que, por espaço, entendemos a produção socioespacial, a matéria trabalhada, não apenas seu caráter físico, delimitado por fronteiras. Desse modo, o espaço geográfico é resultado da interação entre sociedade e espaço, de maneira que não se justifica em si mesmo, mas a partir de seus arranjos, do processo de formação socioespacial, considerando-se, pois, as territorialidades.

Nesse contexto, partimos de duas premissas: de um lado, um espaço subjetivo, carregado de relações e intenções sociais, além de elementos políticos-ideológicos; de outro, um espaço concreto, alinhado ao conceito de território e delimitado por uma fronteira. É importante ressaltar que nesta pesquisa buscamos dar um viés mais político ao conceito de território. Conforme demonstrado na Figura 24, há a uma percepção clara de uma definição alinhada ao conceito de delimitação, de espaço concreto, de um território político em que os agentes públicos, administradores dos Estados o avistam com clareza e definição, diferentemente dos fronteiriços, que veem o espaço como de caráter antagônico.

Inclusive, em pesquisa a campo, pudemos constatar a livre circulação de pessoas que atravessam a linha delimitadora da fronteira: são indivíduos pertencentes às comunidades tradicionais e indígenas que compartilham parentesco e vivência em ambos os lados do limite fronteiriço. Ao longo da linha de divisa existem várias estradas vicinais que atravessam a fronteira, em sua maioria conectam a rodovia MT-265 ao país da Bolívia. A Figura 25 representa um desses inúmeros meios de acesso entre os dois países. Ela traz ao fundo, após o mata-burro²⁴, a Bolívia.

²⁴ Mata-burro é uma estrutura conhecida majoritariamente pela população rural que serve para impedir a fuga dos animais das propriedades. São feitas principalmente de madeira e são como um dispositivo construído sobre uma vala para impedir o trânsito de animais. Geralmente estão instalados em lugares que necessitariam de porteiros, dispensando para a livre circulação de pessoas, e não de animais.

Figura 24 – Marco de Divisa – Linha de fronteira entre Bolívia e Brasil



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 25 – Estrada vicinal próxima ao Destacamento de Fortuna, atravessando a fronteira entre Brasil e Bolívia



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Nossa análise considera também os conceitos de cidade e fronteira, entendendo-os como um espaço concreto e delimitado, mas, ao mesmo tempo, subjetivo, que permeia relações e intenções sociais. Desse modo, vê-se tanto um sentido concreto, um espaço delimitado, aquilo que denominamos de território, e um sentido mais abstrato, aquilo que podemos denominar de formação socioespacial, arranjo socioespacial, ou ainda produção socioespacial. Este capítulo, pois, centra-se na busca, na investigação e na compreensão de elementos implícitos que permeiam o arranjo e a produção socioespacial desse território.

O espaço é aqui entendido também como um elemento político e ideológico: seus arranjos e a formação socioespacial não são resultado de um trabalho casual, mas determinados por necessidades sociais, econômicas e políticas. Outrossim, na atual conjuntura socioeconômica, ele tem se transformado em função dos modos de produção, seguindo uma lógica imposta pelo capital, que culmina em condições que acentuam cada vez mais o fosso da desigualdade socioespacial.

Quanto ao território em análise, os planos governamentais buscaram interpretar o espaço da fronteira como um recorte peculiar. Segundo o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, isso se deve ao encontro de dois sistemas socioeconômicos e políticos diferentes (BRASIL, 2005). Já as Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira afirmam que esse é um espaço híbrido: o hibridismo cultural, resultante de conexões, diferencia essa porção territorial das demais partes do país (BRASIL, 2005). E ainda, segundo a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, pelo fato de a faixa de fronteira ser um espaço peculiar, necessita de um fomento específico por parte dos governos federal, estadual e municipal para seu desenvolvimento (BRASIL, 2014).

As peculiaridades existentes nesse espaço exigiram, por suas singularidades, legislações específicas e projetos especiais. Especificamente no caso de Porto Esperidião, além das legislações específicas da faixa de fronteira a qual esse recorte espacial está submetido, há ainda alguns projetos especiais que o diferencia dos demais municípios que não estão inseridos nesse contexto. Podemos citar como exemplo as Barreiras Sanitárias e as fiscalizações volantes do Indea-MT; o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Porto Esperidião; a Base Operacional e os Postos Avançados do Gefron, além do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) e do Destacamento Militar do Exército em Fortuna.

É considerável ressaltarmos que, além do PEF em Fortuna, na vila Santa Rita havia em funcionamento um Posto Militar do Exército (vide Figura 26). Contudo, na atualidade ele está desativo, sendo utilizado somente em casos de operações militares na fronteira. Além dele, na fronteira mato-grossense foram desativados pelo 2º Batalhão de Fronteira (Befron) outros três postos: o Posto Militar de Palmarito, Posto Militar de Corixa e o Posto Militar de São Simão, que abrigavam cada um efetivo de 15 militares.

Figura 26 – Posto Militar do Exército em Santa Rita (desativado)

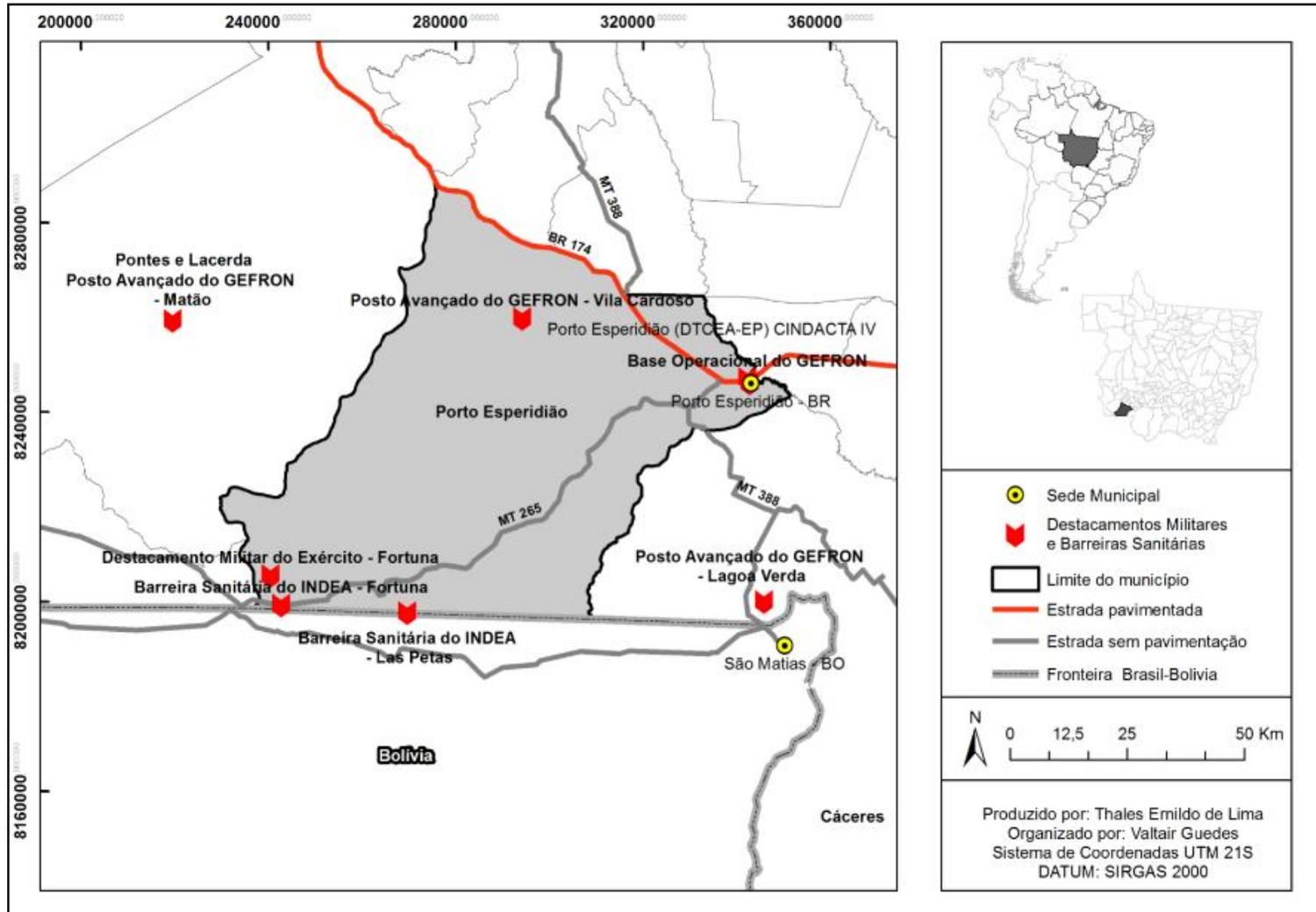


Fonte: Valtair Guedes (2018).

As desativações desses postos militares ocorreram devido a um processo de reestruturação dos postos militares do Exército em Fortuna, Casalvasco e Guaporé, localizados respectivamente em Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro. Eles foram reestruturados fisicamente, passando a contar com um efetivo de aproximadamente 60 militares, cada. Além disso, com esse processo, os postos militares de Fortuna, Casalvasco e Guaporé passaram a ser considerados Pelotão Especial de Fronteira.

Todos esses equipamentos públicos de segurança têm por objetivo garantir a defesa territorial, bem como a economia do Estado-nacional. A questão de segurança da faixa de fronteira é o elemento que mais tem despertado os governantes para a integridade do espaço, não apenas para questões especificamente de segurança do território ou da população fronteiriça, mas também para assuntos relacionados ao protecionismo econômico. A Figura 27 retrata os arranjos desses equipamentos públicos.

Figura 27 – Equipamentos públicos de segurança na fronteira – Porto Esperidião-MT



Fonte: Organizado por Valtair Guedes (2018).

Conforme apontado, nesse recorte socioespacial, o combate aos delitos fronteiriços, juntamente com a questão da defesa sanitária, são os elementos de maior destaque e, por isso, ocupam posição estratégica nas políticas públicas de fronteira: o primeiro está vinculado à garantia da soberania nacional; já o segundo se volta para a garantia dos interesses econômicos, haja vista que, no caso das fronteiras mato-grossenses, especialmente a que está em estudo, a pecuária bovina de corte é o principal fator econômico.

É importante ressaltar que, além dos equipamentos de segurança pública do município de Porto Esperidião, tais como: o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Porto Esperidião (Dtcea-EP); a Base Operacional do Gefron, instalada na sede do município; o Posto Avançado do Gefron, no Distrito de Vila Cardoso; as Barreiras Sanitárias do Indea-MT em Las Petas e Fortuna; e o Destacamento Militar do Exército, em Fortuna, operado por meio do Pelotão Especial de Fronteira (PEF), buscamos evidenciar na Figura 27 outros dois postos avançados do Gefron: o Lagoa Verde, popularmente conhecido como Avião Caído e estabelecido no município de Cáceres; e o Posto Avançado do Gefron – Matão, instalado no município de Pontes e Lacerda.

Estes foram lembrados por serem os mais próximos do município de Porto Esperidião e influenciarem significativamente os arranjos desse espaço por meio de suas atuações, estando vinculados diretamente à Base Operacional do Gefron de Porto Esperidião e se tornando de grande relevância para as tramas do recorte desta pesquisa, haja vista que o Gefron é a instituição incumbida do combate a delitos fronteiriços, atuando inclusive em conjunto com outras instituições, principalmente com o Indea-MT.

Quanto ao Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Porto Esperidião (Dtcea-EP), este tem por objetivo executar atividades relacionadas à vigilância e ao controle de circulação geral do espaço aéreo brasileiro, garantindo a manutenção da integridade e a soberania do espaço aéreo nacional. Na faixa de fronteira mato-grossense, existe apenas o Destacamento de Controle Aéreo de Porto Esperidião, uma unidade subordinada ao Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta IV), que, por sua vez, é uma organização controlada pelo Comando da Aeronáutica (Comaer), órgão da Força Aérea Brasileira (FAB).

Além dela, existem outras duas unidades mato-grossenses de controle do espaço aéreo: o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de São Felix do Araguaia (Dtcea-FA) e o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Sinop (Dtcea-SI).

A unidade de Porto Esperidião foi inaugurada no ano de 2003, resultado do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Em 2005 houve um processo de transição e, especificamente a partir do dia 1º de janeiro de 2006, o Cindacta IV passou a operar com as 23 unidades de Controle do Espaço Aéreo existentes na Amazônia Legal. Hoje, os militares lotados na Unidade de Porto Esperidião têm por função a manutenção e a vigilância dos equipamentos nela instalados, e todo o controle é realizado a partir da unidade central, com sede em Manaus.

A Figura 28 retrata parcialmente a instalação da unidade do Dtcea-EP de Porto Esperidião, localizado na Área Militar da Aeronáutica, região urbana do município de Porto Esperidião:

Figura 28 – Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Porto Esperidião (Dtcea-EP) - Instalado na sede do município²⁶



Fonte: Valtair Guedes (2018).

²⁶ Não foi possível obter imagens do interior do Dtcea-EP, uma vez que não nos foi permitido fotografar a área central do Destacamento, bem como as informações fornecidas por seus responsáveis foram bastante restritas.

Já as imagens da Figura 29 retratam as instalações da Base Operacional do Gefron, que também fica na sede do município, e o Destacamento Militar do Exército em Fortuna, operado por meio do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) e instalado a aproximadamente a 600 metros da linha de fronteira.

Figura 29 – Equipamentos públicos de segurança na fronteira de Porto Esperidião – Gefron e PEF



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Cada instituição pública tem função e objetivos para a garantia da segurança do espaço em que se insere. Quanto ao Gefron, este atua no combate aos delitos fronteiriços, e o Pelotão Especial de Fronteira age mais voltado à proteção do território nacional, assim como o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Porto Esperidião. Entretanto, em pesquisa a campo, pudemos contatar que tais instituições de segurança operam em sintonia, tanto na defesa do território quanto da população que vive nesse espaço territorial.

Elas também trabalham em cooperação com o governo boliviano, em planos de segurança e na defesa sanitária. Inclusive, foi-nos informado que significativos resultados de atividades e operações na fronteira só foram possíveis por meio de tais acordos de cooperação entre os governos e as instituições públicas. Também o Indea-MT, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o governo boliviano, realiza de forma assistida a vacinação contra febre aftosa do rebanho bovino e bubalino das propriedades rurais bolivianas estabelecidas na linha fronteira.

Contudo, a segurança não se restringe à proteção do território e da população, mas visa ainda a base econômica desse território. Dessa forma, policiais do Gefron, bem como de outras corporações, como a Polícia Militar, trabalham paralelamente aos servidores do Indea-MT, tanto nas barreiras sanitárias como em fiscalizações volantes. Entende-se essa seara no rol da segurança de fronteira tendo em vista que barreiras sanitárias e fiscalizações volantes têm por objetivo controlar a circulação de animais, produtos e subprodutos de origem animal.

Neste contexto, ainda cabe ao Indea-MT promover, na agropecuária, a certificação sanitária que garante a competitividade nacional e internacional desse setor, além da proteção ao meio ambiente e à saúde humana²⁷. Apesar de toda essa estrutura para a segurança dessa porção territorial, entretanto, não é incomum serem noticiados nos meios de comunicação local²⁸ episódios de violência em Porto Esperidião, que não acontecem somente na área urbana do município, mas também na zona rural, tanto em cidades lindeiras como em outras que estão inseridas na faixa de fronteira. As principais formas de violências manifestadas nesses espaços são: homicídios, latrocínios e furtos, assim como o roubo de veículos.

A maioria dessas ocorrências se relaciona ao contexto do narcotráfico na fronteira, tendo como origem ou destino a Bolívia, como coletado em pesquisa de campo em entrevistas nas instituições de segurança pública. Contudo, mesmo com os perigos que a fronteira de Porto Esperidião oferece à população local, esta, se comparada a outros espaços fronteiriços, apresenta condições sociais mais seguras e razoáveis, haja vista, por exemplo, as fronteiras do Acre e de Roraima: uma série da Rede Globo, denominada Acre em Guerra, exibida pelo Fantástico no primeiro semestre de 2018, retratou o avanço da criminalidade nas fronteiras daquele estado, resultado da proliferação das redes ilegais. Isso revela que os espaços territoriais com baixos indicadores sociais, além de ausência e ineficiência do Estado, tornam-se campo fértil para a proliferação da ilegalidade.

O caso de Roraima é outra situação crítica: devido à crise política e econômica na Venezuela, milhares de imigrantes têm atravessado as fronteiras do estado diariamente

²⁷ É relevante indicar que, hoje (2018), o documento que regula a entrada de produtos e subprodutos de origem animal nas fronteiras é a Instrução Normativa nº11, de 10 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (BRASIL, 2016).

²⁸ Os principais meios que noticiam tais ocorrências são a Rádio Conti 101.5 FM de Mirassol D' oeste e a mídia eletrônica Fronteira Alerta de Porto Esperidião.

com destino ao território brasileiro. As imigrações tiveram início em 2014, mas se intensificaram a partir de 2016, quando a crise se agravou. Informações levantadas no portal de notícias G1, do Jornal Globo, por entrevista concedida pelo professor João Carlos Jarochinski, da Universidade Federal de Roraima, especialista em questões fronteiriças, mostram que, nos últimos anos, os pedidos de refúgio de venezuelanos ao Brasil aumentaram 7.000% naquele estado (G1, 2016). O que se observa nesse cenário é a enorme dificuldade que os governos têm na resolução de tais impasses, pois, inoperante e com dificuldades para resolução de questões internas, agrava essas situações.

Conforme já apontado, Albuquerque (2014) classifica as fronteiras em sinais (verdes, amarelos e vermelhos) quanto à transnacionalidade, havendo fatores que acentuam essa característica. No caso das fronteiras conurbadas, a maior concentração demográfica, a distância entre as cidades fronteiriças, além da oferta de equipamento urbanos (principalmente o comércio) e as crises políticas, econômicas e sociais influem significativamente nas relações bilaterais. Consequentemente, quanto maior a transnacionalidade, maiores são os sinais de alerta.

Diante desses apontamentos, pode-se compreender que Porto Esperidião é um espaço fronteiriço de baixa transnacionalidade, haja vista que suas relações bilaterais não são significativamente acentuadas, uma vez que a oferta de equipamentos urbanos tanto de Porto Esperidião quanto de San Matías – a cidade boliviana mais próxima, mas distante a aproximadamente 80 quilômetros da sede de Porto Esperidião, é limitada, bem como o comércio de ambas as cidades pouco atrai essa bilateralidade. Também a baixa densidade demográfica e a forte presença do Estado manifestada nesse espaço por meio dos equipamentos públicos de segurança são condições que reduzem e implicam uma baixa transnacionalidade.

Em pesquisa a campo, pudemos constatar que as relações se acentuam mais entre as comunidades rurais estabelecidas nos limites da fronteira, estas totalmente rurais. Na porção territorial entre Porto Esperidião e Bolívia, há uma forte presença de comunidades indígenas e tradicionais que margeiam ambos os lados da fronteira. Contudo, mesmo diante dessa conjuntura, a cidade, a área urbana do município, ainda é impactada por essa fronteira e pela transnacionalidade, pois nela são visíveis os novos arranjos e as formações socioespaciais que se manifestam em decorrência dessa realidade.

Desse modo, pode-se classificar esse espaço como de um sinal de alerta no máximo amarelo, posto que, na atual conjuntura, não foi constatada nenhuma situação de grave crise, seja ela econômica, social ou política. É evidente que existem nesse espaço elementos negativos que se manifestam, entretanto, não são situações como os casos de Roraima ou do Acre.

Finalizando, é possível constatar que, apesar das legislações, programas e projetos específicos para esse espaço, o que se observa, notadamente no caso desta pesquisa, Porto Esperidião, é que tanto os programas quanto os projetos empreendidos têm se concretizado a partir do plano da segurança da faixa de fronteira, tanto quanto à defesa e soberania do território quanto à proteção das atividades econômicas que ali se manifestam.

Assim, não foi possível identificar nenhum programa ou projeto especial de cunho social que seja promovido pelo poder público e que se destine exclusivamente à faixa de fronteira (pesquisa junto ao CRAS). Os documentos que tratam desse tema são amplos: tratam sobejamente da questão do desenvolvimento socioeconômico da faixa de fronteira. Por isso, a classe detentora da mão de obra fica alijada de oportunidades oferecidas pelo capital, além de estar limitada a condições sociais muitas vezes aquém de suas necessidades.

4.2. A fronteira e os seus sujeitos – atributos socioeconômicos e culturais

O objetivo deste tópico é retratar a espacialização dos sujeitos e dos atributos socioeconômicos e culturais da zona de fronteira, posto que o espaço da fronteira do município de Porto Esperidião é ocupado por uma rica diversidade sociocultural, devido à presença de diferentes atores sociais que ocuparam esse território ao longo de seu processo histórico. Para entendermos, pois, esse espaço, cabe rememorarmos que o conceito de zona de fronteira referencia-se ao espaço de interação transfronteiriça entre grupos locais e nações bilaterais; por outro lado, o conceito de faixa de fronteira constitui-se numa representação de juridicidade, onde no caso do Brasil a mesma se estende num raio de 150 km paralelo ao limite fronteiro.

Portanto, nosso debate é concentrado em torno dos atores sociais que constituem o espaço de interação transfronteiriça mais acentuada no recorte espacial desta pesquisa. Desse modo, interpretamos esses sujeitos por meio de pontos, representados no mapa da

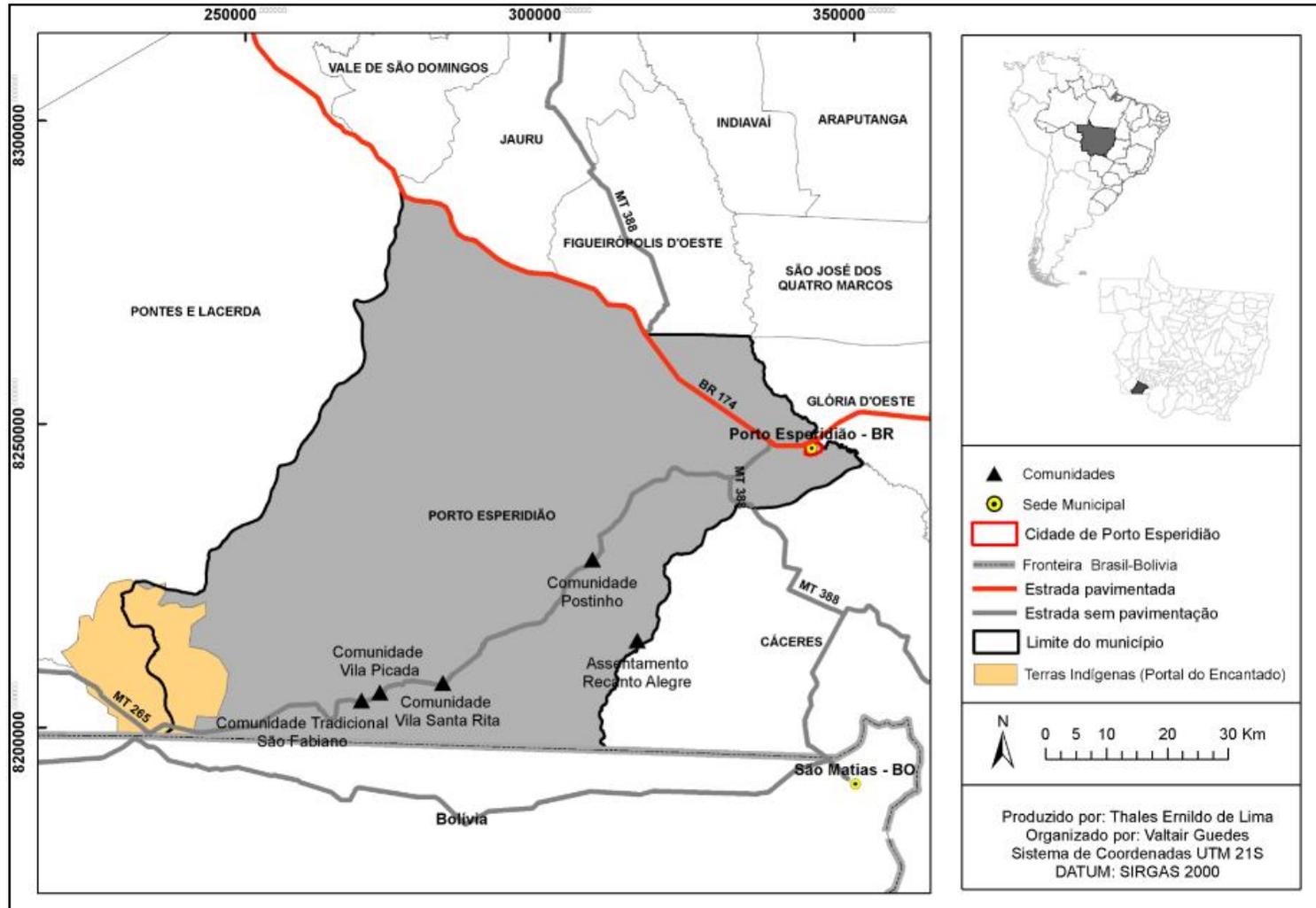
Figura 30, que se estendem desde a área urbana do município até as Terras Indígenas Portal do Encantado. Essa realidade dá-se pela aproximação entre as populações transfronteiriças, facilitada pelas rodovias MT-265, MT-388 e a rodovia boliviana que segue da cidade de San Matías e margeia toda a linha de fronteira do município de Porto Esperidião. A MT-388 e MT-265 são importantes mecanismos de interação transfronteiriça, já que, por meio delas, as relações bilaterais entre os países vizinhos, bem como das populações locais, são intensificadas. A Figura 30 nos traz uma representação desse espaço de interação transfronteiriça, apresentando as vias rodoviárias mais relevantes desse recorte, assim como as comunidades e os povos mais próximos dessa linha fronteiriça.

Os sujeitos que ocupam esse espaço de maior interação transfronteiriça residem mais próximos ao limite da fronteira, como os residentes nas comunidades de Santa Rita, Vila Picada, comunidade São Fabiano, os povos indígenas chiquitanos do Portal do Encantado e, mais distantes da linha de fronteira, o assentamento Recanto Alegre e a comunidade rural do Postinho. Além desses povos, os grandes e médios latifúndios compõem majoritariamente o espaço fronteiriço: é o que nos revela o Atlas das Unidades Socioeconômico-Ecológicas da Seplan-MT. A USEE – 62, que margeia o lado esquerdo da MT-265 e as proximidades da linha de fronteira, tem como característica a presença prevalecte dos médios e grandes estabelecimentos rurais (MATO GROSSO, 2011).

Quanto aos povos indígenas chiquitanos do Portal do Encantado (Acorizal, Central, Fazendinha e Vila Nova Barbecho²⁹) e aos moradores da comunidade tradicional São Fabiano, estes mostram histórias singulares e que remontam a períodos históricos anteriores mesmo à ocupação luso-espanhola nas terras de Moxos e Chiquitos. Atualmente os chiquitanos povoam tanto os territórios do Brasil quanto da Bolívia. De acordo com Pacini (2007), as interações indígenas das diversidades étnicas, juntamente com as ações indigenistas de jesuítas do período colonial e as formas indigenistas da atualidade, como por exemplo: o latifúndio, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a igreja e as Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam em aldeias e nas cidades são os responsáveis hoje pela a autoidentificação dos povos chiquitanos.

²⁹ Em relação à comunidade chiquitana da Vila Nova Barbecho, suas terras se encontram desconexas das terras do Portal do Encantado. Entretanto, de acordo com a Portaria que instituiu as terras indígenas do município, a referida comunidade é pertencente ao Portal do Encantado. Ela está estabelecida na linha de fronteira, próxima mesmo ao Portal do Encantado.

Figura 30 – Espacialização dos sujeitos na fronteira – Porto Esperidião-MT



Fonte: Organizado por Valtair Guedes (2018).

Um exemplo desse processo é a negação da identidade da comunidade tradicional São Fabiano, fomentada por processos históricos e condições atuais. De acordo com Pacini (2007), essa comunidade encontra uma resistência hostil ao processo de reconhecimento étnico: “se falar para o pessoal do São Fabiano que eles são italianos, vai ser um prazer para eles!” (PACINI, 2007, p. 13). Corroborando o exposto, em pesquisa a campo, constatamos junto aos moradores da comunidade que realmente as terras pertencentes hoje aos habitantes de São Fabiano foram doadas por uma família de fazendeiros italianos.

Nesse contexto, destacamos o papel fundamental que a população urbana tem para o processo de interação transfronteiriça. A cidade, a área urbana do município, exerce significativa influência no arranjo socioespacial da zona de fronteira, assim como é influenciada e impactada ela: a zona de fronteira possui interação com os povos do país vizinho, mas também estabelece uma relação recíproca com a cidade e a população urbana, haja vista os equipamentos urbanos que servem ambas as populações, rural e urbana.

Por meio das Figuras 31 e 32, buscamos retratar parte do espaço que constitui a zona de interação transfronteiriça, demonstrando as duas principais vilas assentadas no recorte espacial em estudo. Pela Figura 30, já fora possível identificar a localização das referidas comunidades no território da fronteira. Quanto à Figura 31, o local representado é a comunidade de Vila Picada, enquanto a comunidade de Vila Santa Rita se vê pela Figura 32.

Ambas as comunidades possuem algumas estruturas urbanas definidas, como rede de água, iluminação pública, cobrança de IPTU, internet, mercados, bares, lojas de confecções e de móveis, casas veterinárias, restaurantes, escolas municipais, postos de saúdes, entre outros. Entretanto, a comunidade de Vila Picada possui estruturas urbanas mais desenvolvidas, além de contar com mais equipamentos urbanos. Ademais, um fato constatado é que, nas lojas de confecções, os produtos de origem boliviana são muito comuns nos expositores.

Figura 31 – Comunidade de Vila Picada



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 32 – Comunidade de Vila Santa Rita



Fonte: Valtair Guedes (2018).

A Figura 33, por sua vez, faz alusão à comunidade tradicional do São Fabiano (imagem A) e ao assentamento rural Recanto Alegre, conhecido popularmente por assentamento do Tatu (imagem B). Na imagem (A), o local exibido é referente ao centro comunitário da comunidade e nela é possível visualizar algumas casas ao fundo e um campo de futebol. Já na imagem (B), o local exibido é de uma propriedade no assentamento: ao fundo é possível identificar uma casa com curral coberto, tendo o capim-braquiária como a vegetação predominante.

Figura 33 – Espaços de zona de interação transfronteiriça – imagem (A) comunidade do São Fabiano – imagem (B) assentamento Recanto Alegre



Fonte: Valtair Guedes (2018).

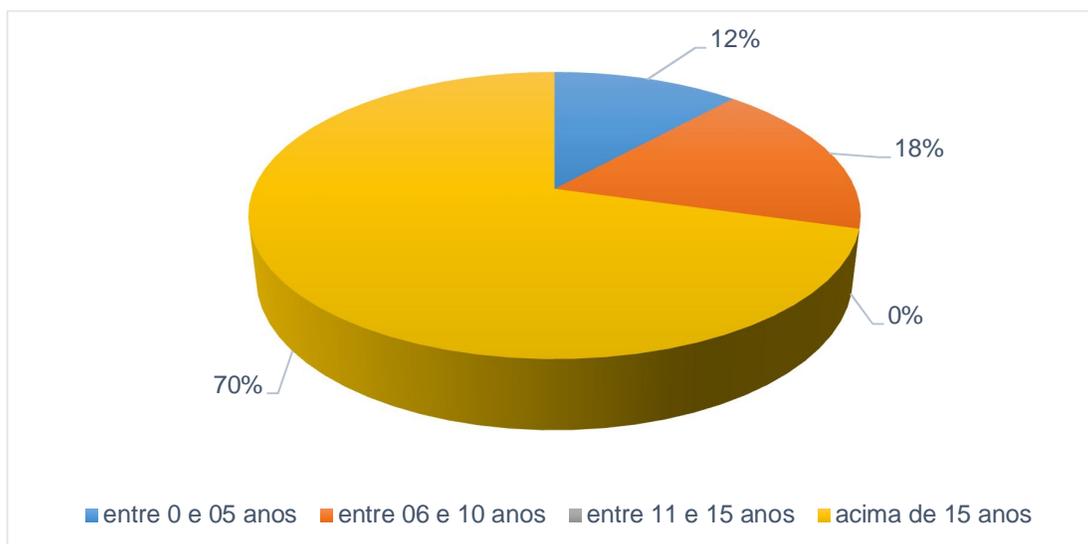
Diante desse cenário e para alcançar parte dos objetivos de nosso estudo, buscamos aplicar uma pesquisa semiestruturada a discentes do Ensino Médio das seguintes escolas: Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza (comunidade Vila Picada); Escola Municipal São Judas Tadeu (comunidade rural do Postinho) e a Escola Estadual “13 de maio”, estabelecida na zona urbana do município.

Foram aplicados 68 questionários semiestruturados, sendo 34 na zona urbana e 34 na zona rural. Das entrevistas realizadas na zona rural, três foram com alunos do assentamento Recanto Alegre, estudantes da Escola Municipal São Judas Tadeu. Quanto às demais, ocorreram com alunos da Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza, residentes

nas comunidades de Vila Picada, Santa Rita, São Fabiano, Portal do Encantado e em propriedades rurais que se estendem ao longo da linha de fronteira. Já os educandos da zona urbana são alunos da Escola Estadual “13 de maio”.

Por meio da aplicação desses questionários e por conversas empreendidas em sala de aula, foi possível levantar informações fundamentais sobre atributos socioeconômicos e culturais das populações constituídas na zona de interação transfronteiriça, assim como identificar a percepção, o sentido e o conhecimento que os discentes possuem acerca da cidade e da fronteira. A maioria das famílias dos alunos entrevistados possuem um longo tempo de vivência no espaço de interação transfronteiriça, e o Gráfico da Figura 34 revela essa peculiaridade.

Figura 34 – Gráfico referente ao tempo de residência das famílias na zona de interação transfronteiriça



Fonte: Organizado por Valtair Guedes (2018).

Conforme exposto, constatamos que, do total de indivíduos entrevistados, 70% relataram que suas famílias residem há mais de 15 anos na fronteira, de modo que essa condição lhes permite maior entrelaçamento aos atributos socioculturais da fronteira. Já entre aqueles que têm entre 06 e 10 anos de vivência, o montante corresponde é de 18%; por outro lado, quanto aos indivíduos que vivem há menos de 05 anos na fronteira, o resultado é somente de 12%. Dessume-se assim que a maioria dos moradores da fronteira têm um tempo de vivência nesse espaço consideravelmente longo, uma vez que 88% vivem há mais de 06 anos ali, o que reforça a identidade desses sujeitos com o lugar.

Outra característica identificada é quanto ao número de indivíduos que compõem as famílias. Estas são bastante numerosas, abrigando entre 3 e 14 membros. Do total de entrevistados, 23 apontaram para um número entre 4 e 8 indivíduos nas famílias, ou seja, aproximadamente 68% deles vivem em uma mesma propriedade, com no mínimo 4 pessoas pertencentes à mesma família.

As entrevistas também nos possibilitaram identificar a origem das propriedades e os tipos de residências dos sujeitos fronteiriços. O Quadro 6 nos revela esse outro atributo:

Quadro 6 – Fatores que levaram os sujeitos a residirem na zona de fronteira

Fator de residência/tipo de propriedade	Percentual aproximado
Herança recebida	09%
Terra concedida/ recebeu autorização do Governo	09%
Adquirida através de compra	62%
Para fins de trabalho/ residentes em terras de terceiros	20%

Fonte: Organizado por Valtair Guedes (2018).

Quanto aos indivíduos residentes em terras de terceiros, estes são funcionários de fazendas, onde exercem o trabalho remunerado e residem na propriedade do patrão. Vê-se, pois, que de modo geral o espaço da fronteira apresenta uma rica variedade de modos de ocupação, e que a forma de ocupação mais comum é a aquisição de terras por meio de compras.

Uma peculiaridade constatada diz respeito ao motivo que levou alguns indivíduos da família dos entrevistados a se mudarem da zona de interação transfronteiriça: do total de entrevistados, aproximadamente 65% relataram que algum membro da família já se mudou da fronteira, seja por finalidade de trabalho (14%), seja por estudo (14%) ou ainda por ambos os motivos (55%), ou também com outras motivações (17%).

4.2.1. Trabalho, relações socioeconômicas e realidades socioculturais

Quanto aos atributos econômicos e laborais dos sujeitos que constituem a zona de fronteira, pode-se verificar que a maioria das famílias necessitam trabalhar fora de suas propriedades para complementação da renda familiar. Dos que trabalham dentro e fora de suas propriedades, a pesquisa apontou o equivalente a 17 famílias. Destas, 14 responsáveis trabalham somente fora e 3, na propriedade, o que mostra que as pequenas propriedades são insustentáveis para a garantia da subsistência familiar, já que alguns

membros da família (na maioria dos casos os pais) se submetem a trabalhos extras para complementação da renda familiar. A maioria desses trabalhadores exercem o serviço braçal, atividade que requer baixa qualificação profissional e oferece reduzida remuneração.

Outras perguntas do questionário aplicado buscavam informações sobre os habitantes que trabalham fora, cujas respostas foram as seguintes: 20 descreveram que os pais trabalham em fazendas, exercendo principalmente a atividade da lida com o gado bovino; seis atuam em serviços gerais, tais como motorista, pedreiro, carpinteiro e limpeza de pastagens; dois relataram que os pais trabalham na escola; dois descreveram que a família possui comércio e um entrevistado apontou que o responsável da casa trabalha no posto de saúde, confirmando a afirmação de que as atividades desempenhadas exigem baixa qualificação profissional. Ademais, cabe ressaltar que os outros pesquisados (três) não apareceram neste cenário, pelo fato de que os responsáveis (pais) dos mesmos não exercem nenhuma atividade remunerada extra. Trabalham somente em suas propriedades.

Quanto ao número de trabalhadores remunerados na família e aos que exercem atividades econômicas exclusivamente na propriedade (ou seja, as famílias que subsistem exclusivamente da propriedade), 17 descreveram que na família apenas duas pessoas exercem atividades remuneradas ou trabalho exclusivo na propriedade; 11 relataram que apenas um membro da família tem essas funções; outros cinco narraram que tais funções são exercidas por três membros da família e apenas um entrevistado informou que quatro indivíduos na família realizam tais atividades.

Assim, é possível verificar que, em 28 famílias, apenas um ou dois indivíduos exercem trabalho remunerado ou atividades econômicas exclusivamente na propriedade, corroborando o entendimento de que visam à complementação da renda familiar. Geralmente, conforme apontado nos questionários, os trabalhos são exercidos pelo pai ou pela mãe, ou por ambos. Os demais familiares têm como função as atividades domésticas e as concernentes à propriedade familiar.

De modo geral, as informações foram unânimes quanto à realização do trabalho e à divisão das tarefas familiares. Constatamos ainda que a maioria dos membros da família trabalha na propriedade, com exceção das crianças: o mais comum é que a maior parte das atividades domésticas, bem como a manutenção da propriedade e os cuidados com animais e plantações, é realizada pelos filhos; já os trabalhos remunerados e as atividades

econômicas exclusivamente da propriedade concentram-se entre os pais. Ainda segundo os entrevistados, os pais trabalham ao longo da semana fora e nos finais de semana cuidam de suas terras.

Diante desse contexto, foi possível retomar questão já abordada no capítulo anterior: a residência dos proprietários dos grandes latifúndios constituídos na zona de fronteira. Do universo entrevistado, constatamos que apenas três famílias exercem atividades econômicas exclusivamente na propriedade, enquanto 31 necessitam trabalhar fora para complementar a renda. Dessa realidade podemos depreender que, se do conjunto entrevistado, 90% dos alunos têm pais que necessitam de um trabalho extra, suas famílias não são de latifundiários, o que indica que os filhos de famílias latifundiárias não estão matriculados nas escolas da zona de fronteira por não habitarem esse espaço.

Quanto à produção econômica dos camponeses fronteiriços, esta é diversificadas. Entretanto, predominam nesse espaço as plantações de mandioca, milho, banana, laranja, limão, melancia, além de outras espécies frutíferas, medicinais e hortaliças; quanto aos animais, os principais destaques são para o gado bovino, suíno, ovino e caprino, além de aves domésticas para o consumo. É importante destacar que a produção dessa população estabelece-se sobretudo nos moldes da agricultura de subsistência, inclusive a criação bovina, que se dá principalmente na produção leiteira e em eventuais necessidades na venda de bezerros ou de animais adultos para o custeio das despesas familiares e para a manutenção das propriedades.

Diante do exposto, nota-se que o trabalho dos sujeitos da zona de fronteira assenta-se sobretudo em atividades braçais nas médias e grandes propriedades rurais, que têm por base econômica a pecuária bovina extensiva e semiextensiva, enquanto as pequenas propriedades dos trabalhadores buscam subsidiar parte da renda familiar, além de servir como local de residência das famílias. Do mesmo modo, trabalhadores que residem nas médias e grandes fazendas e que vivem exclusivamente do trabalho nos latifúndios, em sua maioria, não possuem propriedades.

Ainda quanto aos atributos socioculturais dos sujeitos que constituem a zona de interação transfronteiriça, a diversidade sociocultural, como já apontado, é consequência do processo histórico de ocupação desse espaço, que, de um lado, deu-se por meio de colonizadores portugueses e espanhóis e, mais tarde, principalmente por gentes do Sudeste, além do Sul e Nordeste, que marcadamente ocuparam Porto Esperidião na

segundo metade do século XX, impulsionados pelas políticas de ocupação do Oeste brasileiro.

De outro lado, estão os sujeitos primitivos desse espaço, que, mesmo diante de um processo de ocupação agressivo, resistiram ao longo da história, mesmo que alguns grupos tenham sido afetados ideologicamente, resultando na negação de suas próprias alteridades. Hoje, o grupo étnico majoritário dessa população primitiva são os índios chiquitanos e seus mestiços. No entanto, as populações primitivas dessa zona de fronteira também foram formadas por indígenas remanescentes dos povos mojos, guatós e bororos, estes conhecidos como os Bororos da Campanha (JANUÁRIO, 2004).

Essa diversidade sociocultural imprimiu ao espaço em estudo uma paisagem heterogênea. As Figuras 35 e 36, bem como as imagens apresentadas nas páginas anteriores, revelam o contraste desse espaço, onde coabitam diferentes atores sociais.

Figura 35 – Contraste sociocultural na zona de fronteira – casas na comunidade do São Fabiano



Fonte: Valtair Guedes (2018).

A Figura 35, por exemplo, mostra típicas construções de comunidades primitivas, como a comunidade São Fabiano. Quanto à figura 36, ela demonstra onde se estabelece

a comunidade de Santa Rita: existe um alambique, não mais em funcionamento, no local conhecido como Rancho Texas.

Figura 36 – Contraste sociocultural na zona de fronteira – construção com traços arquitetônicos sulista



Fonte: Valtair Guedes (2018).

As imagens nos revelam uma profunda diferença arquitetônica entre as duas construções: enquanto a Figura 35 apresenta uma arquitetura mais primitiva, a Figura 36 traz traços arquitetônicos de uma construção de origem mais sulista, o que revela o processo de produção e arranjo socioespacial. Isso porque o contraste desse arranjo socioespacial é resultado de um processo histórico, sempre em construção e em transformação, em que novas formas e ideologias ocupam antigas arquiteturas e concepções que acabam por serem impactadas.

Corroborando o exposto, as imagens da Figura 37 ilustram as diferenças de concepções ideológicas que ocupam esse espaço. A imagem (A) retrata uma igreja católica com um barracão comunitário ao lado, localizada na comunidade do São Fabiano, e a imagem (B) mostra uma igreja evangélica recém-inaugurada, localizada na Vila Picada.

Figura 37 – Diversidades e concepções ideológicas na zona de fronteira



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as manifestações socioculturais e, conseqüentemente, o arranjo socioespacial, são componentes sociais transitórios, manifestados em um dado momento histórico. Portanto, não são perenes, e a própria história desse espaço nos revela um território de conflitos, em princípio entre nativos, colonizadores, jesuítas e, posteriormente, envolvendo latifundiários, comunidades primitivas, criminosos, o Estado, entre outros agentes. Porém, como a produção socioespacial é algo intrínseco à humanidade, os conflitos também sempre se farão presente, já que o espaço é um elemento político e ideológico, estabelecido por necessidades sociais, econômicas e políticas. Nesse panorama, a resiliência tem sido um mecanismo essencial para a subsistência de algumas comunidades primitivas.

4.3. A cidade, a fronteira e seus significados: os olhares dos educandos

Esta abordagem se concentra no debate em torno dos atributos e das relações recíprocas entre a cidade de fronteira e a zona de interação transfronteiriça a partir das concepções dos educandos do Ensino Médio das Escolas Municipais Dona Lila Hill de Souza e São Judas Tadeu, além da Escola Estadual “13 de maio”. Nessa perspectiva, o

estudo considera as definições de cidade e fronteira, tendo em vista os aspectos positivos e negativos desses espaços na concepção individual de cada entrevistado; nos elementos específicos e de maiores ocorrências, além de verificar a satisfação dos indivíduos quanto aos equipamentos urbanos existentes na cidade. As Figuras 38, 39 e 40 retratam cada uma das unidades escolares pesquisadas:

Figura 38 – Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza – comunidade de Vila Picada



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 39 – Escola Municipal São Judas Tadeu – comunidade do Postinho



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 40 – Escola Estadual 13 de Maio (sede do município)



Fonte: Valtair Guedes (2018).

4.3.1. Olhares para a cidade

Por meio desta pesquisa, foi possível constatar um contraste entre os discentes da zona urbana e os da zona de fronteira nas definições e concepções acerca da cidade. Aqueles que vivem e vivenciam a cidade destacaram elementos de ocorrências e atributos mais específicos e particulares desse espaço, manifestando uma relação mais intrínseca com o lugar, como se pode ler nas seguintes declarações: “um lugar em que nós sentimos bem, tem a família”; “um lugar que passei grande parte da minha vida, tive aprendido, obtive muitas amizades”; “a cidade é algo que estou há muito tempo, lugar bom para fazer amigos, se estabelecer”.

Além dessas, foram registradas: “todo ano todos ficam ansiosos para o Festival de Pesca e Praia (FPP) e a festa anual do aniversário do Porto Esperidião; gosto de tomar banho na prainha”; “a cidade tem o rio onde posso se divertir no final de semana”; “a parte boa e significativa é ter a cultura, a história e as comidas típicas, as festas” e, finalmente, “a cidade tem suas festas e o rio que acaba atraindo muita gente. Por mais que o tráfico

esteja presente, Porto Esperidião é uma cidade boa para viver, mesmo com a falta de emprego”.

A partir das concepções individuais reproduzidas pelos sujeitos da cidade, podemos destacar que as sentenças proferidas se concentraram principalmente nas relações de amizades; apego ao lugar de residência; tranquilidade para viver; relações de afetividade com os familiares; festas, turismo e a história da cidade que está relacionada ao rio. Em contrapartida, os estudantes da zona de fronteira destacaram os jogos escolares que ocorrem na cidade; as festas culturais; a igreja; a hospitalidade da população da cidade, além das compras.

Partindo para a definição de Porto Esperidião como cidade fronteiriça, de modo geral, os elementos foram bem variados, tanto positivos quanto negativos. Todavia, há certa consonância entre as asserções. Os elementos positivos elencados e que se apresentaram em maior destaque entre os sujeitos da cidade foram os seguintes: a zona urbana em relação à zona rural é mais segura; a presença do Gefron no município garante mais segurança; a presença do Cindacta IV em Porto Esperidião é uma ferramenta importante para a segurança da fronteira; o comércio local é relevante para o município; as festas da cidade, tais como o Festival de Pesca e Praia, a Festa de 13 de maio (aniversário da cidade) e o Encontro da Mulher Rural são atrações para a população; o rio Jauru é um importante ponto turístico e de lazer; a diversidade sociocultural é uma riqueza para o município, entre outros.

Por sua vez, os elementos negativos destacados pelos mesmos alunos tiveram como foco: a infraestrutura da cidade bastante limitada, principalmente nos bairros mais pobres; ruas esburacadas nos bairros mais pobres; falta de projetos e políticas específicas para os jovens; poucas oportunidades, principalmente para a juventude; desemprego; serviços médicos limitados; consumo de drogas; baixo investimento do poder público estadual e federal; insegurança pela proximidade com a fronteira; aumento da violência; falta de entretenimento noturno e a ausência de guarda-vidas no rio.

Quanto aos alunos que vivem na zona de interação transfronteiriça, estes destacaram os seguintes elementos positivos da cidade: as festas que ocorrem na cidade são atrações para a população (mesmo sem a maioria citar os nomes delas); o comércio da cidade é importante para a população do campo; as estradas de acesso à cidade são melhores; para os que vivem na cidade existem maiores possibilidades de investimento

para uma educação de qualidade e as faculdades e as universidades estão mais próximas da cidade. Como elementos negativos, foram lembrados: serviços médicos limitados; desemprego; consumo de drogas; infraestrutura deficiente; cidade pequena e aumento da violência urbana, tais como roubos, furtos e assassinatos.

Ainda quanto aos elementos de ordem socioeconômica e cultural existentes na cidade, os estudantes foram solicitados a apontar os específicos e os equipamentos urbanos que ocorrem com mais frequência no ambiente urbano da cidade. Foram apontados pelos cidadãos: serviços médicos; consultórios odontológicos; laboratório de análises clínicas; serviços bancários; tecnologia, com destaque para a informática, internet, telefonia móvel e televisão a cabo; lojas de confecções, eletrodomésticos e veterinárias; supermercados; farmácias; serviços jurídicos (escritórios de advocacia e Fórum); Gefron; Cindacta IV; Correios; oficinas mecânicas e autoelétricas; Festival de Pesca e Praia; Festa de 13 de maio e o Encontro da Mulher Rural.

Em contrapartida, os estudantes da zona de fronteira destacaram os seguintes dispositivos: postos de combustíveis; Indea-MT; supermercados; oficinas mecânicas; serviços médicos; consultórios odontológicos; laboratório de análises clínicas; serviços bancários; tecnologia, com destaque para a informática e internet; lojas de confecções, eletrodomésticos e veterinárias; oficinas mecânicas e autoelétricas; lotérica e as festas culturais, com destaque para o Curussé³⁰.

Quanto ao índice de satisfação dos entrevistados em relação a serviços e equipamentos urbanos disponíveis na cidade, notou-se um contraste entre os resultados dos discentes da zona urbana e da zona de fronteira: estes atribuíram um coeficiente mais elevado ao índice de satisfação; já os estudantes da zona urbana foram ponderados da seguinte maneira: 3% deles atribuíram nota dois; 76%, três; 18% atribuíram nota quatro e apenas 3% manifestaram a nota máxima, que é cinco. Por seu turno, os estudantes da zona de interação transfronteiriça atribuíram os seguintes coeficientes: 9%, nota dois; 38%, três; 32% dos alunos atribuíram nota quatro e 21%, cinco.

Diante desses resultados, vê-se que um total de 53% dos estudantes da zona de fronteira atribuíram os coeficientes quatro e cinco. Já entre os alunos da zona urbana, esses

³⁰ O Curussé é uma manifestação cultural e religiosa dos povos indígenas chiquitanos, tanto no ambiente urbano quanto na zona de interação transfronteiriça. Trata-se de uma herança do processo de catequização dos jesuítas espanhóis e, por isso, revela influências da coroa espanhola, haja vista que personagens como rei, rainha, príncipe e princesa são destaques centrais na dança (PAGLIUCA, 2017).

mesmos coeficientes somaram um total de 21%. Dentre os discentes da zona urbana, os índices se concentraram em resultados medianos, ou seja, 76% atribuíram nota três, o que leva à reflexão de que os serviços e equipamentos urbanos disponíveis na cidade atendem com maior êxito os moradores da zona de fronteira. Tal fato pode ser explicado pela distância do local de residência dessas populações em relação aos centros urbanos.

Para a população do assentamento Recanto Alegre, o centro urbano mais próximo é a cidade de Porto Esperidião, a aproximadamente 60 quilômetros. Para os moradores mais próximos da linha de fronteira, essa distância é mais acentuada, haja vista que Vila Santa Rita e Vila Picada estão distantes respectivamente a 90 e 100 quilômetros da cidade. Os moradores das proximidades do Destacamento Militar de Fortuna estão a 150 quilômetros da cidade de Porto Esperidião, o que a coloca como a alternativa mais viável a essa população e ocasiona maior satisfação quanto aos seus dispositivos. Por outro lado, a população residente na cidade tem mais acesso aos serviços especializados em cidades de porte maior, tais como Mirassol D' oeste e Cáceres, o que a leva a atribuir um coeficiente mais mediano aos equipamentos locais.

As Figuras 41 e 42 retratam as duas principais avenidas comerciais da cidade, que abrigam a maioria dos comércios, órgãos públicos e serviços prestados, tais como estabelecimentos de saúde e bancários. A Figura 41 faz referência à avenida Januário Santana do Carmo, e a Figura 42, à avenida 13 de maio.

Figura 41 – Avenida Januário Santana do Carmo



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 42 – Avenida 13 de Maio



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Nesse contexto, pode-se afirmar que, apesar do contraste existente entre os olhares dos estudantes da cidade e os da zona de fronteira, a maioria dos atributos específicos urbanos é consenso entre ambos os perfis. Desse modo, tanto as festividades quanto o comércio têm por condição conectar essas populações. Ademais, um número significativo de estudantes da zona de fronteira citou os jogos escolares como um importante dispositivo de interação entre os povos fronteiriços e da cidade. Os jogos reúnem estudantes de todo o município na cidade.

Em síntese, as Figuras 43, 44 e 45 revelam algumas peculiaridades da cidade de Porto Esperidião apontadas pelos estudantes pesquisados.

Figura 43 – Festival de Pesca e Praia – 2018



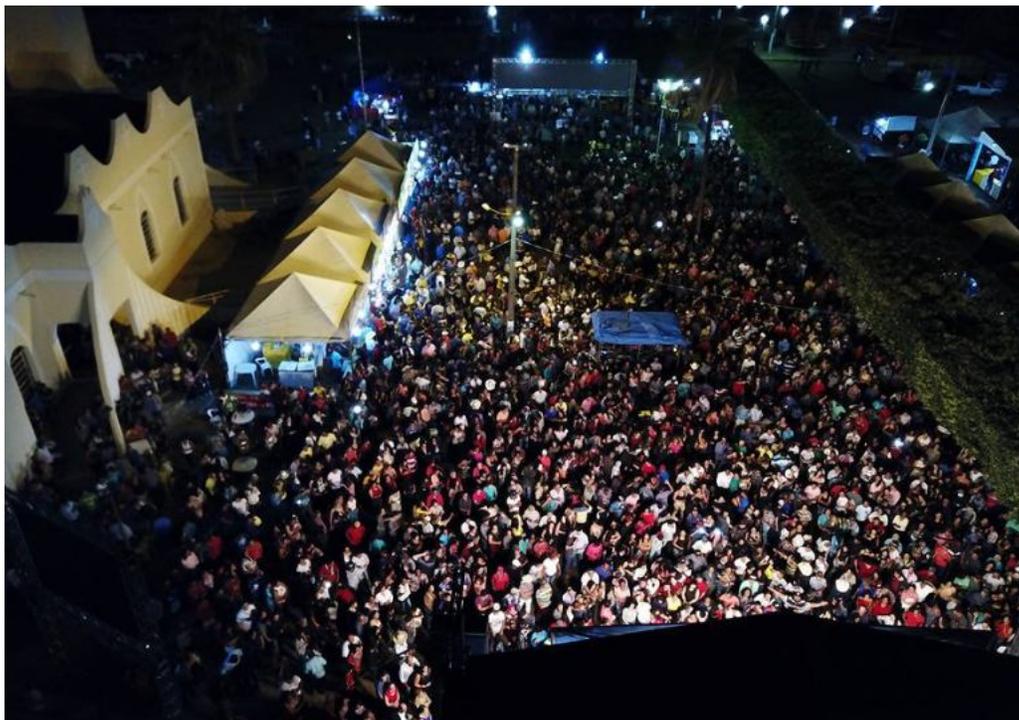
Fonte: Assessoria de Imprensa/ Prefeitura Municipal de Porto Esperidião (2018).

Figura 44 – Encontro da Mulher Rural – 2017



Fonte: Assessoria de Imprensa/ Prefeitura Municipal de Porto Esperidião (2017).

Figura 45 – Festa 13 de maio – 2018



Fonte: Assessoria de Imprensa/ Prefeitura Municipal de Porto Esperidião (2018).

4.3.2. Olhares para a fronteira

A pesquisa aplicada aos estudantes, tanto da zona urbana quanto da zona de interação transfronteiriça, revelou uma riqueza de especificidades acerca desse espaço. Do mesmo modo que os sujeitos da cidade expressaram uma relação intrínseca com seu lugar de vivência, também o fizeram os indivíduos fronteiriços, como se pode ver: “é um lugar maravilhoso, pois é minha terra natal a que amo”; “lugar sossegado, bom para viver, ter criações, produções de alimentos, onde todos são amigos”; “a fronteira é um lugar maravilhoso, é calmo, tem belas paisagens, há vários campeonatos de futebol”; “no companheirismo quando necessita ajuda sempre, tem atos doadores; as festas para descontrair dos serviços; jogos e torneios de futebol para novamente descontrair e sair com a família”; “a fronteira é um lugar bom para se morar, as pessoas são bem comunicativas umas com as outras, e há lugares de passeio, etc.”; “gosto da fronteira porque nasci aqui e tenho boas recordações”. Porém, alguns sujeitos destacaram sentimentos negativos quanto a esse espaço: “na fronteira por um outro lado é longe para recursos da cidade e somos esquecidos”; “tem violência e morte, estradas ruins para andar”; “um pouco

preocupante por causa de roubos e transporte e uso de drogas”; “é distante para recursos de saúde ou até mesmo de estudos no exemplo para fazer faculdade em busca de escolaridade superior”.

De maneira geral, as concepções individuais reproduzidas pelos sujeitos da fronteira concentraram-se nas relações de amizades e afetividade com as pessoas próximas; apego ao lugar de vivência; tranquilidade; festas, diversões e lugares de passeio; além do encanto paisagístico. Entretanto, pode-se perceber alguns sentimentos negativos, tais como relacionados: à violência; à distância dos recursos e da cidade e à deficiência na infraestrutura, principalmente das estradas. Quanto aos sujeitos citadinos, as concepções manifestadas em relação à fronteira estiveram concentradas na riqueza cultural desse espaço e na possibilidade que a zona de fronteira oferece aos seus moradores de conhecer outras manifestações culturais.

Quanto a definição da zona de interação transfronteiriça, apontadas tanto pelos sujeitos da zona urbana quanto da zona de fronteira, os elementos positivos e negativos, de modo geral, foram bem variados, entretanto, com um certo consenso entre as afirmações. Por sua vez, os elementos positivos elencados com maior destaque pelos sujeitos da zona de fronteira foram: a possibilidade de ter acesso à internet na fronteira; as belezas paisagísticas; as festas culturais e religiosas; o contraste cultural; as terras indígenas e a solidariedade. Já como elementos negativos destacaram-se: a falta de manutenção permanente nas estradas; a ausência de cobertura de telefonia móvel; a violência (roubos, tráfico e assassinatos); a precarização do trabalho e a distância da cidade.

Já os sujeitos da cidade, as definições positivas se apresentaram no seguinte contexto: a simplicidade e a solidariedade dos cidadãos fronteiriços; a diversidade cultural, linguística e a valorização cultural; as relações bilaterais; a culinária peculiar desse espaço; a preservação ambiental; além da presença dos povos indígenas. Concernente aos aspectos negativos, relacionam-se: o tráfico de drogas; roubos; contrabando; entrada de bolivianos no Brasil; conflitos entre os povos da fronteira; exploração de mão de obra; baixo desenvolvimento; reduzida fiscalização e casos de abusos sexuais.

Quanto à manutenção permanente nas estradas da fronteira, principalmente da rodovia MT-265, é importante destacar, segundo os entrevistados, que o ano de 2018 foi atípico na manutenção das vias rodoviárias da fronteira; nos últimos dois anos, as

manutenções têm sido mais recorrentes, principalmente na rodovia MT-265, inclusive, até o início do mês de outubro de 2018, já haviam acontecido duas revitalizações da MT-265, em uma delas havendo aterramento e cascalho, resultado da parceria entre o Estado e o Município.

Retomando nosso instrumento de coleta, os entrevistados foram solicitados a apontar em ordem de maior ocorrência os elementos específicos da zona de interação transfronteiriça. Os principais elementos relacionados pelos sujeitos da fronteira foram: pastagem e criação de gado bovino; compra e venda de gado; produção de leite; comércio de produtos bolivianos (especialmente confecções); festas culturais, escolares e religiosas; caminhadas religiosas; torneios de futebol e interação com pessoas do país vizinho.

Já os sujeitos da cidade destacaram os seguintes elementos: a presença das grandes fazendas; a criação do gado bovino; a presença do Gefron; as missões religiosas do Grupo Missionário Jesus na Fronteira (Jefron)³¹; pontos missionários; a circulação de produtos bolivianos (especialmente confecções); tráfico de drogas; roubos; assassinatos; torneios de futebol; convívio com pessoas do país vizinho e manifestações culturais dos povos tradicionais e indígenas, tais como as danças típicas e o Curussé.

Apesar de os estudantes da cidade mencionarem um número considerável de elementos específicos e recorrentes da fronteira, demonstrando significativo conhecimento desse espaço, em conversas em sala de aula, a realidade foi diversa: do universo de 34 alunos pesquisados entre as duas turmas da cidade, apenas 35% informaram conhecer o espaço da zona de fronteira; 65% deles afirmaram nunca terem ido lá.

Tendo em vista esses relatos, depreende-se que as informações quanto ao espaço da fronteira são adquiridas por saberes aprendidos em sala de aula, pelos meios de comunicações, principalmente rádios e internet, além da conversa com pessoas que conhecem esse espaço. As restrições são maiores quanto às relações bilaterais com o país vizinho: apenas dois estudantes da área urbana destacaram ter uma relação bilateral com pessoas do país vizinho, com destaque para os sujeitos tradicionais da fronteira, seja por

³¹ A missão religiosa Jefron é uma ação evangelizadora da Igreja Católica em Porto Esperidião (Paróquia Nossa Senhora de Fátima) que acontece anualmente no mês de janeiro, sendo que em 2019 ocorre sua terceira edição. Tem por objetivo proporcionar aos jovens de diversos municípios uma experiência do discipulado missionário de Jesus na zona de fronteira partindo das seguintes premissas: acolhimento aos diferentes, contato com outras culturas e anúncio do evangelho às comunidades e famílias fronteiriças. Cabe destacar que esse é um trabalho bilateral entre as paróquias de Porto Esperidião e San Matias, na Bolívia. O campo de atuação do Jefron se estende entre as comunidades rurais estabelecidas em ambos os lados da fronteira (Informações levantadas em pesquisa à campo e no portal eletrônico JEFRON, 2019).

meio de festas culturais partilhadas entre as populações fronteiriças ou por relações comerciais.

Outra particularidade levantada junto aos sujeitos da zona de fronteira foi referente ao acesso à internet. Do universo entrevistado, 62% relataram possuir acesso à internet, enquanto 38% não. Revela-se assim também certa segregação social, haja vista que, dentre os alunos do período matutino, 86% de suas casas têm acesso à internet, enquanto apenas 14% não os possuem. Já no período vespertino, os resultados são praticamente inversos: apenas 23% dos estudantes possuem acesso à internet em casa, e 77% não possuem acesso à rede mundial de computadores.

De acordo com o professor regente das turmas entrevistadas, presente no momento das entrevistas, a desigualdade no acesso à internet entre os estudantes do período matutino e vespertino pode ser explicada pelo perfil do aluno: enquanto os matriculados no período matutino são majoritariamente sujeitos de famílias residentes nos aglomerados urbanos (vilas) da fronteira, proprietários de terras e funcionários dos grandes latifúndios, aqueles que estudam à tarde usualmente são provenientes das comunidades do São Fabiano e do Portal do Encantado.

As Figuras 46 e 47 retratam a forma de distribuição do serviço de internet. A antena ilustrada está instalada no cume de um morro (Figura 46), próximo ao Destacamento Militar do Exército em Fortuna e nos limites dos territórios do Brasil e da Bolívia. Ela foi inaugurada no início do ano de 2018, de modo que a Figura 47 mostra o mesmo espaço, mas quando se encontrava ainda em fase de construção.

Figura 46 – Localização da antena de internet na zona de fronteira



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 47 – Antena de internet na zona de fronteira

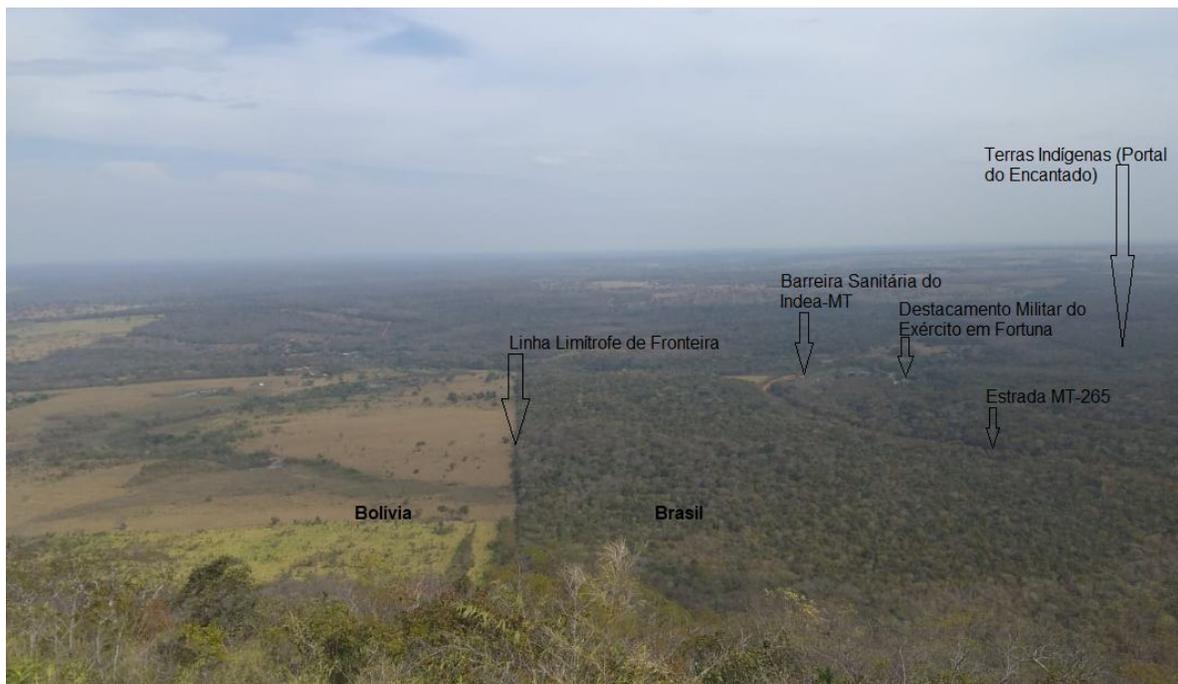


Fonte: Neonet Serviços de Comunicação Multimídia/JS Informática (2018).

A zona de interação transfronteiriça, tanto do lado brasileiro quanto do boliviano, é um espaço majoritariamente rural, prevalecendo a pecuária extensiva e uma vegetação preservada, conforme pode ser verificado na Figura 48. Os aglomerados urbanos do lado boliviano mais próximos da linha de fronteira são a Vila Las Petas e Ascención; do lado brasileiro, as Vila Picada e Vila Santa Rita.

Concernente aos aspectos humanos que constituem esse espaço, tem-se uma forte presença de povos tradicionais, indígenas e mestiços, que manifestam e partilham as mesmas heranças culturais, além de uma gama de sujeitos de diversas regiões (especialmente Sudeste, Sul e Nordeste) do país, que, ao longo da história, mostraram-se como elementos relevantes no processo de formação socioespacial da zona de fronteira.

Figura 48 – Vista parcial dos arranjos socioespaciais da zona de fronteira



Fonte: Neonet Serviços de Comunicação Multimídia/JS Informática (2018).

Essa é uma porção territorial dotada de especificidades que a diferencia do território nacional, inclusive em seu próprio recorte espacial (município de Porto Esperidião). Esse fato é ocasionado pela interação bilateral (relação entre os povos de ambos os lados da fronteira), ocasionada por relações socioeconômicas, culturais e políticas³².

Para os fronteiriços, o limite internacional não possui um significado tão relevante, uma vez que a interação socioeconômica e cultural é muito mais significativa que a linha de fronteira. Conforme apontam Saquet e Silva (2008), esse é um espaço complexo, que, além de relações de poder e a delimitação do território, envolvem um rico espectro de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo, pois torna-se um elemento intrínseco do sujeito fronteiriço.

A pesquisa revelou um tempo de vivência consideravelmente longo dos habitantes nesse espaço: 70% vivem há mais de 15 anos na zona de fronteira, bem como apego a essa porção do território, que pode ser justificado pelos elementos positivos destacados pelos sujeitos fronteiriços. E, mesmo apresentando inúmeros fatores negativos, conforme

³² As relações políticas ocorrem em uma esfera mais governamental, concentrando-se naqueles que administram o Estado e nos donos dos meios de produção. Na maioria das vezes, suas decisões não têm em vista as aspirações e os anseios dos sujeitos que vivem e vivenciam a zona de fronteira, ou até mesmo daqueles que compõem a faixa de fronteira.

destacado na pesquisa, a resiliência é a ferramenta principal desses povos, especialmente os primitivos, que resistiram desde às ocupações luso-espanholas até aos modos de produção mais avançados existentes na atualidade (OLIVEIRA, 2014).

Santos (1977) auxilia o entendimento da atual conjuntura e do processo de formação socioespacial desse território, posto que se pode aplicar a versão triádica (modo de produção, formação social e espaço) por ele proposta (SANTOS, 1977). O modo de produção é uma categoria que pertence a uma escala macro e é regulamentada por uma ordem global: trata-se dos meios de produção e da imposição das novas estruturas, formas e funções nesse espaço, tais como os latifúndios, as novas construções com arquitetura de um contexto diferente daquelas vivenciadas pelos sujeitos primitivos e a implantação dos serviços tecnológicos, além de inúmeros outros processos e estruturas (um exemplo são os equipamentos públicos de segurança instalados na fronteira) que vão sendo adicionadas a esse recorte espacial.

Quanto às relações entre as categorias espaço e formação social, estas se referem a um contexto particular: são as peculiaridades de cada recorte espacial de um dado lugar no território, as especificidades que vão sendo construídas ao longo do processo histórico. Isso porque, conforme Santos (1977), esse é um espaço dotado de articulações concretas e abstratas: daquelas, advêm as novas estruturas, formas e funções que vão sendo adicionadas a esse recorte; destas, porque implica intenções e ideologias.

Dematteis (2008, apud ABRÃO, 2010), no que se refere ao planejamento territorial, acrescenta que o território é um elemento que precisa ser planejado, ter elaborados projetos de desenvolvimento que trazem resoluções e amenizam problemáticas, que potencializam as características locais. Para tanto, o Poder Público é o principal agente responsável em garantir condições dignas de vidas aos sujeitos que nele habitam.

4.3.3. Relações recíprocas e bilaterais: a cidade no contexto

Pelo desenvolvimento desta pesquisa, podemos constatar que os municípios estabelecidos na faixa de fronteira, especialmente aqueles fixados nos limites dela, particularizam-se em relação aos demais municípios de um Estado-nação, tanto por questões jurídicas, que regulamentam o uso desse espaço pelo homem, quanto os

elementos socioculturais e socioeconômicos, impactados pelas relações recíprocas e bilaterais.

Relações recíprocas se caracterizam como conexões partilhadas entre os sujeitos fronteiriços, especialmente aqueles constituídos na zona de interação transfronteiriça³³, e os sujeitos urbanos. Por outro lado, as relações bilaterais comportam o relacionamento partilhado entre os sujeitos fronteiriços de ambos os lados da fronteira. Cabe destacar que esta interpretação e classificação é um caso específico de Porto Esperidião, haja vista que o espaço urbano do município está distante à aproximadamente 100 km da linha de fronteira. No caso de cidades conurbadas, o contexto adquire uma outra característica.

Desse modo, em pesquisa a campo, pudemos constatar que essas populações estabelecem uma relação muito mais profunda com a área urbana de Porto Esperidião do que com a população fronteiriça boliviana, posto que o contato com os bolivianos é mais esporádico: acentuadamente se dão mais por meio de relações culturais; entretanto, não se deve descartar as relações econômicas.

Um exemplo dessa relação cultural é o Curussé, partilhado entre os povos tradicionais e indígenas de ambos os lados da fronteira. Os sujeitos pesquisados nos relataram que não é incomum eles atravessarem as fronteiras e partilharem essa manifestação cultural, assim como não é incomum os sujeitos fronteiriços bolivianos atravessarem a fronteira para compartilharem essa mesma manifestação cultural; entretanto, é muito mais frequente a ida à cidade de Porto Esperidião do que à Bolívia.

Quanto às relações econômicas bilaterais transnacionais, elas já foram mais acentuadas. Até o ano de 2010, era comum o anúncio, na cidade de Porto Esperidião, da saída de ônibus com destino a San Matias para a realização de compras, linha já extinta. Nesse sentido, conforme já apontado, o declínio no comércio da cidade de San Matias; o aumento das fiscalizações no território brasileiro, principalmente pelo patrulhamento ostensivo do Indea-MT e Gefron; a desvalorização da moeda brasileira; o aumento no número de equipamentos urbanos e na prestação de serviços em Porto Esperidião, além das melhorias nas condições sociais da população brasileira, foram fatores que reduziram as relações econômicas bilaterais, notadamente entre os sujeitos urbanos, haja vista que apenas dois dos estudantes entrevistados da cidade relataram conhecer a Bolívia.

³³ Indivíduos que possuem maior contato com os sujeitos do país vizinho, ou seja, aqueles que estabelecem uma relação mais bilateral.

As relações bilaterais influenciam substancialmente os espaços fronteiriços, seja de maneira positiva (elementos convergentes) ou negativa (elementos divergentes). No caso específico do recorte desta pesquisa, os elementos convergentes são: as identidades; as manifestações culturais; as experiências e atributos partilhados, principalmente entre os povos indígenas e tradicionais da zona de interação transfronteiriça; além dos acordos e trabalhos de cooperação entre os órgãos públicos de segurança e agropecuário. Já entre os elementos divergentes citam-se: o tráfico de drogas e seus múltiplos delitos; o contrabando e o preconceito. Quanto ao preconceito, é relevante apontar que, entre os estudantes investigados, foram os discentes moradores da área urbana que apresentaram certa aversão ao estrangeiro.

Não foi incomum eles apontarem a presença dos bolivianos como sendo um dos elementos negativos desse espaço. Já entre os estudantes das escolas estabelecidas na zona de interação transfronteiriças, não houve nenhuma afirmação dessa natureza. Outro exemplo de preconceito no espaço fronteiriço parte dos fazendeiros desse território: três deles relataram que os indígenas da comunidade Vila Nova Barbecho (Portal do Encantado), estabelecidos no limite do território brasileiro, não são nem brasileiros: “esses índios do Barbecho não são nem brasileiros, mas preferem viver como brasileiros para se beneficiarem dos direitos indígenas existentes no Brasil”.

Nesse contexto, dessume-se que as relações convergentes podem construir um espaço bilateral pautado na dignidade humana, na segurança, na alteridade das comunidades primitivas e no desenvolvimento sustentável. Um exemplo recente dessas relações convergentes, destacado pelo jornal eletrônico 24 Horas News, no dia 16 de outubro de 2018, é o trabalho de cooperação entre o Gefron e a Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico, polícia boliviana de repressão aos narcóticos, que tivera início no dia 13 de outubro com o objetivo de retomar a cidade de San Matias das mãos de traficantes pela troca de experiências e informações entre as forças de segurança (24 HORAS NEWS, 2018).

Por sua vez, as relações divergentes, principalmente o narcotráfico, acarretam sérios prejuízos ao desenvolvimento local, seja por meio das inúmeras formas de violências geradas em decorrência dessa atividade ilícita, seja pela ausência de investimentos privados devido à insegurança ou ainda pelo próprio prejuízo humano. Desse modo, no

caso específico desse recorte socioespacial, tanto a população constituída na zona de interação transfronteiriça quanto a urbana são reféns dessas relações divergentes.

Quanto às relações recíprocas, elas apresentam atributos bem marcantes, com intensas dependências entre as categorias (cidade e campo). É notório, conforme elucidado no capítulo anterior, que o município é predominantemente rural, com uma base econômica assentada sobretudo na pecuária bovina, além de um território consideravelmente extenso. Nesse contexto, é inegável que tais condições acentuam a reciprocidade entre a população urbana e a rural da zona de interação transfronteiriça.

A população rural se serve dos serviços e equipamentos urbanos disponíveis na cidade, enquanto a urbana utiliza essa base econômica: a mão de obra, a arrecadação de receitas, além do comércio em geral. Por meio da investigação, por exemplo, constatamos que os habitantes da zona rural, ao menos uma vez ao mês, deslocam-se para a cidade de Porto Esperidião com o objetivo principal de realizarem compras, o que demonstra que as relações recíprocas são muito mais intensas do que as bilaterais, haja vista que as relações com a cidade de Porto Esperidião são regulares, e as bilaterais são esporádicas.

A Figura 49 ilustra essa reciprocidade entre a zona de interação transfronteiriça (município de Porto Esperidião) e a cidade de Porto Esperidião. Os veículos retratados na imagem são provenientes da zona de fronteira com destino à sede do município. Eles realizam o transporte de passageiros ao menos três vezes na semana. No entanto, também os dois principais supermercados da cidade realizam uma vez ao mês o transporte de trabalhadores rurais, provenientes das grandes fazendas, com o objetivo exclusivo de realizarem compras neles. O fluxo de trabalhadores rurais na cidade concentra-se entre os dias 01 e 10 de cada mês, que coincidem com a data de pagamento desses trabalhadores.

Em termos de relações diretas, a população da zona de fronteira se serve muito mais da cidade do que o inverso. Tal afirmação pode ser legitimada por meio das pesquisas e diálogos em sala de aula, quando constatamos que, do universo pesquisado entre os sujeitos fronteiriços, todos relataram ir à cidade ao menos uma vez ao mês, enquanto, dos 34 alunos da cidade pesquisados, 22 afirmaram nunca terem ido à zona de interação transfronteiriça, e apenas dois conhecem a Bolívia.

Figura 49 – Ônibus provenientes da zona de fronteira³⁴

Fonte: Valtair Guedes (2018).

A reciprocidade entre as categorias (cidade e zona de fronteira) são precipuamente econômicas, entretanto, conforme nos apontaram as pesquisas, há também as relações socioculturais, que se manifestam por meio de crenças, danças típicas e festas, como o Curussé, o Festival de Pesca e Praia, o Encontro da Mulher Rural e a Festa 13 de maio, que acontecem na cidade.

Elas recuperam heranças de povos primitivos e tradicionais do espaço fronteiriço. O exemplo mais marcante é a Festa do Curussé, que acontece na cidade em tempos de carnaval e reúne vários grupos da cidade e indivíduos da zona de fronteira (principalmente os indígenas do Portal do Encantado). Também o Festival de Pesca e Praia, o Encontro da Mulher Rural e a Festa 13 de maio resgatam identidades tradicionais, reforçando a reciprocidade entre cidade e fronteira.

Em todas as edições do Festival de pesca e praia, ao longo de 20 anos, os povos indígenas tradicionais da fronteira e os moradores da cidade apresentam as manifestações culturais tradicionais desse espaço. Na Festa 13 de maio, por sua vez, os indígenas da

³⁴ Os veículos estão estacionados na avenida Júlio José de Campos, no centro de Porto Esperidião.

fronteira se apresentam com sua orquestra e danças típicas no palco ao longo dos dias no evento. Já no Encontro da Mulher rural, os povos indígenas da fronteira sempre estão presentes (vide Figura 50), apresentando trabalhos, como artesanatos, cerâmicas e produtos alimentícios por eles produzidos.

As Figuras 50, 51, 52 e 53 retratam algumas das comunidades indígenas e povos tradicionais da fronteira no VI Encontro da mulher rural, realizado em 2018 às margens do rio Jauru, na sede do município. O evento tem por objetivo unir as mulheres rurais das diversas comunidades de Porto Esperidião e reúne atividades como: apresentações culturais, palestras referentes à valorização da mulher e à saúde feminina, shows ao vivo, dinâmicas sociais educativas, sorteios e premiações, além das barracas com artesanatos e produtos alimentícios, o que demonstra que, além das relações recíprocas socioculturais, estabelecem-se relações econômicas.

Figura 50 – VI Encontro da mulher rural – representantes das comunidades rurais³⁵



Fonte: Valtair Guedes (2018).

³⁵ As mulheres identificadas na imagem são representantes das comunidades indígenas e tradicionais da zona de fronteira

Figura 51 – VI Encontro da mulher rural – Barraca dos povos fronteiriços – comunidade Vila Nova Barbecho



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 52 – VI Encontro da mulher rural – Barraca dos povos fronteiriços – comunidade São Fabiano



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Figura 53 – VI Encontro da mulher rural – Barraca dos povos fronteiriços – comunidade Acorizal³⁶



Fonte: Valtair Guedes (2018).

Quanto as relações recíprocas econômicas, pudemos constatar uma enorme interdependência entre as categorias. Estas revelam uma enorme interdependência. De acordo com os estudantes da zona de fronteira, as compras domésticas – de produtos veterinários; confecções; móveis, eletrodomésticos e utilidades em geral; além de serviços bancários; de casas lotéricas e correios; de telefonia rural; de televisão a cabo; internet; mecânica e outros saúde (farmacêuticos, odontológicos e laboratoriais) e de órgãos públicos (jurídicos, Indea-MT e Prefeitura Municipal) são realizados majoritariamente na cidade de Porto Esperidião.

O comércio da zona de interação transfronteiriça, de ambos os lados da fronteira, tem por finalidade servir a população apenas em casos excepcionais. Ainda segundo os estudantes fronteiriços, somente em caso de se esgotarem as possibilidades de recursos em Porto Esperidião é que seus pais procuram outras cidades. Nessa perspectiva, pode-

³⁶ Quanto a identificação ao centro da imagem (Paama Mastakama), ela se refere ao grupo de indígenas pertencentes à comunidade do Acorizal, terras indígenas Portal do Encantado.

se afirmar que a cidade de Porto Esperidião é o primeiro recurso dessa população transfronteiriça.

Diante do exposto, deduz-se que tanto a cidade quanto as populações constituídas na zona de interação transfronteiriças se favorecem dessas relações recíprocas, haja vista que, do lado da cidade, o comércio urbano é o principal equipamento dessas relações recíprocas. De outro lado, a população transfronteiriça se serve desses recursos para suas demandas básicas, mesmo sendo a cidade de Porto Esperidião limitada nesse sentido, principalmente quanto a serviços médicos especializados.

Finalmente, o estudo mostrou que os sujeitos fronteiriços que mais se servem dos equipamentos e serviços disponíveis na cidade de Porto Esperidião são os trabalhadores rurais, que prestam serviços nos grandes latifúndios, os proprietários dos pequenos e médios estabelecimentos rurais, os residentes nos aglomerados urbanos da fronteira (vilas) e as populações indígenas e tradicionais fronteiriças. Por sua vez, os proprietários dos grandes estabelecimentos rurais utilizam majoritariamente os recursos de cidades de maior porte, seja por residirem em outros municípios ou por disporem de melhores condições socioeconômicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica socioespacial de Porto Esperidião, partindo de uma realidade fronteiriça, foi o objeto de reflexão desta pesquisa, com base no conhecimento científico para alcançar os mais variados sujeitos, desde a comunidade local até a academia.

Nesse contexto, cabe destacar que, além das peculiaridades fronteiriças levantadas quanto ao recorte espacial em estudo, a pesquisa organizou um compêndio de informações históricas e geográficas de Porto Esperidião, reunindo em uma só bibliografia tais atributos, antes dispersos.

Espera-se assim que os resultados desta investigação possam servir de base a outros estudos, tanto desse recorte espacial como de outros municípios com realidades semelhantes, além de se pretender auxiliar o planejamento territorial e as políticas públicas partindo de uma perspectiva ético-política, que visa amenizar a dominação econômica, cultural e política que não corresponde às aspirações, anseios e às necessidades da maioria da população.

O estudo se concentrou em uma pequena cidade, estas que, no processo de globalização, acabam por serem alijadas das oportunidades do capital de produção, vendo a transformação do espaço pelo capital global, o que se acentua na faixa de fronteira, uma vez que as legislações restringem o uso e a ocupação dos solos nessa porção do território. Na maioria das vezes, as pequenas cidades têm a finalidade de oferecer somente aquilo que é inerentemente seu, como matéria prima e mão de obra de baixa qualificação profissional. No caso das fronteiriças, há ainda os produtos ilegais, principalmente o contrabando, o tráfico de armas e drogas ilícitas.

É inegável que, no caso das fronteiras do estado de Mato Grosso, especificamente Porto Esperidião, houve um significativo investimento na segurança, principalmente nesta década, por meio da repressão dos órgãos públicos de segurança no combate aos delitos fronteiriços. Tal afirmativa pode ser aferida por meio dos dados levantados junto ao Gefron no que tange ao aumento nas apreensões de ilícitos na fronteira. Entretanto, apesar de a segurança ser um elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável, para que as políticas sustentáveis se efetivem com eficiência, são necessárias, para as populações fronteiriças, políticas públicas sociais competentes, capazes de garantir aos cidadãos uma

vida justa, digna e com acesso a trabalho, saúde, educação de qualidade e moradia. Caso contrário, nem os Estados terão estabilidade devido à vulnerabilidade desses povos.

Quanto à mediação pedagógica nesta pesquisa, ainda que muito incipiente, objetivou-se instruir os educandos investigados acerca da realidade que os cerca, partindo de elementos pertinentes aos ordenamentos jurídicos, políticos, econômicos e culturais das fronteiras do Brasil e de Porto Esperidião, tratando ainda de questões referentes aos elementos divergentes (negativos) e convergentes (positivos) existentes em espaços de fronteira.

Espera-se, com isso, que esta pesquisa possa abrir possibilidades para uma relação recíproca mais acentuada entre estudantes e professores da cidade e da zona fronteiriça, além de um intercâmbio sociocultural com a população boliviana. Para isso, uma das estratégias que podem ser adotadas são as aulas a campo, promovidas tanto por estudantes e professores da cidade quanto da zona de fronteira, com vistas à valorização humano-cultural e ao conhecimento desses espaços, o que se mostrou ainda incipiente para os estudantes da cidade.

Do exposto, nota-se que os principais resultados esperados em consequência da pesquisa sejam: a compreensão e a interpretação da dinâmica socioespacial do município em estudo, partindo de uma realidade fronteiriça e considerando elementos socioeconômicos, políticos e culturais; a descrição das implicações recíprocas, bilaterais, convergentes e divergentes desse recorte socioespacial; e a introdução dessa temática no ambiente escolar, para que os educandos tenham conhecimento da realidade que os cerca, possibilitando dessa maneira a valorização humano-cultural, bem como o acesso a informações sobre as particularidades da fronteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. **Concepções de Espaço Geográfico e Território**. Sociedade e Território, Natal, v.22, n. 1, p. 46-64, jan./ jun., 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3490/2803>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. A produção das fronteiras nacionais no telejornalismo brasileiro: análise de algumas séries especiais de reportagem sobre as fronteiras do Brasil. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Segurança, Justiça e Cidadania (Fronteiras, Armas e Drogas – nº 8)**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/senasp/anexos/revista-8.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

ANDRADE, Manuel Correio de. **Geografia: Ciência da Sociedade**. Recife: ed. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2008.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53). vol. 19, nº. 53. pp. 71-86, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BENTO, Cláudio Moreira. Recordando a vida e obra do Marechal Cândido Mariano Rondon o patrono da arma de comunicações no sesquicentenário de seu nascimento. In: GIORGIS, Luís Ernani; BENTO, Cláudio Moreira. **3ª Divisão de Exército – Divisão Encouraçada Bicentenário**. Resende: AHIMTB, 2008.

BORBA, Vanderlei. **Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa**. Historiae, Rio Grande, v. 4, n. 2: 59–78, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

BORRACHA BRASILEIRA NATURAL. **Última usina de borracha do Mato Grosso fecha as portas (Camila Gusmão)**. Piracicaba, SP: Borracha Natural, 2016. Disponível em: <http://borrachanatural.agr.br/cms/index.php?option=com_content&task=view&id=21589&Itemid=10>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/10019_texto_integral>. Acesso em: 08 fev. 2018.

_____. Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. **Regulamenta a Lei nº 6.634, de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira**. Brasília, DF: Planalto, 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d85064.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. **Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras**. Brasília, DF: Planalto, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm#art9>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília, DF: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19153>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. **Dispõe sobre a Faixa de Fronteira**. Brasília, DF: Planalto, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Fundação Alexandre de Gusmão - Coordenação Geral das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/images/informacao-e-analise/fronteiras-terrestres-brasil.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Rural da Grande Cáceres**. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio157.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. Portaria nº 2.219, de 30 de dezembro de 2010. **Declarar de posse permanente do grupo indígena Chiquitano a Terra Indígena Portal do Encantado**. Brasília, DF: Diário Oficial da União – Seção 1 – 30 dez. 2010b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=76&data=31/12/2010>>. Acesso em: 16 maio 2018.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=594072>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. Tribunal de Contas da União (TCU). **Relatório de Auditoria**. TC.387/2014-0. Brasília, DF: TCU, 2014. Disponível em: <www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/.../AC_2252_36_15_P.doc>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CAMPOS, Heleniza Ávila. **Cidades em Fronteira**: Discussão sobre seus múltiplos significados. Sessão Temática Cidade – 393. 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/27CDHelenizaAvilaCampos.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

CAMPOS, Rui Ribeiro. **Geografia Política das Drogas Ilegais**. Leme: J. H. Mizuno, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHAVEIRO, Aguiar Felício. et. al. **Entendendo a Organização Socioespacial das Pequenas Cidades – Santo Antônio de Goiás como aporte empírico**. Programa de Educação Tutorial de Geografia, 2010. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/conpeex/pet/trabalhos-pet/pet-flavia-gabriela.pdf>> Acesso em: 13 set. 2016.

CINDACTA IV, Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo. **Institucional – Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo**. Manaus, AM: CINDACT IV, 2018. Disponível em: < <http://www2.fab.mil.br/cindacta4/index.php/2013-10-27-18-11-18>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

COMPRERURAL. **Os 10 países que mais compraram carne brasileira em 2016**. Fernandópolis, SP: Startup Ipê, 2017. Disponível em: < <https://www.comprerural.com/conheca-a-lista-dos-10-paises-que-mais-compraram-carne-brasileira/>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

COOTRADE. **A fronteira Brasil-Bolívia no Mato Grosso – 2016**. Cuiabá, MT: ALMT, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

_____. **Os centros de gestão do território**: uma nota. Revista Território, 1 (1), 1996. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/01_3_correa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COSTA, Wanderley Messias da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. **Geografia: Conceitos e Paradigmas – apontamentos preliminares**. Rev. GEOMAE – Campo Mourão, PR – v. 1 n. 2 – p. 25–56, 2010. Disponível em: < <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/12/pdf> >. Acesso em: 06 abr. 2017.

COSTA, Maurício Kenyatta Barros da. **Políticas de Segurança e Defesa da Fronteira Brasileira no Contexto de Integração Regional**: os casos das fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-Uruguai. 2017. Dissertação de Mestrado (Dissertação em Política Internacional) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2017.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria

Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (organizadores). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERREIRA, Sandra Cristina. **A Formação Socioespacial como orientação teórico-metodológica no estudo da rede urbana regional**. Caminhos da Geografia, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 1–7, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16185/9108>. Acesso em: 02 mar. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 7ª ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso**. Cuiabá, MT: Buriti, 2004.

G1, Jornal Globo. **Venezuelanos no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Globo Comunicações e Participações S.A, 2016. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/rr/roraima/2016/venezuelanos-no-brasil/>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

GEFRON, Grupo Especial de Segurança de Fronteira. **Ofício n.º 089/2018 – PPGGEO**. Cuiabá, MT: GEFRON, 2018.

_____. **Relatório Geral de Atividades – 2003 a 2010**. Cuiabá, MT: GEFRON, 2010. Disponível em: <<http://www.seguranca.mt.gov.br/gefron.php?IDCategoria=792>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

_____. **Relatório Geral de Atividades – 2011**. Cuiabá, MT: GEFRON, 2011. Disponível em: <<http://www.seguranca.mt.gov.br/gefron.php?IDCategoria=792>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

_____. **Relatório Geral de Atividades – 2012**. Cuiabá, MT: GEFRON, 2012. Disponível em: <<http://www.seguranca.mt.gov.br/gefron.php?IDCategoria=792>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

_____. **Relatório Parcial de Atividades – primeiro semestre de 2013**. Cuiabá, MT: GEFRON, 2013. Disponível em: <<http://www.seguranca.mt.gov.br/gefron.php?IDCategoria=792>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. **A Produção do Espaço: Uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana**. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, n. 23, p. 125–132, 2008. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp23/>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As Fronteiras do Brasil**. Brasília, DF: FUNAG, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/porto-esperidiao/panorama>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasília, DF: IBGE, 2014. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/porto-esperidiao/panorama>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasília, DF: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/porto-esperidiao/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasília, DF: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/porto-esperidiao/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 03 set. 2018.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasília, DF: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/porto-esperidiao/pesquisa/18/16459>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

IHGMT, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. nº., 76. Cuiabá, MT: IHGMT, 2015. Disponível em: <<http://www.casabarao.com.br/revistas/revistas-ihgmt/revista-ihgmt-76.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

IMB, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Impostos**. Goiânia, GO: IMB, 2009. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=1190&id_not=12>. Acesso em: 16 jun. 2018.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel de Assentamentos**. Brasília, DF: INCRA, 2017. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/mt>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas. **Terras Indígenas**. Brasília, DF: ISA, 2018. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4156#pesquisa>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

INTERMAT, Instituto de Terras de Mato Grosso. **Assentamentos Rurais**. Cuiabá, MT: INTERMAT, 2018. Disponível em <<http://www.intermat.mt.gov.br/assentamentos-ruais>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. **Caminhos da Fronteira**: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil – Bolívia (Cáceres/ MT). Cáceres: UNEMAT Editora, 2004.

JEFRON, Grupo Missionário Jesus na Fronteira. **Sobre a Missão**. Porto Esperidião: Paróquia Nossa Senhora de Fátima, 2019. Disponível em: <<https://www.missaojesusnafronteira.com.br/p/sobre-missao.html>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste**: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

LIMA, Bruno Luiz Philip; COSTA, Ademir Araújo da. **O Espaço urbano**: perspectiva teórico – metodológico da análise espacial. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST5_Bruno_Ademir.pdf> Acesso em: 12 abr. 2017.

MATO GROSSO. Decreto nº. 212, de 7 de agosto de 2015. **Dispõe sobre a vinculação do Comitê Estadual para o Desenvolvimento e Integração das Políticas Públicas na Faixa de Fronteira ao Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional**. Cuiabá, MT: Diário Oficial do Estado 07 ago 2015; 2015a. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14226#/p:2/e:14226?find=DECRET0212,AGOSTO2015>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Decreto nº. 281, de 5 de outubro de 2015. **Altera dispositivos do Decreto nº 212, de 07 de agosto de 2015**. Cuiabá, MT: Diário Oficial do Estado 05 out 2015; 2015b. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14226#/p:2/e:14226?find=DECRET0281,OUTUBRO2015>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Decreto nº 3.994, de 13 de março de 2002. **Dispõe sobre a criação de Grupo Especial de Segurança de Fronteira – GEFRON**. Cuiabá, MT: Diário Oficial do Estado 13 mar 2002. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Instituto de Defesa Agropecuária (INDEA-MT). **População Bovina**. Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, MT: INDEA – MT, 2017a. Disponível em < <http://www3.indea.mt.gov.br/defesa-sanitaria-animal/downloads/relatorio-de-bovinos-existentis/163417>>. Acesso em: 15 junho 2018.

_____. Lei Complementar nº 166, de 13 de abril de 2004. **Cria a comarca de Porto Esperidião**. Cuiabá, MT: Assembleia Legislativa, 2002. Disponível em: <<http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/Aplicativos/Sad-Legislacao/legislacaosad.nsf/709f9c981a9d9f468425671300482be0/2508aa8570fd4aa404256ea0004d81da?OpenDocument>>. Acesso em: 01 maio 2018.

_____. Lei nº 5.012, de 13 de maio de 1986. **Cria o município de Porto Esperidião, desmembrado do município de Cáceres**. Cuiabá, MT: Diário Oficial do Estado 13 maio 1986. Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. Lei nº 7.165, de 23 de agosto de 1999. **Cria o Parque Estadual Serra de Santa Bárbara**. Cuiabá, MT: Diário Oficial do Estado 23 ago. 1999. Disponível em <<https://www.iomat.mt.gov.br/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (SEDUC-MT). **Orientações Curriculares**: Área de Ciências Humanas: Educação Básica. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá, MT: SEDUC – MT, 2010.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN-MT). **Regiões de Planejamento de Mato Grosso**. Cuiabá, MT: SEPLAN-MT, 2017b.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN-MT); Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT). Lígia Camargo [org.]. **Atlas de Mato Grosso – Abordagem Socioeconômico-ecológica**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

MEIRELES, Denise Maldini. **Guardiões da Fronteira**: Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1989.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia física: Ciência Humana?** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Geografia: Pequena História Crítica**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Geografia e Práxis: A presença do espaço na teoria e na prática geográfica**. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Cléia Rodrigues de. **Migrações e práticas comerciais na Fronteira Luso-espanhola: O caso do povo Chiquitano após a expulsão dos Jesuítas da Chiquitania (1767-1789)**. 2014. Dissertação de Mestrado (Dissertação em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2014.

PACINI, Aloir. **Indigenismo na Fronteira**. VII RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul, nos dias 23 e 26 de julho de 2007, no GT 08 "Violência Estatal, Indigenismo e Povos Indígenas". Disponível em < periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/download/10739/7784 >. Acesso em: 26 set. 2018.

PAGLIUCA, Elidiane de Brito. **Educação e histórias sobre as concepções de infância de velhos(as) chiquitanos(as): modos de aprender, de ser e de viver**. 2017. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, MS, 2017.

PINA, José Hermano Almeida; LIMA, Osmar Almeida de; SILVA, Vicente de Paulo. **Município e Distrito: um estudo teórico**. Campo – Território: Revista de Geografia Agrária, v. 3, nº. 6, p. 125-142, agosto, 2008. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11851/6937> >. Acesso em: 10 maio 2017.

PORTO ESPERIDIÃO. Lei Complementar nº 001/00, de 28 de junho de 2000. **Dispõe sobre a criação do Distrito de Vila Cardoso**. Porto Esperidião, MT: Prefeitura Municipal, 2000a.

_____. Lei Complementar nº 002/00, de 28 de junho de 2000. **Dispõe sobre a criação do Distrito de Pedro Neca**. Porto Esperidião, MT: Prefeitura Municipal, 2000b.

_____. Lei Complementar nº 003/00, de 28 de junho de 2000. **Dispõe sobre a criação do Distrito de Bocaiuva**. Porto Esperidião, MT: Prefeitura Municipal, 2000c.

PROCREARE. **Pecuária extensiva e intensiva**. Belo Horizonte, MG: Procreate, 2016. Disponível em <<http://procreate.com.br/pecuaria-extensiva-e-intensiva/>>. Acesso em 16 jul. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: ed. Ática S.A., 1993.

ROCHA, Fernando. **O poder legislativo em face da faixa de fronteira**. Brasília, DF: Câmara do Deputados, Consultoria Legislativa, 2010. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6925>> Acesso em: 11 abr. 2018.

SANCHÉZ, Andrea Quadrelli. **A Fronteira Inevitável**: Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. 2002. 209 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª ed., 2ª. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**: o caso de São Paulo. 2ª ed. 1ª Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2012.

_____. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Sociedade e Espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia – n. 54. pp. 81–100. Ed. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Porto Alegre, 1977.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marco Aurélio; SILVA, Sueli Santos. **Milton Santos**: Concepções de geografia, espaço e território. Geo. UERJ – ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. pp. 24 – 42, 2008. Disponível em: <<http://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2016/05/obra-de-milton-santos.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henry Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. Tradutores: Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, n. 32, pp. 89–109, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284/77927>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas; 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Tradução: Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

SOARES, José Carlos de Oliveira. **Pequenas cidades da região de Cáceres-MT**: papéis e significados na dinâmica socioeconômica regional. 2014. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso. Diversidade Territorial na Área Fronteiriça de Mato Grosso e Bolívia. In: _____. **Estudos Regionais Sul-americanos**: sociocultural, economia e dinâmica territorial na área central do continente. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SOUZA, Rita de Cássia Martins; OLIVEIRA, Ana Rita Fidelis de. **As cidades fronteiriças na América do Sul**: polêmicas e conflitos com o Centro Oeste brasileiro. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 10, n. 1, págs. 67-87, jan/jun., 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/7269/9591>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (organizadores). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira**: Um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002. 117 f. Dissertação de Mestrado (PPGG) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

VAZ, Alcides Costa et al. **Política de Fronteira e Defesa Nacional**. XII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, v.1, pp. 1-18. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/politica_de_frenteira.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

24 HORAS NEWS, Notícia. **Gefron vai dar cobertura para a polícia boliviana retomar a cidade de San Matias, das mãos de traficantes**. Cuiabá: 24 Horas News, 2018. Disponível em: <<https://24horasnews.com.br/noticia/gefron-vai-dar-cobertura-para-a-policia-boliviana-retomar-a-cidade-de-san-matias-das-maos-de-trafficantes.html>>. Acesso em 22 out. 2018.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário semiestruturado aplicado aos estudantes pesquisados

1 - O tempo residência de você e/ou sua família na fronteira é de:
 entre 0 e 5 anos entre 06 e 10 anos entre 11 e 15 anos acima de 15 anos

2 - Na atualidade, quantas pessoas da sua família (pai, mãe e irmãos) residem na fronteira?
2.1 - Entre os fatores que levaram você e sua família a residir na fronteira, pode se afirmar que:
 herança recebida; recebeu autorização do Governo; adquirida através de contrato de compra;
 para fins de trabalho em propriedade de outros; Outros - Especificar.
2.2 - Existe algum membro da família (pai, mãe e irmãos) que mudaram da fronteira?
 Sim Não
Caso afirmativo, mudou-se em razão de:
 Somente Trabalho Somente Estudos Trabalho e estudos Outros fins
2.3 - Dos componentes da família que residem na fronteira, quantos exercem atividade econômica?
2.4 - A atividade econômica exercida pelos membros da família, é realizada:
 Dentro da própria propriedade familiar; Na propriedade da família e também fora; Somente fora.
2.4.1 - Caso seja somente na propriedade da família e/ou na propriedade e também fora, com que atividade se ocupa em cada um e em que período?
2.4.2 - Quais cultivos (hortaliças, leguminosas, plantas frutíferas e medicinais) e animais são produzidos na sua propriedade para subsidiar a manutenção familiar?
2.4.3 - Caso seja apenas fora da propriedade da família, onde é mais comum essa atividade e com que se ocupa?
2.4.4 - Quais fatores levaram você e outros membros da família a ter que procurar atividade econômica fora da sua propriedade?

3 - Explícite, entre 03 (três) e 05 (cinco) palavras, expressões que melhor definem a fronteira para você (positivo e/ou negativo).
3.1 - A partir das palavras que você demonstrou acima, construa entre 03 (três) e 05 (cinco) frases/asserções, esclarecendo o que a fronteira significa para você (positiva e/ou negativa).

4 - Explícite, entre 03 (três) a 05 (cinco) palavras, expressões que melhor definem a cidade de Porto Esperidião para você (positivo e/ou negativo).
4.1 - A partir das palavras que você demonstrou acima, construa entre 03 (três) e 05 (cinco) frases/asserções, esclarecendo o que a cidade de Porto Esperidião significa para você (positivo e/ou negativo).

5 - Explícite, em ordem de maior ocorrência, alguns elementos mais específicos da fronteira que você observa no seu cotidiano (apontar elementos de ordem socioeconômicos e culturais. Exemplo: posto de trabalho, alimentos, convívio com pessoas do país vizinho, música, festas, manifestações religiosas, entre outras).

6 - Explícite, em ordem de maior ocorrência, alguns elementos mais específicos do ambiente urbano de Porto Esperidião que você observa no seu cotidiano (apontar elementos de ordem socioeconômicos e culturais. Exemplo: postos de trabalho, vestuários, equipamentos mecânicos e eletrônicos, internet e informática, serviços médicos, bancários, entre outros).
6.1 - Numa escala de 1 a 5, atribua uma nota, (1 significa muito pouco satisfatório e 5 significa totalmente satisfatório), quanto aos equipamentos e serviços urbanos oferecidos pela cidade de Porto Esperidião. Tais serviços e equipamentos atendem as necessidades básicas do seu cotidiano e da sua família? Identifique os mesmos.

Fonte: Valtair Guedes (2018); José Carlos de Oliveira Soares (2018).

Nota: Quanto aos estudantes pesquisados da Escola Estadual “13 de Maio” (zona urbana), estes, por sua vez, responderam o questionário a partir da questão número três, haja vista que as perguntas anteriores foram direcionadas exclusivamente aos estudantes da zona rural.